

Universidade do Sul de Santa Catarina

Filosofia da Linguagem

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça
UnisulVirtual
2011

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina | Campus UnisulVirtual | Educação Superior a Distância

Avenida dos Lagos, 41 – Cidade Universitária Pedra Branca | Palhoça – SC | 88137-900 | Fone/fax: (48) 3279-1242 e 3279-1271 | E-mail: cursovirtual@unisul.br | Site: www.unisul.br/unisulvirtual

Reitor Ailton Nazareno Soares	Coordenadores Graduação Aloísio José Rodrigues Ana Luísa Mülbart Ana Paula R. Pacheco Artur Beck Neto Bernardino José da Silva Charles Odair Cesconetto da Silva Dilsa Mondardo Diva Marília Flemming Horácio Dutra Mello Itamar Pedro Bevilacqua Jairo Afonso Henkes Janaína Baeta Neves Jorge Alexandre Nogueira Cardoso José Carlos da Silva Junior José Gabriel da Silva José Humberto Dias de Toledo Joseane Borges de Miranda Luiz G. Buchmann Figueiredo Marciel Evangelista Catâneo Maria Cristina Schweitzer Veit Maria da Graça Poyer Mauro Faccioni Filho Moacir Fogaça Nélio Herzmann Onei Tadeu Dutra Patrícia Fontanella Roberto Iunskovski Rose Clér Estivaleta Beche	Marilene de Fátima Capeleto Patrícia A. Pereira de Carvalho Paulo Lisboa Cordeiro Paulo Mauricio Silveira Bubalo Rosângela Mara Siegel Simone Torres de Oliveira Vanessa Pereira Santos Metzker Vanilda Liordina Heerd	Patrícia de Souza Amorim Poliana Simao Schenon Souza Preto	Karine Augusta Zanoni Marcia Luz de Oliveira Mayara Pereira Rosa Luciana Tomadão Borguetti
Vice-Reitor Sebastião Salésio Heerd				Assuntos Jurídicos Bruno Lucion Roso Sheila Cristina Martins
Chefe de Gabinete da Reitoria Willian Corrêa Máximo				Marketing Estratégico Rafael Bavaresco Bongioiolo
Pró-Reitor de Ensino e Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Mauri Luiz Heerd		Gestão Documental Lamuniê Souza (Coord.) Clair Maria Cardoso Daniel Lucas de Medeiros Jaliza Thizon de Bona Guilherme Henrique Koerich Josiane Leal Marília Locks Fernandes	Gerência de Desenho e Desenvolvimento de Materiais Didáticos Márcia Loch (Gerente)	Portal e Comunicação Catia Melissa Silveira Rodrigues Andréia Dreyes Luiz Felipe Buchmann Figueiredo Rafael Pessi
Pró-Reitora de Administração Acadêmica Miriam de Fátima Bora Rosa			Desenho Educacional Cristina Klipp de Oliveira (Coord. Grad./DAD) Roseli A. Rocha Moterle (Coord. Pós/Ext.) Aline Cassol Daga Aline Pimentel Carmelita Schulze Daniela Siqueira de Menezes Delma Cristiane Morari Eliete de Oliveira Costa Eloísa Machado Seemann Flavia Lumi Matuzawa Geovania Japiassu Martins Isabel Zoldan da Veiga Rambo João Marcos de Souza Alves Leandro Romanó Bamberg Lygia Pereira Lis Airê Fogolari Luiz Henrique Milani Queriquelli Marcelo Tavares de Souza Campos Mariana Aparecida dos Santos Marina Melhado Gomes da Silva Marina Cabeda Egger Moellwald Mirian Elizabet Hahmeyer Collares Elpo Pâmella Rocha Flores da Silva Rafael da Cunha Lara Roberta de Fátima Martins Roseli Aparecida Rocha Moterle Sabrina Bleicher Verônica Ribas Cúrcio	Gerência de Produção Arthur Emmanuel F. Silveira (Gerente) Francini Ferreira Dias
Pró-Reitor de Desenvolvimento e Inovação Institucional Valter Alves Schmitz Neto		Gerência Administrativa e Financeira Renato André Luz (Gerente) Ana Luise Wehrle Anderson André Prudêncio Daniel Contessa Lisboa Naiana Jeremias da Rocha Rafael Bourdot Back Thais Helena Bonetti Valmir Venício Inácio		Design Visual Pedro Paulo Alves Teixeira (Coord.) Alberto Regis Elias Alex Sandro Xavier Anne Cristyene Pereira Cristiano Neri Gonçalves Ribeiro Daiana Ferreira Cassanego Davi Pieper Diogo Rafael da Silva Edison Rodrigo Valim Fernanda Fernandes Frederico Trilha Jordana Paula Schulka Marcelo Neri da Silva Nelson Rosa Noemia Souza Mesquita Oberdan Porto Leal Piantino
Diretora do Campus Universitário de Tubarão Milene Pacheco Kindermann		Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão Janaína Baeta Neves (Gerente) Aracelli Araldi		
Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis Hércules Nunes de Araújo	Vice-Coordenadores Graduação Adriana Santos Rammê Bernardino José da Silva Catia Melissa Silveira Rodrigues Horácio Dutra Mello Jardel Mendes Vieira Joel Irineu Lohm José Carlos Noronha de Oliveira José Gabriel da Silva José Humberto Dias de Toledo Luciana Manfro Rogério Santos da Costa Rosa Beatriz Madruga Pinheiro Sergio Sell Tatiana Lee Marques Valnei Carlos Denardin Sâmia Mônica Fortunato (Adjunta)			
Secretária-Geral de Ensino Solange Antunes de Souza		Elaboração de Projeto Carolina Hoeller da Silva Boing Vanderlei Brasil Francielle Arruda Rampelotte		
Diretora do Campus Universitário UnisulVirtual Jucimara Roesler		Reconhecimento de Curso Maria de Fátima Martins		
Equipe UnisulVirtual		Extensão Maria Cristina Veit (Coord.)		
Diretor Adjunto Moacir Heerd		Pesquisa Daniela E. M. Will (Coord. PUIP, PUI, PIBIC) Mauro Faccioni Filho (Coord. Nuvem)		Acessibilidade Vanessa de Andrade Manoel (Coord.) Leticia Regiane Da Silva Tobal Mariella Gloria Rodrigues Vanessa Montagna
Secretaria Executiva e Cerimonial Jackson Schuelter Wiggers (Coord.) Marcelo Fraiberg Machado Tenille Catarina		Pós-Graduação Anelise Leal Vieira Cubas (Coord.)		Avaliação da aprendizagem Claudia Gabriela Dreher Jaqueline Cardoso Polla Nágila Cristina Hincel Sabrina Paula Soares Scaranto Thayanny Aparecida B. da Conceição
Assessoria de Assuntos Internacionais Murilo Matos Mendonça	Coordenadores Pós-Graduação Aloísio José Rodrigues Anelise Leal Vieira Cubas Bernardino José da Silva Carmen Maria Cipriani Pandini Daniela Ernani Monteiro Will Giovani de Paula Karla Leonora Dayse Nunes Leticia Cristina Bizarro Barbosa Luiz Otávio Botelho Lento Roberto Iunskovski Rodrigo Nunes Lunardelli Rogério Santos da Costa Thiago Coelho Soares Vera Rejane Niedersberg Schuhmacher	Biblioteca Salette Cecília e Souza (Coord.) Paula Sanhudo da Silva Marília Ignácio de Espíndola Renan Felipe Cascaes		Multimídia Sérgio Giron (Coord.) Dandara Lemos Reynaldo Cleber Magri Fernando Gustavo Soares Lima Josué Lange
Assessoria de Relação com Poder Público e Forças Armadas Adenir Siqueira Viana Walter Félix Cardoso Junior		Gestão Docente e Discente Enzo de Oliveira Moreira (Coord.)		Conferência (e-OLA) Carla Fabiana Feltrin Raimundo (Coord.) Bruno Augusto Zunino Gabriel Barbosa
Assessoria DAD - Disciplinas a Distância Patrícia da Silva Meneghel (Coord.) Carlos Alberto Areias Cláudia Berh V. da Silva Conceição Aparecida Kindermann Luiz Fernando Meneghel Renata Souza de A. Subtil	Gerência Administração Acadêmica Angelita Marçal Flores (Gerente) Fernanda Farias	Capacitação e Assessoria ao Docente Alessandra de Oliveira (Assessoria) Adriana Silveira Alexandre Wagner da Rocha Elaine Cristiane Surian (Capacitação) Elizete De Marco Fabiana Pereira Iris de Souza Barros Juliana Cardoso Esmeraldino Maria Lina Moratelli Prado Simone Ziguovovas		Produção Industrial Marcelo Bittencourt (Coord.)
Assessoria de Inovação e Qualidade de EAD Denia Falcão de Bittencourt (Coord.) Andrea Ouriques Balbinot Carmen Maria Cipriani Pandini	Secretaria de Ensino a Distância Samara Josten Flores (Secretária de Ensino) Giane dos Passos (Secretária Acadêmica) Adenir Soares Júnior Alessandro Alves da Silva Andréa Luci Mandira Cristina Mara Schaufert Djeime Sammer Bortolotti Douglas Silveira Evilym Melo Livramento Fabiano Silva Michels Fabricio Botelho Espíndola Felipe Wronski Henrique Gisele Terezinha Cardoso Ferreira Indyanara Ramos Janaína Conceição Jorge Luiz Vilhar Malaquias Juliana Broering Martins Luana Borges da Silva Luana Tarsila Hellmann Luiza Koing Zumblick Maria José Rossetti	Tutoria e Suporte Anderson da Silveira (Núcleo Comunicação) Claudia N. Nascimento (Núcleo Norte-Nordeste) Maria Eugênia F. Celeghein (Núcleo Pólos) Andreza Talles Cascais Daniela Cassol Peres Débora Cristina Silveira Ednéia Araújo Alberto (Núcleo Sudeste) Francine Cardoso da Silva Janaína Conceição (Núcleo Sul) Joice de Castro Peres Karla F. Wisniewski Desengrini Kelin Buss Liana Ferreira Luiz Antônio Pires Maria Aparecida Teixeira Mayara de Oliveira Bastos Michael Mattar	Gerência de Logística Jeferson Cassiano A. da Costa (Gerente)	Gerência Serviço de Atenção Integral ao Acadêmico Maria Isabel Aragon (Gerente) Ana Paula Batista Detóni André Luiz Portes Carolina Dias Damasceno Cleide Inácio Goulart Seeman Denise Fernandes Francielle Fernandes Holdrin Milet Brandão Jenniffer Camargo Jessica da Silva Bruchado Jonatas Collaço de Souza Juliana Cardoso da Silva Juliana Elen Tizian Kamilla Rosa Mariana Souza Marilene Fátima Capeleto Maurício dos Santos Augusto Maycon de Sousa Candido Monique Napoli Ribeiro Priscilla Geovana Pagani Sabrina Mari Kawano Gonçalves Sheila Cristina Martins Taize Muller Tatiane Crestani Trentin
Assessoria de Tecnologia Osmar de Oliveira Braz Júnior (Coord.) Felipe Fernandes Felipe Jacson de Freitas Jefferson Amorim Oliveira Phelipe Luiz Winter da Silva Priscila da Silva Rodrigo Battistotti Pimpão Tamara Bruna Ferreira da Silva				
Coordenação Cursos				
Coordenadores de UNA Diva Marília Flemming Marciel Evangelista Catâneo Roberto Iunskovski				
Auxiliares de Coordenação Ana Denise Goularte de Souza Camile Martinelli Silveira Fabiana Lange Patricio Tânia Regina Goularte Waltemann				

Arturo Fatturi

Filosofia da Linguagem

Livro didático

Design instrucional
Luiz Henrique Queriquelli

1ª edição revista

Palhoça
UnisulVirtual
2011

Copyright © UnisulVirtual 2011

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Edição – Livro Didático

Professor Conteudista

Arturo Fatturi

Design Instrucional

Luiz Henrique Queriquelli

Assistente Acadêmico

Aline Cassol Daga (1ª ed. rev.)

Projeto Gráfico e Capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramação

Jordana Paula Schulka
Frederico Trilha (1ª ed. rev.)

Revisão

Foco

ISBN

978-85-7817-332-6

401

F26

Fatturi, Arturo

Filosofia da linguagem : livro didático / Arturo Fatturi ; design instrucional Luiz Henrique Queriquelli ; [assistente acadêmico Aline Cassol Daga]. – 1. ed. rev. – Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

219 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7817-332-6

1. Linguagem e línguas - Filosofia. 2. Ontologia. I. Queriquelli, Luiz Henrique. II. Daga, Aline Cassol. III. Título.

Sumário

Apresentação.....	7
Palavras do professor.....	9
Plano de estudo	11
UNIDADE 1 - Teorias do significado	17
UNIDADE 2 - Sentido e referência	55
UNIDADE 3 - O <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	91
UNIDADE 4 - Significado como uso.....	131
UNIDADE 5 - Significado e normatividade	173
Para concluir o estudo.....	207
Referências	209
Sobre o professor conteudista.....	213
Respostas e comentários das atividades de autoavaliação	215
Biblioteca Virtual.....	219

Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina **Filosofia da Linguagem**.

O material foi elaborado visando a uma aprendizagem autônoma e aborda conteúdos especialmente selecionados e relacionados à sua área de formação. Ao adotar uma linguagem didática e dialógica, objetivamos facilitar seu estudo a distância, proporcionando condições favoráveis às múltiplas interações e a um aprendizado contextualizado e eficaz.

Lembre-se que sua caminhada, nesta disciplina, será acompanhada e monitorada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual, por isso a “distância” fica caracterizada somente na modalidade de ensino que você optou para sua formação, pois na relação de aprendizagem professores e instituição estarão sempre conectados com você.

Então, sempre que sentir necessidade entre em contato; você tem à disposição diversas ferramentas e canais de acesso tais como: telefone, e-mail e o Espaço Unisul Virtual de Aprendizagem, que é o canal mais recomendado, pois tudo o que for enviado e recebido fica registrado para seu maior controle e comodidade. Nossa equipe técnica e pedagógica terá o maior prazer em lhe atender, pois sua aprendizagem é o nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual.

Palavras do professor



Caros(as) estudantes,

Vamos estudar nesta disciplina um dos campos mais interessantes da filosofia: a nossa linguagem. A linguagem é uma das principais preocupações dos filósofos, desde Platão.

Após um período no qual a preocupação filosófica com a linguagem se confundiu com os estudos dos gramáticos e linguistas, a filosofia retomou a investigação especificamente filosófica sobre a linguagem com a obra de Gottlob Frege, no século XX. Isto não quer dizer que as teorias gramaticais contemporâneas, como a do linguista estadunidense Noam Chomsky, ou as teorias da linguística, como a de Ferdinand de Saussure, não tenham interesse para o filósofo. Antes, estas teorias são importantes para a filosofia pelos problemas filosóficos que podem acarretar.

A filosofia da linguagem, entretanto, não visa construir uma teoria explicativa de como nossa linguagem deveria funcionar. A preocupação do filósofo com a linguagem diz respeito às seguintes indagações: O que é a linguagem? O que é significado? Qual a relação entre nomes e objetos nomeados? A verdade de nossas proposições é determinada pelos símbolos linguísticos envolvidos ou pela relação da proposição com os fatos que ela descreve? O significado de nossos conceitos é fruto de nossa determinação ou as palavras possuem significado que independe do falante ou do usuário da língua?

A renovação da investigação filosófica sobre a linguagem se deve aos novos instrumentos lógicos desenvolvidos pelos filósofos chamados “analíticos”, isto é: aqueles filósofos que acreditam que as questões filosóficas são geradas por problemas de emprego e de significação na linguagem. A primeira tarefa da atual filosofia da linguagem foi elaborada por Gottlob Frege, na tentativa de clarificar as proposições da matemática e reduzir a

matemática à lógica. Este programa deu origem às investigações de Bertrand Russell e, em especial, às de Ludwig Wittgenstein, que resultaram em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*.

Os estudos que faremos nesta disciplina implicam entendermos nossa linguagem não mais como um instrumento para veicular informação, mas como a possibilidade que nós humanos temos de produzir afirmações de conhecimento sobre nós e nossa realidade. O problema filosófico é entender até que ponto nossa linguagem atua em nossa própria compreensão do mundo que nos cerca e na ideia que fazemos de nós e dos outros que nos cercam. Ou seja, a investigação filosófica parte do pressuposto de que a linguagem não é um mero instrumento ou objeto de experiência, e sim um meio no qual vivemos e graças ao qual podemos construir o sentido de nossa realidade. Além disto, a filosofia, tal como afirmou um filósofo contemporâneo, é um trabalho de busca de clareza sobre nossa linguagem.

Bons estudos.

Prof. Dr. Arturo Fatturi



Plano de estudo

O plano de estudos visa a orientá-lo no desenvolvimento da disciplina. Ele possui elementos que o ajudarão a conhecer o contexto da disciplina e a organizar o seu tempo de estudos.

O processo de ensino e aprendizagem na UnisulVirtual leva em conta instrumentos que se articulam e se complementam, portanto, a construção de competências se dá sobre a articulação de metodologias e por meio das diversas formas de ação/mediação.

São elementos desse processo:

- O livro didático.
- O Espaço Unisulvirtual de Aprendizagem (EVA).
- As atividades de avaliação (a distância, presenciais e de autoavaliação).
- O Sistema Tutorial.

Ementa

Ontologia e linguagem. A questão dos universais e teorias do significado. Linguagem e realidade. Linguagem ordinária e linguagem formal na investigação filosófica. Problemas filosóficos e análise filosófica.

Objetivos

Geral

Compreender os pontos de vista dos principais questionamentos filosóficos contemporâneos sobre a linguagem.

Específicos

- Compreender as diferentes análises quanto à significação na filosofia da linguagem contemporânea.
- Entender as questões filosóficas quanto às relações entre linguagem e realidade.
- Desenvolver a capacidade de analisar filosoficamente as questões quanto à significação.
- Identificar os diferentes argumentos da filosofia da linguagem contemporânea.

Carga Horária

A carga horária total da disciplina é 60 horas-aula.

Conteúdo programático/objetivos

Veja, a seguir, as unidades que compõem o livro didático desta disciplina e os seus respectivos objetivos. Estes se referem aos resultados que você deverá alcançar ao final de uma etapa de estudo. Os objetivos de cada unidade definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação.

Unidades de estudo: 5

Unidade 1 – Teorias do significado

Nesta unidade você conhecerá as principais teorias do significado de uma forma geral. Nosso objetivo é compreender qual o objetivo de uma teoria do significado, quais as diferentes concepções de significado e o que implica determinar através de uma teoria a forma como devemos compreender o significado em nossa linguagem. Esta unidade serve como introdução ao problema da linguagem e suas relações com a filosofia.

Unidade 2 - Sentido e referência

Nesta unidade você irá distinguir os principais pontos de vista sobre o problema da referência na linguagem. Iniciaremos com a definição do problema e passaremos a estudar as contribuições de Frege. A segunda seção tratará da contribuição de Bertrand Russell ao problema das descrições. Numa terceira seção vamos estudar o atomismo lógico do *Tractatus* de Ludwig Wittgenstein. Por fim, numa quarta seção iremos estudar a tentativa de construir uma forma lógica pelo estudo das proposições que possuem sentido e significado.

Unidade 3 - O *Tractatus Logico-Philosophicus*

Nesta unidade você vai estudar algumas consequências das teorias e pontos de vista baseados nos temas da unidade anterior. Na primeira seção vamos tratar do ponto de vista elaborado por Saul Kripke, denominado por “designadores rígidos”, isto é a possibilidade de que se atribua referência a um termo e que esta seja imutável através dos vários usos e significados. Nas seções seguintes, você irá estudar dois dos principais problemas da filosofia da linguagem, são eles: o problema da vaguidade no emprego da linguagem e o problema dos condicionais. Estes dois problemas são tradicionais na filosofia da linguagem, pois a linguagem deve admitir alguma vaguidade para que os mesmos termos possam ter significados diferentes em situações diferentes. O mesmo se dá com o uso condicional dos conceitos.

Unidade 4 - Significado como uso

Nesta unidade você estudará um determinado tipo de teorias da significação: as chamadas “teorias do uso”. Uma das primeiras teorias a ser estudada é a que se atribui a Ludwig Wittgenstein, no período das Investigações Filosóficas. A segunda teoria é atribuída a John Austin e Gilbert Ryle. Austin elaborou uma teoria dos atos de fala e Ryle, por sua vez, argumentava que os problemas filosóficos podem ser solucionados através da análise da linguagem. Por fim, estudaremos a proposta de H .P. Grice, que elabora sua teoria sobre o significado, considerando não apenas o ponto de vista do falante, mas também o do ouvinte.

Unidade 5 - Significado e normatividade

Nesta unidade você estudará algumas concepções de normativismo do significado. Veremos que há dois tipos de normativismo: um que acredita que as normas são implicações do estabelecimento do conteúdo de uma expressão e outro que defende serem as regras implicações do estabelecimento do significado. Há, ainda, o normativismo que concebe as regras como determinadas pelo significado. Por fim, você analisará a distinção entre normativismo e naturalismo.

UNIDADE 1

1

Teorias do significado



Objetivos de aprendizagem

- Compreender as distinções entre Semântica e Filosofia da Linguagem.
- Distinguir conteúdo e referência das expressões.
- Conhecer as teorias fundacionais e não fundacionais do significado.



Seções de estudo

- Seção 1** Semântica e Filosofia da Linguagem
- Seção 2** Relação entre conteúdo e referência
- Seção 3** Teorias não proposicionais do significado
- Seção 4** Teorias fundacionais do significado



Para início de estudo

Você talvez se pergunte qual a diferença entre Linguística, Semântica e Filosofia da Linguagem. Sua pergunta procede, pois, nos últimos anos do século XX, muitas investigações foram feitas sobre nossa linguagem a tal ponto que é difícil separar o que pertence a uma e o que pertence à outra.

Por exemplo, devemos separar o interesse do linguista sobre a linguagem do interesse do filósofo. Para o linguista, a nossa linguagem é “língua”, “símbolos” e estruturas sintáticas que podem ser estudadas de maneira empírica. O significado de “empírico” nesta afirmação diz respeito ao estudo da língua como fenômeno concreto e observável.

Assim, o linguista investiga as estruturas que formam a língua de cada povo: inglês, português, russo etc. As estruturas que ele pretende estudar são as declinações verbais, o uso dos sinais linguísticos, a forma como as proposições são construídas e a formação dos tempos verbais. O filósofo não deixa de considerar os resultados do estudo da linguística, mas não reduz suas questões à linguística.

Com o estudo desta unidade, você terá maior clareza dos limites e dos pontos de contato entre essas áreas. Serão apresentados alguns dos princípios da teoria semântica e sua importância para a Filosofia da Linguagem. Será possível assimilar, por exemplo, algumas noções centrais, tais como os conceitos de significado, proposição, referência, conteúdo e adscrição de crença. Bons estudos!

Seção 1 - Semântica e Filosofia da Linguagem

Para o filósofo, é interessante saber o que é o significado de uma forma geral, ou qual a relação entre uso das palavras e a referência destas. Contudo, as teorias da linguística não serão definitórias para as respostas destes problemas, ainda que possam ajudar. Quando os filósofos da linguagem se preocupam em compreender

a relação entre as nossas afirmações e a realidade, eles estão se perguntando pelo estatuto da referência como algo absoluto e geral, e não em como se dá a referência numa determinada língua. Esta distinção nos conduz a outro aspecto do estudo da linguagem, qual seja: o seu aspecto semântico.

Tanto quanto a investigação filosófica da linguagem, a investigação semântica busca uma resposta geral para o seu objeto de estudo, que é o significado. Na Semântica, estamos interessados em compreender todos os aspectos ligados à significação através da linguagem ou na linguagem. Por exemplo, uma questão da Semântica é compreender a relação entre a sintaxe da linguagem – isto é, as regras pelas quais as proposições são construídas – e o significado das proposições construídas com base nesta sintaxe. Ao mesmo tempo, a Semântica liga-se ao significado sob o ponto de vista da relação da linguagem, sintaxe, uso.



O universo não linguístico – se isto é concebível – não é objeto da semântica.

Isto quer dizer que a relação importante para a Semântica é aquela elaborada sob o ponto de vista do falante. O significado, sob o ponto de vista do ouvinte, é objeto da Pragmática e envolve outro tipo de complexidade.

Desta forma, a Semântica está muito mais próxima do interesse do filósofo do que a linguística, tendo em vista que, na Semântica, a relação da linguagem – significado – com o estado das coisas que é afirmado em cada proposição é o objetivo da investigação. Mas você poderá perguntar:



Não estaríamos reduzindo a Filosofia da Linguagem à Semântica?

Martin Heidegger (1889-1976) foi aluno e colaborador de Edmund Husserl para o desenvolvimento da Fenomenologia. Heidegger considerava que a Fenomenologia era ontologia e que, sendo assim, a linguagem deveria ser tratada com caminho de abertura para o ser, e não como instrumento de conhecimento.

A resposta a esta sua questão é: a Semântica não daria conta, por exemplo, de uma questão filosófica como a de **Martin Heidegger** (2003), que buscava compreender a relação entre o ser e a linguagem. Outro exemplo é a questão elaborada por Wittgenstein (1994), que afirma não ser o significado importante, mas sim o “uso” dos conceitos. Estas duas questões não são atingidas pela investigação semântica. Portanto, ainda que a Filosofia da Linguagem e a Semântica possuam questões em comum, elas não podem ser fundidas, por assim dizer, uma na outra.

Isto explica por qual razão, neste livro, falaremos tanto do significado semântico, quanto do significado em sentido geral. Também explica por que iniciamos nosso estudo por Teorias do Significado. Isto porque, em primeiro lugar, devemos distinguir dois tipos de teoria do significado: existem as teorias semânticas e as teorias fundacionais do significado. A fim de que possamos distinguir uma teoria da outra, vamos considerar o seguinte caso: imagine um antropólogo que investigue a cultura religiosa das sociedades. Imagine agora que este antropólogo visita a sociedade S. Ele objetiva compreender a cultura religiosa desta sociedade e, sendo assim, várias características desta sociedade lhe serão interessantes. Por exemplo, qual o papel das crianças e mulheres nas cerimônias religiosas? Quais os trajes típicos usados em cada cerimônia?

Em analogia com os estudos da linguagem, estas características fazem parte da semântica da linguagem, isto é: que tipos de expressões significativas uma linguagem possui e quais expressões possuem significado especial. Voltando ao exemplo da sociedade S, é o mesmo que investigar que hábitos são religiosos e qual o significado de cada um destes hábitos na sociedade. Mas, considerando ainda o exemplo do antropólogo e a sua investigação da cultura religiosa da sociedade S, ele poderá também interessar-se pelos diferentes hábitos e gestos que governam o sistema religioso da sociedade S. Por qual razão eles seguem aqueles gestos e hábitos e não outros? Quais fatos sobre a sociedade S fundam a cerimônia religiosa? Ora, este tipo de interesse, em analogia com os estudos da linguagem, implica a investigação sobre os fundamentos do significado.



Figura 1.1 - Manuscrito do Alcorão do séc. XII
Fonte: Lacerda (2010).

As teorias semânticas na Filosofia da Linguagem contemporânea deparam-se com o primeiro problema, que é o de justificar como duas linguagens podem ser investigadas em suas estruturas semânticas se, em princípio, todas as línguas são diferentes ou possuem características diferentes. Por exemplo, o sistema de pronomes na língua inglesa não é o mesmo da língua portuguesa. Este tipo de questão é tratado da seguinte forma: desde que estas línguas possuem mecanismos de significação, elas podem ser investigadas através de uma teoria semântica das linguagens naturais, e não, necessariamente, através de uma teoria sobre expressões particulares de cada língua. Por exemplo: pronomes e descrições. Esta resposta não parece ser um bom argumento, mas, mais adiante, vamos tentar esclarecer em que consiste assumir que toda língua natural possui uma semântica.

Por enquanto, vamos distinguir mais um ponto no que diz respeito às teorias semânticas: elas podem ser de dois tipos:

- um primeiro tipo de teoria crê que a investigação principal da teoria semântica é investigar o significado de uma determinada expressão e como esta expressão é considerada uma proposição, temos então uma **teoria semântica proposicional**;

- outro tipo de teoria é denominado **teoria da referência**, que parte do princípio de que as expressões da linguagem possuem determinados valores, mas não atribui estes valores ao significado das expressões e sim a contribuição que tais expressões dão ao valor de verdade da proposição em que ocorrem. O importante, sob tal ponto de vista, é compreender qual a referência das expressões e como estas referências contribuem para o valor de verdade da proposição. Este tipo de teoria baseia-se na Filosofia da Linguagem de **Gottlob Frege** (1873-1925).

Matemático, lógico e filósofo, Frege foi professor de matemática na Universidade de Jena. Seus trabalhos, na tentativa de reduzir a matemática à lógica, implicaram a construção de uma linguagem referencial unívoca e sem conceitos dúbios ou interpretativos.

O tipo de teoria proposto por Frege (1978) é mais bem compreendido quando consideramos os nomes próprios. Considere as seguintes proposições:

- (1) Luís Inácio é o 37º presidente do Brasil.
- (2) José Serra é o 37º presidente do Brasil.

Se (1) é verdadeira, então (2) é falsa. Por certo que a diferença entre uma e outra é óbvia para qualquer pessoa minimamente informada, isto é, esta pessoa sabe o que o nome José Serra significa e como ele difere de Luís Inácio. Podemos perguntar: que fatos sobre estes dois nomes explicam as diferenças de valores de verdade entre (1) e (2)? A resposta é que José Serra não é o atual presidente do Brasil, isto é, ele não é o homem que é o 37º presidente do Brasil, e sim Luís Inácio. Então, o 37º presidente do Brasil é o homem a quem o nome próprio se refere. Ora, sendo assim, a referência de um nome próprio é uma contribuição para a determinação das condições de verdade de uma sentença na qual ocorre. Ou seja, a ligação do nome próprio com o objeto que indica.

Bem, se as coisas se passam desta forma, podemos expandir estas intuições para outros tipos de proposições. Por exemplo, proposições do tipo “o X que é Y”, exemplificadas pelas seguintes proposições da linguagem naturalista:

- (3) Luís Inácio é um trabalhista.
- (4) Luís Inácio é social-democrata.

Considerando que sabemos qual o partido político de Luís Inácio, e sabendo quem é Luís Inácio, podemos afirmar que (3) é verdadeira ou que (4) é falsa. Aqui novamente a ideia é que a referência do nome próprio “Luís Inácio” force valor de verdade às proposições em que é usado.

Sabemos a que indivíduo (objeto) os predicados “trabalhista” e “social-democrata” podem ser atribuídos corretamente, a fim de colaborar com o valor de verdade das proposições em que é usado. Isto nos faz pensar que existe alguma relação entre o valor de verdade e o objeto referido. Assim, a referência de “é um trabalhista” é uma função que retorna o valor de verdade “verdadeiro” quando atribuída a um membro do Partido dos Trabalhadores (e falso em outro caso).

O mesmo se pode dizer da função de verdade “é social-democrata”: é a função de verdade que retorna o valor “verdade” quando atribuído a um membro do Partido da Social Democracia (e falso em outro caso). Mais adiante, teremos oportunidade de estudar em maiores detalhes a teoria da referência fregeana. Por enquanto, consideremos que os argumentos acima apresentam uma teoria da referência para a linguagem. A questão é saber se temos uma teoria semântica satisfatória para compreender a linguagem.

O filósofo estadunidense **Willard Quine**, em sua obra **Philosophy of Logic**, de 1970, apresentou alguns contraexemplos à teoria da referência acima esboçada. Consideremos os seguintes pares de proposições:

- (5) Todos os animais cordados possuem coração.
- (6) Todos os cordados possuem rins.

Suponhamos que ambas as afirmações sejam verdadeiras. Disto se pode afirmar que todos os animais que possuem coração também possuem rins, pois ambas as afirmações possuem o mesmo referente, a saber: animais cordados (que possuem coração). Sob o ponto de vista da teoria da referência, que agora estamos considerando, apenas temos a substituição de “com coração” por “com rins” – ou que possuem rins – e ambas as expressões possuem o mesmo referente, pois ambas possuem a mesma relação entre valor de verdade e objeto.

Filósofo da lógica e epistemólogo, Quine frequentou as reuniões do Círculo Positivista de Viena antes da segunda guerra mundial. Professor de Filosofia na Universidade de Harvard, Quine é um dos mais influentes filósofos estadunidenses. Nasceu em 1908 e faleceu em 2000.

Mas, se você considerar melhor, verá que há uma diferença de informação entre (5) e (6): elas parecem dizer coisas diferentes. A afirmação (5) parece uma tautologia, isto é, não nos traz informação nova. Mas a afirmação (6) expressa uma informação nada trivial ao afirmar que criaturas com coração também são criaturas que possuem rins. Esta diferença, contudo, a teoria da referência, que ora consideramos, não consegue captar.

Este mesmo problema se dá quando consideramos expressões do tipo “**Tony Stark**” e “**Homem de Ferro**” ou as clássicas expressões de Frege (1978, p. 61) “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde”, ambas as quais têm como referente o planeta Vênus. Outras expressões usadas são *hesperus* (a estrela da manhã) e *phosphorus* (a estrela da tarde). Mesmo que se admita que tal argumento, discutido até agora, não seja um argumento forte para abandonar a teoria da referência, existem outros problemas não facilmente superáveis.

Vamos analisar o caso das proposições que expressam crenças:

- (7) Paula acredita que o Homem de Ferro é de ferro.
- (8) Paula acredita que o Homem de Ferro é Tony Stark.

Personagem das histórias em quadrinhos da Marvel, Tony Stark é um milionário obrigado, por obra do destino, a criar uma armadura de ferro para proteger sua vida. A ideia nesta passagem é analisar qual a referência do nome Tony Stark e do nome Homem de Ferro. A dificuldade consiste no fato de que ambos os nomes possuem a mesma referência.



Figura 1.2 - Tony Stark, o Homem de Ferro
 Fonte: Tony ... ([200-?]).

Estas duas afirmações diferem apenas nas atribuições ao mesmo referente “Homem de Ferro”. Mas parece que ambas diferem no que diz respeito ao valor de verdade, pois alguém pode, plausivelmente, acreditar que o Homem de Ferro é de ferro sem, necessariamente, saber que Tony Stark seja o tal Homem. Isto significa que as duas afirmações possuem referentes que não cumprem com o papel que lhes é atribuído, o de acrescentarem algo ao valor de verdade das afirmações em que são empregadas.

Por fim, se desejamos explicar as diferenças entre (7) e (8) em termos das propriedades das expressões que elas contêm, então, estas devem ter algum outro tipo de determinante que vai além do referente. Ambas as afirmações são denominadas **adscrições de crença**, isto é: elas, obviamente, atribuem uma crença a um sujeito – no caso Paula. Na linguagem mais técnica da Filosofia da Linguagem, estas expressões também são chamadas adscrições de *atitudes proposicionais*, das quais fazem parte as adscrições de conhecimento (Paula sabe que X é Y), desejo (Paula crê que deseja o perfume de Jasmim) ou de juízo (Paula crê que X é Y).

Expressão técnica usada em Filosofia da Linguagem em substituição à expressão imputação.

As atitudes proposicionais são proposições que fazem ligações entre crença e relatos. As proposições que expressam atitudes proposicionais normalmente possuem a característica de conter uma crença e uma cláusula “que”. Por exemplo: “A crê que P” etc. Este tipo de sentença se tornou importante na Filosofia da Linguagem contemporânea, exatamente por exigir uma nova análise do mecanismo de valor de verdade, pois as afirmações que usamos como exemplo são diferentes apenas nas atribuições ao mesmo referente e ocupam o mesmo espaço na estrutura da proposição.

Podemos tratar deste problema da incompletude da teoria da referência quando pensamos que a teoria da referência atribui valor de verdade às expressões subsentenciais, as quais explicam o valor de verdade de toda a proposição. Sob a ótica da teoria da referência, os valores de verdade são apenas “verdadeiro” ou “falso”. Entretanto, o que dizer de proposições como as seguintes:

(9) Paula acredita que Luís Inácio é o atual Presidente do Brasil.

(10) Paula acredita que John Key é o atual Primeiro Ministro da Nova Zelândia.

As duas afirmações (adscrições de atitude proposicional) diferem apenas nas partes sublinhadas, possuem a mesma referência. Contudo, (9) e (10) possuem valores de verdade diferentes, considerando que a maneira de conferir a verdade de uma afirmação difere da outra, isto é: você terá de avaliar crenças diferentes da mesma pessoa (Paula). Sendo assim, parece que uma teoria semântica deve ter outra forma de atribuir valor de verdade às afirmações além do “Verdadeiro-Falso”. Vamos analisar outro caminho para esta mesma conclusão, a fim de deixar o argumento de que estamos tratando mais claro ainda. Consideremos as seguintes proposições:

- Existem três coisas que Paula crê a respeito da cidade de Brasília, e todas são falsas.
- Existem muitas verdades necessárias que não são a priori, e minha sentença favorita expressa uma delas.
- Para conseguir um 10, você deve acreditar em todas as coisas que digo.

Estas sentenças apresentam objetos que são estados mentais, como a crença, e propriedades epistêmicas, como aprioricidade. Mas, para a teoria da referência, o que seriam estes objetos? Neste ponto, a teoria falha e não nos fornece uma resposta, pois é discutível se um estado mental possui uma referência – será ele um objeto? – ou se ele é a referência – neste caso, que tipo de objeto ele é? Os filósofos que adotam a teoria da referência da forma, como estamos discutindo, tentam oferecer uma explicação para estas entidades que aparecem nas proposições acima. Para tanto, trabalham com os seguintes problemas da teoria da referência:

(i) falta de explicação para o fato de que **(5) é uma trivialidade, enquanto que (6) é informativa**, apesar da forma igual de ambas as proposições;

(ii) o fato de que sentenças que diferem apenas na substituição de expressões com a mesma referência, podem diferir em valor de verdade.



Portanto, não é necessário que se abandone a teoria da referência e, sim, que admitamos que exista muito mais material nas proposições do que apenas sua referência, isto é, **as proposições apresentam conteúdo**.

A questão é, então, compreender qual a relação entre conteúdo e referência.

Seção 2 - Relação entre conteúdo e referência

A questão que uma teoria semântica deve responder agora é a seguinte: em que consiste o conteúdo de uma sentença? Que papel desempenha o conteúdo de uma sentença para o valor de verdade desta? Quando em Filosofia da Linguagem consideramos as sentenças e o que elas expressam, a análise nos indica que temos de separar a sentença da proposição.

Talvez você se lembre de suas aulas de lógica, quando aprendeu que a lógica se ocupa com as proposições e não com as sentenças. Isto porque uma sentença é considerada o conjunto de símbolos que expressam uma informação.



Considere, por exemplo, o seguinte conjunto de símbolos: "Neste momento está chovendo".

Esta é uma sentença que expressa uma informação que pode ser verdadeira ou falsa: se neste momento chove, então ela é verdadeira; se não, ela é falsa. Bem, parece um tanto óbvio, mas considere que ela foi dita ontem. Que tipo de informação ela veicula? Como pode ser verdadeira ou falsa? Note que a sentença é a mesma; a diferença está na informação, no conteúdo. Este conteúdo é considerado como uma proposição.



Pense nas sentenças como “portadoras” de **proposições**, e nas proposições como o **conteúdo** da sentença.

Na seção anterior, você viu que duas sentenças podem expressar diferentes proposições, ainda que tenham o mesmo valor de verdade. Considere o caso das sentenças (9) e (10). As crenças atribuídas a Paula nas duas sentenças são crenças distintas, ainda que as sentenças possam ser ambas verdadeiras. No entanto, se as proposições são o objeto da crença – o conteúdo – então as duas partes sublinhadas devem ser diferentes, ainda que as duas sentenças sejam verdadeiras.

Mas o contrário poderia ser verdadeiro, isto é, duas sentenças que expressam a mesma proposição podem diferir no valor de verdade? Não parece possível. Pense no seguinte: duas pessoas – P e P2 – possuem as mesmas crenças sobre o mundo, ambas creem que o mundo seja da mesma forma. Logo, aquilo que P acredita também é o que P2 acredita. Perguntamos agora: pode uma crença de P ser falsa e a mesma crença de P2 ser verdadeira? Ora, não é coerente afirmar que ambas as pessoas creem nas mesmas coisas sobre o mundo e, ao mesmo tempo, que elas possuem crenças diferentes. Logo, podemos concluir que, se duas sentenças possuem a mesma proposição, elas possuem o mesmo valor de verdade. Por conseguinte, duas sentenças podem possuir o mesmo conteúdo, isto é, expressar a mesma proposição, possuírem sempre o mesmo referente, ainda que as duas expressões com o mesmo referente possam diferir no conteúdo.

Este é o ponto de vista defendido por Frege no seu slogan de que **o sentido determina a referência**. A conclusão deste raciocínio sobre conteúdo e referência é a de que o fato de o conteúdo determinar a referência explica um aspecto que uma teoria semântica deverá obrigatoriamente explicar, isto é: cada expressão deverá ter conteúdo – valor – o qual determina a referência daquela expressão.

Bem, você pode perceber que esta teoria apresenta o problema óbvio que é o de explicar palavras como “eu” ou “este”, “aqui”, entre outras. Isto porque tais palavras apresentam diferentes referências quando usadas por diferentes falantes em diferentes situações.

Sendo assim, não se pode atribuir a “eu” um conteúdo simples e que determina a referência da expressão. Lembre: “eu” é uma expressão usada por várias pessoas numa mesma situação. Parece, então, que nestes casos o contexto deve fazer parte da referência.

Na Filosofia da Linguagem, estes contextos são denominados “contextos de proferimentos”, ou apenas “contexto”, e as expressões cuja referência depende do contexto são denominadas **indexicais**, ou expressões dependentes do contexto. A existência de tais expressões demonstra que é necessário mais do que simplesmente atribuir referência às expressões de nossa linguagem. Antes, as expressões devem ser investigadas de forma que se encontrem as regras pelas quais são utilizadas. Por certo, estas regras determinarão o caráter de cada expressão.



A expressão “eu” num diálogo entre A e B, tanto é usada por A quanto por B. Para saber qual a referência de palavra, neste caso, é necessário que atentemos para o contexto de uso da expressão.

Expressões indexicais implicam problemas filosóficos tais como identidade pessoal, autoconhecimento e a natureza da crença. Este tipo de investigação deriva para um campo de pesquisa diferente da investigação semântica, ainda que faça parte da Filosofia da Linguagem, qual seja: o campo da Pragmática. A **Pragmática** é um campo recente nos estudos da linguagem que visa a investigar o significado das expressões do ponto de vista do ouvinte e não do ponto de vista do falante. Além disto, a investigação pragmática tenta encontrar todo o conjunto da significação num contexto de diálogo interpessoal.

Considerando que nosso espaço é pequeno, vamos apenas trazer algumas distinções informativas e rápidas sobre seu campo de pesquisa. A Pragmática define-se como a investigação do significado do ponto de vista do *ouvinte* e não apenas do falante, tal como ocorre na Semântica. Assim, a pesquisa na Pragmática buscará encontrar regularidades na compreensão das expressões e a dependência que a compreensão possui em relação ao contexto do ouvinte.

Estas investigações são importantes porque, por vezes, na argumentação, fazemos afirmações sobre a realidade e, ao mesmo tempo, afirmações sobre nossas afirmações sobre a realidade. Logo, apenas o contexto poderá ajudar a solucionar qual o conteúdo semântico de uma determinada afirmação. A distinção entre o campo de investigação da Semântica e o da Pragmática não é nítido, e o debate sobre estas diferenças ainda permanece. Sendo assim, você deve lembrar que, além da investigação semântica, nós temos também uma investigação pragmática sobre o conteúdo semântico.

No momento, estamos tentando compreender a relação entre conteúdo semântico – ou simplesmente conteúdo – e as sentenças. Nosso problema é compreender como duas sentenças podem expressar diferentes proposições, isto é:



Como duas sentenças podem ser verdadeiras nas mesmas circunstâncias, ainda que tenham conteúdo genuinamente diferente?

Uma possibilidade seria afirmar que estas duas sentenças possuem conteúdos diferentes. Poderíamos dizer que duas sentenças são estruturadas de maneiras diferentes, se seus constituintes incluem os significados das expressões que fazem com que cada sentença expresse uma proposição relevante. Assim, o significado de uma sentença é constituído pelo conteúdo que ela expressa, sendo que este conteúdo estrutura tal sentença de maneira única.

Sentenças com mesmo conteúdo, a princípio, possuem a mesma forma de estruturação. Aqui temos uma ligação entre o conteúdo e a estruturação da sentença, de tal forma que a ligação implica a diferença de referência. Bem, isto soluciona uma parte do problema, qual seja: o das atitudes proposicionais. Mesmo que duas sentenças contenham a cláusula “Crê que...”, o conteúdo da crença estrutura a proposição de forma que “Crer que X é Y” e “Crer que Y é X” são sentenças diferentes, pois possuem conteúdo diferente.

Resta agora definir o que é a estrutura da proposição, sendo ela um objeto abstrato. E precisamos entender, ainda, o que significa dizer que ela tem um constituinte. Para que não nos embrenhemos nas teias da metafísica dos objetos abstratos, fiquemos com a seguinte questão, pertinente à Filosofia da Linguagem:



Que tipo de coisas são os constituintes de uma proposição?

Uma resposta possível foi fornecida por Bertrand Russell (1872-1970). Segundo a teoria de Russell (1980), os constituintes de uma proposição são objetos, propriedades, relações e funções. Considera-se que o ponto de vista de Russell é um ponto de vista geral quanto aos tipos de coisas que constituem as proposições. Além disto, o ponto de vista de Russell não é construído sobre determinados tipos de expressões, tal como nomes próprios ou predicados e, sim, numa noção geral sobre a estrutura das proposições expressas pelas sentenças.

Isto não impede que alguns russellianos apresentem pontos de vista particulares sobre os conteúdos dos nomes próprios, por exemplo. Em particular, este ponto de vista sobre os nomes próprios dá origem a um tipo específico de teoria da Filosofia da Linguagem, denominado millianismo, em referência a John Stuart Mill (1806-1873). Segundo o millianismo, a teoria proposta por Russell não apenas soluciona o problema semântico da função dos nomes próprios e dos predicados. Mais adiante, vamos estudar com mais detalhes os argumentos de Russell. Por enquanto, fiquemos com algumas informações introdutórias.

Obviamente que a teoria Russelliana apresenta alguns problemas. Alguns deles são de natureza metafísica e fundam-se na premissa de que as proposições que possuem objetos entre seus constituintes não podem existir em circunstâncias em que estes objetos não existem. Em primeiro lugar, como entender sentenças que empregam nomes nos quais os objetos não existem? Ou seja, como é possível que existam “nomes vazios”, nomes sem referentes, por exemplo, cavalos alados, elefantes brancos, *hobbits* etc.?

Uma das criaturas apresentadas por John Tolkien em suas obras (notavelmente *O Hobbit* e *O Senhor dos Anéis*).

Tais nomes, contudo, são bastante comuns em nosso dia a dia, o que significa que usamos nomes vazios para elaborar sentenças de conhecimento e nos entendermos com outras pessoas. Um exemplo disto é o caso de Vulcano, um planeta que se acreditava localizar-se entre Mercúrio e o Sol. A existência de Vulcano seria a explicação para as perturbações na órbita de Mercúrio. Mas, com maiores observações do espaço, percebeu-se que não existia planeta algum entre Mercúrio e o Sol e, com isto, provou-se que Vulcano não existia. Logo, o nome Vulcano é um nome vazio. Por acreditarmos que os nomes designam objetos que existem e que só assim as sentenças possuem significado, os filósofos adeptos da teoria de Russell são obrigados a afirmar que, para os nomes vazios, não temos conteúdo.

Isto, porém, não parece intuitivo, pois usamos muitos nomes para os quais não temos conteúdo: Vulcano e Pégasus seriam exemplos. Logo, a teoria Russelliana nos deve alguma explicação quanto à possibilidade de que tais nomes não tenham conteúdo e possam ser usados na linguagem de tal forma que formamos sentenças significativas com eles. Outro aspecto deste mesmo problema é o chamado “quebra-cabeça” de Frege ou *Frege’s Puzzle*. Considere as duas sentenças:

(13) Tony Stark é Tony Stark.

(14) Tony Stark é o Homem de Ferro.

Segundo a teoria de Russell, estas duas sentenças diferem apenas pela substituição das expressões que possuem o mesmo conteúdo. Ao fim e ao cabo, Tony Stark e o Homem de Ferro são nomes próprios que se referem ao mesmo objeto e, segundo a teoria de Russell, os nomes próprios referem-se aos objetos que designam. Mas atente bem para o fato de que (13) não lhe fornece informação alguma, enquanto que (14) parece lhe informar algo novo. Este problema pode ser ainda ampliado quando pensamos nas sentenças que expressam relatos de atitudes proposicionais, como por exemplo:

(15) Virgínia acredita que Tony Stark é Tony Stark.

(16) Virgínia acredita que Tony Stark é o Homem de Ferro.

Estas duas sentenças nos apresentam duas adscrições de crença e diferem apenas em relação às expressões sublinhadas. Mas estas expressões são sinônimas. Logo, a adscrição de crença não parece ser válida pela própria adscrição e, sim, pela crença que se está atribuindo à Virgínia.



Contudo, (15) é verdadeira não porque Tony Stark é Tony Stark, mas porque Virgínia crê nisto.

Os filósofos adeptos da teoria Russelliana ofereceram uma série de respostas ao quebra-cabeça de Frege: para alguns, afirmar que as sentenças diferem com respeito aos valores de verdade é um engano. Isto se explica, pelo menos, no que diz respeito à confusão entre a proposição expressa pela sentença em determinado contexto e as proposições que os falantes usam num contexto pragmático. Para outros, como o filósofo estadunidense **Kit Fine**, as duas sentenças acima diferem em valores de verdade apenas se a substituição dos nomes próprios com o mesmo conteúdo necessariamente tem de expressar o mesmo conteúdo.

Professor de Filosofia
da Matemática na
Universidade de Nova
York, EUA.

Ora, se você mudar o nome próprio e com isto mudar o conteúdo da sentença, estará mudando o valor de verdade desta (ela já não expressará a mesma proposição). Outras respostas seriam possíveis, mas não é o caso de estudá-las neste momento. Seja com for, o argumento lançado pelo quebra-cabeça de Frege não implica aceitar que o ponto de vista de Frege esteja correto ou que possua menos problemas. O que percebemos é que os problemas apontados nos indicam que a teoria de Russell apresenta falhas que não nos permitem compreender os mecanismos da significação.



Mas em que consiste o programa de Frege?

Os filósofos que adotam o ponto de vista de Frege, igualmente aos que adotam o ponto de vista de Russell, creem que uma proposição expressa por uma sentença é uma entidade estruturada cujos constituintes são as expressões que compõem a sentença. O que difere entre ambos os grupos é o fato de que os filósofos que seguem o ponto de vista de Frege não creem que

tais constituintes sejam objetos, propriedades ou relações. Para eles, o conteúdo são modos de apresentação ou formas de pensar sobre objetos, propriedades e relações. O termo padrão que usam para este tipo de conteúdo é “sentido”. O que torna a teoria de Frege complexa é definir o que é o sentido enquanto constituinte de uma expressão. Segundo Frege (1978, p. 65):

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto à representação, mas que também não é o próprio objeto. A comparação seguinte poderá, talvez, esclarecer estas relações. Alguém observa a Lua através de um telescópio. Comparo a própria Lua à referência; ela é o objeto da observação, projetada pela lente no interior do telescópio e pela imagem retiniana do observador. A primeira, comparo-a ao sentido, a segunda, à representação ou intuição. A imagem no telescópio é, na verdade unilateral; ela depende do ponto de vista da observação; não obstante, ela é objetiva, na medida em que pode servir a vários observadores. Ela poderia ser disposta de tal modo que vários observadores poderiam utilizá-la simultaneamente.

Portanto, o sentido é objetivo, pois mais de uma pessoa poderá expressar pensamento com um dado sentido e corresponderá a vários objetos. Logo, se na teoria Russelliana as proposições correspondem a mais de uma intenção, as proposições *fregeanas* correspondem a mais de uma proposição no sentido de Russell.



O argumento principal para a teoria semântica de Frege é a solução que ele oferece do paradoxo que ele mesmo lançou: para ele, em sentenças como (15) e (16), nas quais parece haver diferença de conteúdo, **de fato existe uma diferença de conteúdo, já que os nomes partilham da mesma referência, mas diferem em sentido**, pois diferem em modo de apresentação de sua referência partilhada.

Entretanto, mesmo com esta explicação, ainda resta explicar o sentido de forma não metafórica, isto é, como Frege define o sentido da proposição? Com o que ele o identifica, em várias circunstâncias da mesma proposição? A introdução da noção

de sentido, como uma nova categoria de entidade na explicação do significado, faz surgir outro problema filosófico. O primeiro passo para responder a estas duas questões é dado quando Frege elabora um critério que diferencia duas sentenças. Segundo Frege (1978, p. 69):

Duas sentenças, S e S^* , diferem em sentido se e somente se um agente racional que compreende ambas puder, através da reflexão, julgar que S é verdadeira sem julgar que S^* é verdadeira.

Mas considere o seguinte caso das sentenças “Se Pelé existe, então Pelé = Pelé” e “Se Garrincha existe, então Garrincha = Garrincha”. Ambas são construídas de tal forma que qualquer agente racional que as compreenda toma-las-á por verdadeiras. Tais sentenças diferem em conteúdo. Porém, se você prestar atenção ao critério de diferenciação através do sentido, não é o caso de que uma pessoa racional julgue que a primeira sentença é verdadeira sem julgar a segunda, pois ambas são verdades óbvias e qualquer pessoa as julgará desta forma justamente por compará-las.

Ora, o critério acima não permite este tipo de julgamento. Isto porque apenas aceita que você julgue a primeira sentença sem julgar – ou entrar no mérito do – conteúdo da segunda sentença. Será necessário suplementar o critério de diferenciação de tal forma que ele elimine os casos de verdades óbvias. Uma possível reformulação seria a seguinte (FREGE, 1978, p. 69):

Duas expressões, E e E^* , diferem em sentido, quando e apenas quando existe um par de sentenças S e S^* que (i) diferem apenas pela substituição de E por E^* e (ii) são de tal forma que qualquer pessoa racional que compreenda ambas poderá, pela reflexão, julgar que S é verdadeira sem julgar que S^* é verdadeira.

Esta nova versão do critério de Frege resolve o problema das verdades óbvias, uma vez que a substituição de proposições muda o valor de verdade de uma adscrição de atitude proposicional. Ao mesmo tempo, o critério assim reescrito tem a vantagem de explicar casos como o de “Tony Stark” e o “Homem de Ferro”, pois sentenças que contenham estes nomes próprios diferem em sentido e, assim, Virgínia Potts (a assistente de Tony Stark) poderá

julgar racionalmente a verdade de uma sentença como “Tony Stark é Tony Stark” sem julgar a verdade de “Tony Stark é o Homem de Ferro”. Bem, esta manobra permite que possamos diferenciar as sentenças através de seus sentidos, mas nada nos diz quanto ao que é o sentido de um nome. Vejamos a seguinte tentativa:

Sabemos que seja qual for o conteúdo de um nome, este deve ser de tal forma que determina a referência do objeto para o qual o nome existe. Ao mesmo tempo, se a teoria de Frege é correta, sabemos que o conteúdo deve ser diferente do objeto em si mesmo. Isto parece sugerir que o conteúdo de um nome – seu **sentido** – deve ser alguma condição que o referente daquele nome específico satisfaz. Parece natural também concluir que o sentido de um nome deva ser uma descrição definida daquele objeto.



Por exemplo, o conteúdo de “Tony Stark” pode ser a seguinte descrição definida: “aquele empresário que sofreu problemas de coração e criou uma armadura de ferro etc., etc.” Esta formulação é denominada *descritivismo fregeano*.

Sua obra mais conhecida trata-se de um comentário à Filosofia da Linguagem de Wittgenstein e causou grande polêmica entre seus estudiosos, por atribuir a Wittgenstein uma espécie de ceticismo em relação ao estilo de David Hume.

O ponto de vista de Frege, que acabamos de analisar, foi retomado por **Saul Kripke** em sua obra **Name and Necessity** (1980). Kripke apresentou argumentos que colocaram o descritivismo de Frege em sérios problemas. Um dos problemas levantados por Kripke seria o denominado argumento modal: considere, por exemplo, o nome “Platão” e suponha que, para demonstrar qual o sentido deste nome, eu associe a ele a seguinte descrição “O maior filósofo da antiguidade”.

Considere agora estas duas outras sentenças que estão em relação com a exemplificada:

(17) Necessariamente, se Platão existe, então Platão é Platão.

(18) Necessariamente, se Platão existe, então Platão é o maior filósofo da antiguidade.

Ora, se o descritivismo de Frege está correto, então “o maior filósofo da antiguidade” é a descrição que associo ao nome “Platão”, logo, parece que (17) e (18) são um par de sentenças que difere

apenas através da substituição de expressões – aquelas sublinhadas – com o mesmo conteúdo. Mais ainda, se isto está correto, então (17) e (18) devem expressar a mesma proposição e possuem o mesmo valor de verdade. Mas, considerando todas as coisas, é fácil perceber que, se Platão existiu, seria difícil dizer que ele não era igual a ele mesmo. Portanto, temos aqui uma verdade incontestável (ao menos para o mundo tal como o conhecemos).

Por outro lado, se você considerar o que diz a sentença (18), não é impossível que Platão não seja o maior filósofo da antiguidade: se ele não existisse, seria outro filósofo a ter este título, provavelmente. Ainda que Platão existisse, o fato de ele ser o maior filósofo da antiguidade é contingente, considerando as condições específicas da existência de Platão. Portanto, as sentenças (17) e (18) não possuem o mesmo valor de verdade e o descritivismo fregeano não está correto. Talvez uma saída fosse não adotar o descritivismo fregeano. Mesmo assim, teríamos alguns problemas, como, por exemplo, como explicar o sentido de um nome sem que ele seja uma condição suficiente para ser uma referência do nome?

A resposta para esta questão implica desenvolver uma nova forma de descritivismo, a qual ainda está em gestação, através das obras de filósofos como Scott Soames, Alvin Plantinga, Michael Dummett, entre outros.



Scott Soames é professor de Filosofia na Universidade do Sudeste da Califórnia, EUA. Suas áreas de pesquisa são a Filosofia da Linguagem e a História da Filosofia Analítica. Sua obra mais influente é **Reference and Description**, publicada em 2005, pela Universidade de Princeton, EUA.

Alvin Plantinga é reconhecido como um filósofo cristão, epistemólogo e metafísico. Ele faz parte do grupo dos filósofos analíticos da religião. Plantinga é professor emérito da Universidade de Notre Dame, EUA.

Sir **Michael Dummett** é filósofo e professor emérito da Universidade de Oxford, notório investigador da filosofia de Frege. Atualmente, ele é ativista contra o sistema de cotas de imigração na Inglaterra.

Contudo, considerando que é necessário reelaborar o ponto de vista fregeano, isto demonstra que deve existir outra forma de compreender o uso significativo de nossa linguagem. Esta nova forma é denominada Teoria Não Proposicional do significado. Passaremos a estudar alguns de seus argumentos a partir de agora.

Seção 3 - Teorias não proposicionais do significado

Como você pôde estudar na seção anterior, existem várias teorias proposicionais do significado. Contudo, cada uma delas apresenta uma série de problemas. Isto conduziu os filósofos a considerarem se a motivação da teoria proposicional não era seu ponto fraco. Com isto gerou-se uma teoria não proposicional.



Referir-se a uma teoria não proposicional significa dizer que o trabalho da semântica não é obrigatoriamente o de encontrar os referenciais de cada expressão, para encontrar seus significados.

Antes, tal como chamou a atenção Wittgenstein (2002, p. 120) em suas **Investigações Filosóficas** sobre este tipo de teoria:

Diz-se: não é a palavra que importa, mas sua significação; e ao dizê-lo, pensa-se na significação como em uma coisa do mesmo gênero da palavra, ainda que diferente dela. Aqui a palavra, aqui a significação. O dinheiro e a vaca que com ele se pode comprar. (Mas, por outro lado: o dinheiro e sua utilidade).

Com isto, Ludwig Wittgenstein está chamando a atenção para a confusão da teoria semântica proposicional e sua crença em que algo deva ser o significado ou a referência. Entretanto, mesmo que tal comentário faça parte da descrença de Wittgenstein sobre as “teorias” do significado, vale a pena dedicarmos um tempo a mais para estudar ao menos duas teorias que abordam este tema, ainda hoje influentes.

Notemos, antes, uma diferença entre as teorias não proposicionais e as teorias proposicionais do significado: como recém estudamos, a teoria proposicional inclui, além da referência, um elemento a mais para explicar a significação: o conteúdo. Isto é, as expressões significativas devem possuir não apenas referência, mas também conteúdo.

As teorias não proposicionais não exigem este elemento extra. **Donald Davidson** (2005), que forneceu uma teoria veritativo-condicional, crê que qualquer teoria do significado necessita apenas de uma teoria da referência. Já Noam Chomsky (2005), e sua proposta “internalista” para o significado, afirma que uma teoria da referência vai além do que uma teoria do significado necessita. Segundo Chomsky, os significados das expressões da linguagem não são determinados pela referência, mas, sim, por regras de gramáticas de transformação. Mais adiante, vamos esclarecer o ponto de vista de Chomsky. Por ora, vamos focar nosso estudo na teoria de Donald Davidson.

Davidson (1917-2003) é um dos mais influentes filósofos dos EUA. Suas obras tratam de temas da Epistemologia, Filosofia da Mente e Filosofia da Linguagem.

Segundo argumenta Davidson, uma teoria semântica deve assumir a forma de uma teoria da verdade para a linguagem. A proposta de Davidson baseia-se no programa de **Alfred Tarsky**, o qual estabeleceu critérios para uma teoria veritativa das linguagens naturais. A teoria de Tarsky é uma variante das teorias da referência e, tal como estas, sua suposição básica é a de que, para cada nome próprio na linguagem, para cada objeto a que o nome refere e para cada simples predicado, deve existir um conjunto de coisas que satisfaça aquele predicado. Consideremos uma sentença que é composta por um nome próprio e um predicado:

Maria canta.

A teoria que estamos examinando nos dirá que, para uma sentença como esta ser verdadeira, ela deverá cumprir com o seguinte critério: ela será verdadeira apenas se o objeto a que “Maria” se refere for parte do conjunto de coisas que satisfazem o predicado “canta”, isto é, o conjunto de coisas que cantam. Logo, uma teoria completa da referência na linguagem deve implicar, para cada sentença do tipo especificado, outra sentença “T”, que terá a seguinte forma:

Tarsky (1901-1983) fez parte da Escola de Lógica de Varsóvia e manteve estreito relacionamento com os filósofos do Círculo Positivista de Viena. Os trabalhos de Tarsky na Lógica foram trazidos para a Filosofia da Linguagem, considerando que ele desejava fundamentar uma semântica baseada na função de verdade lógica.

“Maria canta” é T (na linguagem) se, e apenas se, Maria canta.

Relativo a *mônade*
(substância simples),
termo usado por Leibniz
para se referir a uma
unidade primordial.

A teoria apresentada por Davidson tem a vantagem de associar a cada expressão uma definição de verdade, sem entrar no mérito do conteúdo ou do significado. Saberíamos que cada expressão está associada à outra expressão **monádica** (as expressões T, no caso). Nossa teoria seria muito mais definitória que semântica. Justamente por tal característica é que se deve perguntar se uma teoria deste estilo ainda é uma teoria semântica.

Quando responde a esta questão, Davidson afirma que tal teoria seria suficiente para conhecermos uma linguagem, sendo assim, então esta teoria seria suficiente para nosso conhecimento a respeito do significado das expressões da linguagem. Uma vantagem desta teoria é a parcimônia, isto é, ela não faz uso da teoria russelliana nem da teoria fregeana das descrições. Não se trata aqui de apresentar em detalhes a teoria de Davidson, mas é importante que você saiba que tal teoria se constitui numa alternativa ao que até agora estudamos.

Vamos considerar, para fins de argumentação, que a teoria proposta por Davidson seja consistente e que, sendo assim, ela poderá nos fornecer uma concepção de semântica do significado adequada. Existem dois problemas fundamentais que uma teoria assim construída deverá solucionar. O primeiro problema diz respeito à “extensão”, isto é, ao fato de que termos um teorema de sentença T, válido para uma sentença, não significa que tenhamos este tipo de teorema válido para todas as sentenças. Vejamos: considere a seguinte sentença T:

“A neve é branca” é T em inglês se a grama é verde.

Esta sentença é verdadeira, pois tanto a parte da esquerda da sentença diz algo verdadeiro quanto a parte da direita. Contudo, esta sentença T não nos diz nada sobre a sentença “A neve é branca”, ela simplesmente faz uma definição relacionada à outra sentença verdadeira. Ora, mas o que desejamos é uma teoria semântica que implique, para cada sentença da linguagem objeto, exatamente uma sentença T interpretativa, isto é, uma sentença T formulada de tal modo que a sentença usada na parte direita da equação acima nos forneça o significado da sentença mencionada na parte esquerda da equação. Ou seja, uma teoria destas deverá implicar apenas uma sentença T para cada sentença da linguagem objeto, pois o objetivo é fornecer significado de cada sentença na linguagem.

Ora, esta teoria só poderá implicar uma sentença T, pois, do contrário, mesmo que uma pessoa compreenda algumas sentenças T para determinada sentença na linguagem objeto, ainda assim ela não conhecerá a definição desta mesma sentença em virtude da possibilidade aberta a várias interpretações.



Por exemplo, no caso da sentença “A neve é branca”, você poderia afirmar que a sentença “A neve é branca” é T em inglês se Barac Obama for o atual presidente dos EUA.

Ora, a parte direita da equação é verdadeira, Barac Obama é o atual Presidente dos EUA, mas isto não traz nenhuma nova informação sobre “A neve é branca”. A exigência adequada seria afirmar que “A neve é branca” é T em inglês, se, e somente se, Barac Obama for o atual presidente dos EUA. Para solucionar o problema, você poderia acrescentar alguma outra exigência para a sentença, por exemplo, “S é T em português se for p”, onde “p” seria uma exigência determinada logicamente. Por exemplo, “p” poderia ser definida como “condições x-y”. Mas, então, teríamos de elaborar esta mesma definição lógica necessária para toda e qualquer expressão. Se não fosse assim, seria possível que alguém interpretasse a sentença à sua maneira, ignorando a definição lógica que fora acrescentada. Porém, mesmo que isto fosse possível, imagine que você saiba que “A relva é verde” é T em português se “todas as condições de observação possíveis são adequadas”. Ora, esta cláusula elimina possibilidades irracionais (por exemplo, eu imaginei que era assim, as cartas me disseram etc.).



E o que dizer de alguém que sabe que a relva é verde, mas ignora a cláusula “p”?

Os adeptos da teoria de Davidson tentam elaborar algumas saídas, mas não se trata de analisarmos-las todas aqui, mesmo porque a teoria sofre de outra dificuldade. Qual seja: é possível que se use corretamente uma expressão e, por outro lado, não se saiba interpretar a sentença no lado direito da equação. Por

exemplo, sei que “*Paris est jollie*” significa uma afirmação sobre a beleza de Paris. Imagine, no entanto, que você defina esta expressão da seguinte forma: “*Paris est jollie*” é T em português, somente se São Paulo é bela. Ora, é plausível que eu saiba a definição da parte esquerda da equação, mas também é plausível que eu não saiba interpretar a parte direita desta mesma equação. Isto implica dizer que a sentença “São Paulo é bela” necessita ser uma informação que eu já domino, para só então concluir algo sobre a beleza de Paris.



Estas críticas demonstram que apenas definições veritativas não são suficientes para uma explicação do significado, elas não nos fornecem uma teoria suficiente para a nossa compreensão.

Nascido em 1928, Chomsky revolucionou as pesquisas sobre a linguagem com investigações que relacionam linguagem e cognição.

Sendo assim, passemos a outra teoria não proposicional do significado. **Noam Chomsky** elaborou uma explicação do funcionamento de nossa gramática. Segundo Chomsky, aprendemos a usar a linguagem de maneira significativa porque possuímos em nossa mente estruturas gramaticais básicas, as quais são o princípio pelo qual podemos aprender nossa língua. Todos nós, segundo esta teoria, trabalhamos as regras básicas e “geramos” sentenças com determinado tipo de construção sintática formal. Para que se compreenda como uma linguagem é significativa, somos obrigados a saber como as regras básicas podem ser combinadas de forma a construir sentenças cada vez mais complexas.

Sob tal ponto de vista, a relação da linguagem com o mundo exterior é apenas uma forma de usar a linguagem e não deveria ser, por isto, privilegiada. Este ponto de vista é denominado “**internalista**” para os demais filósofos da linguagem, justamente por acreditar que compreender uma linguagem é uma questão sintática e não referencial. De acordo com o ponto de vista internalista, as expressões não nos conduzem a nenhuma relação semântica interessante: os nomes próprios, por exemplo, não são referenciais e as sentenças não são verdadeiras ou falsas. Sob tal ponto de vista, a ideia de que podemos compreender nossa

linguagem através de uma teoria semântica é uma quimera. Segundo os internalistas, nossa tarefa é compreender como se estrutura uma linguagem e quais as ligações desta com nossas estruturas cerebrais.



Figura 1.3 - Noam Chomsky, linguista e ativista político
Fonte: A guerra... (2010).

Percebe-se que a teoria internalista baseia-se no inatismo, isto é, na ideia de que nossas mentes – neste caso, algo material – guardaria as regras da linguagem e, com isto, toda a capacidade de significação nesta mesma linguagem. Ora, isto é mais do que podemos discutir aqui. Além disto, Chomsky crê que a estrutura da língua é sintática e que esta gera a semântica. Por outro lado, o inatismo aceito por Chomsky, por si só, já criaria uma discussão completamente à parte de nosso objetivo. Sendo assim, deixamos a sugestão de leitura da obra de Chomsky, em que ele próprio assume os argumentos básicos de sua teoria inatista.



Durante algum tempo, os linguistas cobraram de Chomsky alguns esclarecimentos sobre a semântica, que ele deixou em segundo plano. Os filósofos que se encarregaram de trabalhar a base semântica da teoria de Chomsky foram Jerry Fodor e Jerrold Katz. Contudo, Fodor levou suas pesquisas para a área da filosofia da mente e Katz permaneceu atrelado às questões linguísticas e não tanto filosóficas.

Ainda que não tenhamos entrado em detalhes mais complexos sobre a teoria proposta por Chomsky, você pode compreender qual a proposta e, a partir disto, tirar suas próprias conclusões quanto ao seu caráter filosófico. No que diz respeito à Filosofia da Linguagem, se aceitamos a proposta de Chomsky, nossas investigações deixarão de ser filosóficas e se direcionarão para a pesquisa empírica ou da ciência cognitiva. Como este não é o nosso caso aqui, vamos partir para o estudo do último conjunto de teorias do significado: as teorias fundacionais.

Seção 4 - Teorias fundacionais do significado

Nesta seção, vamos estudar algumas das principais teorias fundacionais propostas para a semântica. Como você deve estar lembrado do que estudamos mais acima, os projetos fundacionais em teoria do significado visam a compreender em virtude de quais fatos as expressões da linguagem natural possuem as propriedades que elas apresentam.

Para deixar mais claro qual o objetivo da teoria fundacional, vamos fazer uma analogia com outras áreas da filosofia. Por exemplo, na filosofia da ação perguntamos quais fatos fazem com que uma determinada ação seja denominada “ação intencional”; na questão da identidade pessoal, perguntamos quais fatos fazem com que uma pessoa (P1) diferencie-se de outra pessoa (P2); na Ética, perguntamos pelos fatos que fazem com que uma dada ação seja moralmente correta ou errada.

O mesmo ocorre na **teoria fundacional**: quais fatos fazem com que determinadas expressões na linguagem natural possuam as características que apresentam? Na filosofia analítica atual, teremos dois tipos de teorias fundacionais, quais sejam: as teorias mentalistas e as teorias não mentalistas. Começemos com as teorias mentalistas.

Teorias fundacionais mentalistas

O que há de comum em todas estas teorias é que elas analisam um tipo de representação (linguística) em termos de outras representações (mentais). Para os filósofos interessados em explicar o conteúdo ou a representação em termos não representacionais, as teorias mentalistas são um primeiro passo para fornecer os princípios últimos das representações linguísticas. A partir disto, é necessário outro passo, qual seja: estabelecer uma teoria do conteúdo mental.

Ou seja, segundo este ponto de vista, o objetivo é explicar o significado em termos de estados mentais que os usuários da linguagem apresentam quando usam as expressões. A mais reconhecida teoria mentalista do significado foi desenvolvida por **Paul Grice** e é denominada, por isto mesmo, teoria griceana. Segundo esta teoria, o significado deve ser explicado em termos das intenções comunicativas dos usuários da linguagem. Ao mesmo tempo, no programa de Grice, os significados das expressões são fixados por convenções que ligam determinadas sentenças com determinadas crenças.

Segundo Grice (1982), a análise do significado deve ser feita em conjunção com duas exigências:

1. Expressões devem ser explicadas ou analisadas em vista dos fatos sobre os falantes daquelas expressões e o que pretendiam ao aplicá-las.
2. Fatos sobre o que os falantes intencionavam com suas expressões podem ser explicados através de suas intenções.

Estas duas exigências compõem o “programa de Grice” para a compreensão do significado. Para que compreendamos corretamente a pretensão de Grice, temos de ter clara a distinção entre:

- significado ou conteúdo de uma expressão linguística; e
- o que os falantes pretendiam significar ao usar aquelas expressões.

Filósofo inglês radicado nos EUA e falecido em 1983, é reconhecido no meio filosófico pelas suas investigações na Filosofia da Linguagem. Grice é um dos filósofos que trouxeram a possibilidade de investigar o contexto de comunicação.



Por exemplo: estamos acostumados a fazer a seguinte pergunta para certas respostas que nos são oferecidas, ou mesmo para perguntas que nos são feitas: “o que você quer dizer com isto?”. Outro exemplo é quando alguém me pergunta onde há um bom hotel em minha cidade e eu repondo “Bem, você não está exatamente em São Paulo”.

Com isto, quero dizer que os hotéis não serão muito sofisticados, e não informar meu amigo em que cidade ele está. Este proferimento possui um aspecto típico, qual seja: usualmente, as proposições que os falantes expressam através das sentenças que usam também incluem outras proposições que não foram faladas, mas que estão implicadas para a compreensão do que foi dito. Assim, quando perguntamos “o que você quer dizer com isto?” estamos perguntando por aquelas proposições que não foram ditas, mas que estão implicadas no que foi falado.



A ideia central da teoria de Grice, conforme o exemplo, é a de que existe uma significação do falante: as sentenças e outras expressões possuem seu significado **em razão do que o falante deseja** com estas sentenças.

Este seria o primeiro estágio da teoria de Grice. O importante é compreender o significado fornecido pelo falante e, não, em princípio, o significado da própria expressão. O segundo estágio da teoria de Grice é que o significado intencionado pelo falante poderá ser analisado em termos das **intenções comunicativas** do falante, em particular as crenças intencionais que ele deseja que os que lhe ouvem partilhem ou passem a ter. Desta forma, a análise griceana de um proferimento poderá ter a seguinte forma:

A intenciona P ao dizer X, se A intenciona ao dizer X que:

1. sua audiência venha a crer em P;
2. sua audiência reconheça sua intenção;
3. (1) ocorre com base em (2).

Fica claro que significar algo, seguindo esta análise, é gerar crenças em um ouvinte. Por exemplo, quando digo a alguém: “saia do meu pé”. Não estou dizendo a esta pessoa que ela está sobre meu pé (pisando nele), mas, sim, que esta pessoa está controlando o que faço. Mais ainda, esta pessoa pode não crer que está me controlando e, se for este o caso, então minha expressão foi fazê-la crer que está me controlando. Sob tal ponto de vista, a análise de Grice é mentalista, pois visa às crenças tanto do falante quanto do ouvinte. A teoria de Grice é importante, pois analisa uma parte de nosso discurso que as outras teorias não consideraram atentamente, isto é: nem sempre o significado está no que é dito e, sim, no próprio fato de dizer algo naquela situação. Mais adiante, nos deteremos na teoria apresentada por Paul Grice; no momento, desejamos apenas apresentar os aspectos mentalistas desta teoria.

O que demonstra as dificuldades inerentes a uma teoria mentalista é o seguinte:

- a) casos em que o falante intenciona que sua audiência aceite *p*, apesar de saber que a audiência já acredita em *p*. Por exemplo, casos de confissão ou de relembrar algo;
- b) casos em que o falante intenciona *p* por um proferimento, tal como a conclusão de um argumento, mas a base da intenção é uma evidência e não um reconhecimento do que é dito;
- c) casos em que não há uma audiência para reconhecer coisa alguma. Por exemplo, nos usos da linguagem em pensamento.

Estes casos nos fazem questionar se existe uma conexão entre o significado intencionado pelo falante e os efeitos que ele obtém de sua audiência. Qual seria o fundamento de uma intenção de dizer a verdade através de uma mentira clara e a crença da audiência de que a verdade não dita era a intenção do falante?



Por exemplo, quando os políticos dizem sobre seus adversários na campanha eleitoral que “fulano é, sabidamente, um administrador competentíssimo: basta perguntar aos munícipes que ele governa”. Por certo que a intenção é questionar a capacidade administrativa, mas qual a ligação entre a intenção do que foi dito e a crença que o futuro eleitor poderá ter sobre aquele administrador que foi ironizado?

Seria necessário algum tipo de instrumento ou critério para avaliar a elaboração de crenças na mente dos ouvintes e conferir se esta intenção é a mesma da mente do falante. Dadas estas dificuldades, existem alternativas ao programa de Grice que não baseiam sua análise na mente do ouvinte ou do falante. São as teorias não mentalistas, que visam a analisar o significado em termos não representacionais.

Teorias fundacionais não mentalistas

Uma teoria não mentalista do significado põe em dúvida se é possível chegarmos a alguma verdade sobre as intenções de significado ou de compreensão. Além disto, há o perigo nas teorias griceanas de incidirmos numa espécie de mentalismo místico, como se a mente humana possuísse algum tipo de poder sobre o significado ao qual nós não teríamos acesso de todo. Sendo assim, é interessante tentar explicar o significado apelando para o uso que se faz das expressões nas sentenças e do uso das próprias sentenças.

De certa forma, pode-se dizer que é exatamente isto que as teorias griceanas fazem. Contudo, ao colocar o foco da investigação no uso, estamos tentando encontrar determinados aspectos do uso que são mais importantes para a compreensão do significado. Não se está apelando para atitudes proposicionais. A mais importante destas teorias foi apresentada por Saul Kripke em seu livro **Naming and Necessity**, no qual ele sugere que a referência de um nome deve ser explicada em termos da **história**

do uso daquele nome ou expressão, e não associar o falante ao uso (KRIPKE, 1980). A referência de um nome, pensa Kripke, deve ser compreendida como uma espécie de “batismo” e, depois disto, ocorre o subsequente uso da expressão com aquela referência fixa.

A teoria de Kripke se distingue em dois aspectos:

- Em primeiro lugar, ele sugere que este “batismo” pode ser tomado como uma forma de compreender o significado, bem como a referência.
- Em segundo lugar, ele estende estes nomes com referência fixada para outras partes da fala ou para outros nomes.

Estes dois aspectos forneceria às expressões uma espécie de “origem causal”. Mais adiante, iremos explorar com maiores detalhes esta teoria de Kripke, porém, aqui é importante lembrar em que lugar do mapa da Filosofia da Linguagem a teoria da referência fixa se encontra e quais seus pressupostos mais importantes. Já vimos que um pressuposto importante é o de que as teorias mentalistas não são claras o suficiente para determinar o significado das expressões. Contudo, este pressuposto parece colocar todo o peso no que não sabemos das teorias mentalistas e no argumento de que a mente humana, se contribuir para o significado, não oferecerá clareza quanto aos critérios de significação. Ora, o problema é que não está claro o que é ou não uma teoria mentalista.

Por exemplo, você poderá pensar que “batizar” um nome ou expressão com determinada referência é uma atitude mentalista, pois em nada da situação está explicado por qual razão o nome de “batismo” é o correto. Outra questão crucial para a teoria causal do significado é afirmar que, uma vez “batizado” o nome com aquela referência, ele transmitirá a esta mesma referência para a expressão ou sentença em que for usado. Ora, nada da situação exposta por Kripke permite dizer que tal uso será uma consequência do “batismo”. Tudo se passa como se o falante estivesse obrigado a usar uma expressão, com tal e tal referência, por causa de um ato de *designação causal*, o qual não tem relação alguma com o uso futuro. Este batismo causal fixa a referência, mas não a determina nos usos subsequentes.

Parece que o mais interessante seria considerar o significado de uma expressão segundo sua constante utilização no discurso. Esta ideia foi desenvolvida por Paul Horvich. Segundo Horvich (1990), a ideia central é a de que nossa aceitação do significado das sentenças é governada por certas leis. Assim, para expressões que não contêm ambiguidade, seguimos certa “aceitação de regularidade”. O tipo de regularidade relevante é estabelecido pelo tipo de expressão que está sendo explicada. Por exemplo, se estamos tentando compreender um termo para uma qualidade com “verde”, a definição aceitável poderá ser:

A disposição para aceitar que “isto é verde” em resposta ao tipo de experiência visual normalmente provocado por uma superfície verde.

Se o caso for um termo da lógica, tal como “e”, a aceitação pela regularidade de uso poderá ser definida através das disposições para aceitar pares de sentenças, e não disposições para aceitar tipos particulares de sentenças. Por exemplo, poderia definir-se “e” da seguinte forma:

A disposição em aceitar o esquema de argumento que faculta aceitar uma de duas sentenças. Isto é, p , q (ou p e q).



A teoria de Horvich envolve, por um lado, o esforço de exercitar a habilidade para lidar com expressões de categorias diferentes e, por outro lado, ela é, em seu âmago, uma teoria para a definição conforme o uso que se faz do termo, segundo certas disposições.

Neste segundo aspecto, a teoria de Horvich parte do pressuposto de que todos aceitam as intenções uns dos outros e que tais intenções são as mesmas. Contudo, isto é conceder demais para a decisão pessoal sobre o significado. Tudo seria diferente se Horvich colocasse de lado a disposição – que é um termo mentalista – e afirmasse que a definição que o indivíduo deveria aceitar é a mesma que toda sua sociedade aceita. Mas isto seria outro tipo de teoria.



Síntese

Nesta unidade, você pôde estudar as diferenças existentes entre a investigação semântica e a investigação sobre o significado na filosofia da linguagem. Após estas distinções, estudamos as diferenças entre conteúdo e referência. Você aprendeu que, segundo Frege, o conteúdo de uma sentença é determinado por sua referência. Após isto, fizemos um breve estudo da diferença entre a Filosofia da Linguagem e a Pragmática e terminamos nosso estudo desta seção sabendo que o interesse em investigar os componentes de uma proposição é uma preocupação da filosofia da linguagem.

Com base nisto, estudamos as distinções entre as teorias proposicionais e não proposicionais do significado. Esta unidade deve ser compreendida como uma introdução aos estudos de filosofia da linguagem, pois muitos temas que aqui tratamos e estudamos serão analisados nas Unidades seguintes. Terminamos esta Unidade estudando as teorias fundacionais do significado, as quais analisam as representações linguísticas através de suas representações mentais.



Atividades de autoavaliação

- 1) Com base nos estudos realizados nesta unidade, identifique e explique o princípio da teoria da referência de Frege. Em sua resposta, procure indicar qual a importância do ponto de vista desse filósofo da linguagem.

- 2) Baseado(a) ainda na teoria de Frege, explique por qual razão proposições do tipo "A crê que P..." são ascrições de crenças.

- 3) Compare as teorias do significado estudadas nesta unidade e identifique qual é a vantagem da teoria de Davidson sobre as demais teorias do significado.



Saiba mais

Para que você possa aprofundar os estudos realizados nesta unidade, sugerimos as seguintes leituras complementares:

ALSTON, William P. **Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

STEGMÜLER, Wolfgang A. **Filosofia Contemporânea**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

UNIDADE 2

Sentido e referência

2



Objetivos de aprendizagem

- Compreender o mecanismo de referência na linguagem.
- Conhecer as diferentes teorias da referência na Filosofia da Linguagem.
- Identificar os principais problemas filosóficos quanto à referência.



Seções de estudo

- Seção 1** Referência
- Seção 2** Teorias da referência
- Seção 3** Teorias causais da referência
- Seção 4** A teoria das descrições definidas
- Seção 5** Objeções à teoria das descrições definidas



Para início de estudo

Nesta unidade, vamos estudar um dos problemas mais abrangentes da Filosofia da Linguagem: a referência de nossas afirmações. Primeiro, vamos tratar da referência na linguagem em geral. Esta seção servirá como introdução às seções seguintes. Depois disto, vamos estudar algumas teorias da referência.

Nosso segundo passo será compreender a motivação da proposta de uma teoria causal para a referência. As duas seções seguintes tratarão das descrições definidas, que é uma proposta clássica na Filosofia da Linguagem elaborada por Bertrand Russell, mas que ainda hoje é base para a compreensão da relação de nossa linguagem com a realidade e seus objetos.

Seção 1 - Referência

Principalmente com sua tentativa de construir uma linguagem adequada para as proposições da matemática.

As teorias da referência na Filosofia da Linguagem contemporânea dividem-se basicamente em dois programas: o programa analítico, iniciado com as obras filosóficas e lógicas de **Gottlob Frege**, e o programa naturalista, iniciado com as investigações de **Willard Quine** sobre a linguagem.

Principalmente com os trabalhos de Quine sobre as relações entre a linguagem e a epistemologia.

Estes programas diferem entre si em virtude da compreensão da estrutura da referência. Segundo o **programa analítico**, a referência deve ser compreendida com base na estrutura lógico-sintática de nossa linguagem. O **programa naturalista**, por sua vez, busca as estruturas da referência nas bases biológicas da mente humana. Ou seja, a estrutura da referência não seria, sob tal ponto de vista, baseada em estruturas temporais, localizadas no espaço. Já o ponto de vista analítico atribui a estrutura da referência à lógica da própria linguagem, uma lógica que devemos investigar para compreender seu funcionamento. Nesta unidade, trataremos apenas do ponto de vista analítico, que é o mais conhecido.

Quando usamos nossa linguagem, desejamos que nossas expressões tenham referência com a realidade, pois este parece ser o modo pelo qual o que dizemos é compreendido pelo nosso ouvinte. Ao mesmo tempo, o conteúdo expresso pelas expressões que usamos tem estreita ligação com as noções de pensamento, verdade e referência.

O pensamento se relaciona com a linguagem no que diz respeito ao estudo dos estados mentais (dor, desejo, crença, intenção etc.). Ora, os estados mentais são distintos e ocorrem de maneira distinta. Temos, por um lado, estados como a dor, cuja natureza parece esgotar-se na sua duração. Isto é, não sentimos a dor depois que ela passou, obviamente. Mesmo que nos lembremos da dor, ela não é igual à dor presente e atuante. Os pensamentos, por sua vez, possuem duração, mas atuam mesmo depois de já não estarem presentes. Por exemplo, o conteúdo de uma afirmação pode ser tomado como um pensamento ou, ainda, uma crença de que tal e tal são o caso. Ora, estes pensamentos, mesmo depois de os termos, ainda influenciam nossas ações.

O ponto central da questão da referência diz respeito aos termos singulares, essencialmente, os nomes próprios tais como Montanha de Ouro, Vésper, Estrela da Manhã, entre outros. Estes nomes possuem a função prioritária de fazer referência a algum objeto definido. Ao mesmo tempo, parece que o significado da afirmação “a Montanha de Ouro existe” tem relação direta com a referência do nome próprio “Montanha de Ouro”, e isto nos leva a perguntar se a referência e o significado possuem ligação entre si. Parece que, se compreendemos a afirmação em questão, a referência da expressão **“Montanha de Ouro”** não tem papel fundamental.

Contudo, só sabemos que a referência da expressão não existe por entendermos a afirmação, isto é, não existe a Montanha de Ouro. Aqui temos de tomar uma posição:



Qual a relação entre referência e significado? Ou, colocando a questão de outra forma, a referência determina o significado?

A expressão Montanha de Ouro designa, para os chineses, aqueles países onde se encontra ouro: EUA, Canadá e Austrália. Não se trata de uma montanha da forma como reconhecemos montanhas. Logo, “a” Montanha de Ouro não existe.

Vamos deixar a resposta para mais adiante, pois depende da maneira como compreendemos o que seja o significado. Você pode entender que o significado independe da referência e, sendo assim, ele deve ser algo abstrato que acompanha as afirmações compreensíveis. Ou seja, neste caso, você assume que a compreensão de uma afirmação está ligada ao significado, mas o significado é algo diferente de compreender a afirmação.

Por outro lado, é possível que você afirme serem o significado e a referência a mesma estrutura. Neste caso, conhecer a referência é saber o significado e ambas são duas faces da mesma moeda. No exemplo acima, a afirmação Montanha de Ouro não faz sentido, pois você sabe que ela torna a afirmação sem significado, isto é, não existe o referente da expressão, logo não faz sentido dizer que X ou Y pretendem chegar até a Montanha de Ouro e assim por diante para toda e qualquer afirmação que contenha esta expressão. Por outro lado, se compreender a afirmação “X pretende subir a Montanha de Ouro” não depende da referência da expressão que ela contém, então o significado deve ser algo diferente tanto da expressão quanto das palavras.

Mas retomemos a questão desta unidade: o que é a referência na linguagem?



A **referência** é a relação que obtemos entre as expressões usadas por um falante e os objetos de quem estas expressões falam.

Por exemplo, na afirmação “Vaclav Klaus é o atual presidente da República Tcheca”, usamos um nome próprio, Vaclav Klaus, o qual se refere a um indivíduo determinado, do qual falo algo. Neste caso, temos um nome próprio, e se é questionável que todas as palavras possuam referentes, ao menos podemos afirmar que o tipo de palavras denominadas “nomes próprios” são referenciais. Assim, a questão quanto ao que é a referência parece respondida. Surge, entretanto, outra questão: como as palavras referem? Qual o mecanismo da referência? Existe alguma relação entre a referência e a verdade de uma expressão?

Nós usamos a linguagem para falar sobre o mundo, o que dizemos é geralmente significante e, por vezes, verdadeiro. Este é o caso quando, em contexto apropriado, afirmo “Vaclav Klaus é um democrata”. O que foi afirmado é, de fato, verdadeiro. Como lidamos com isto? Isto é, como tratamos estas afirmações que pretendem descrever ou fazer referência aos objetos do mundo? Quando falamos sobre os objetos do mundo, pretendemos afirmar coisas verdadeiras sobre eles, mas o que faz com que nossas afirmações sobre estes objetos sejam verdadeiras?

Na Filosofia da Linguagem, assumimos que a verdade de nossas afirmações é originada do que chamamos referência. Ou seja, assumimos que nossas palavras e afirmações são aptas para tratar da verdade das coisas do mundo por causa da referência que possuem. Tudo se passa como se as palavras estivessem “ligadas”, por assim dizer, aos objetos do mundo. Assim, coisas como Vaclav Klaus, cadeiras e outros objetos são tomados como nomes próprios e são expressões paradigmáticas da referência. Ainda que não seja plausível afirmar que todas as palavras são referenciais, algumas palavras ligam-se aos objetos da realidade.

Outros tipos de palavras também possuem esta característica: termos naturais (água, lava, oxigênio etc.), termos indexicais (eu, nós, vocês etc.) e descrições definidas (por exemplo, o atual presidente democrata da República Checa é **católico hussita**). Com isto, as questões sobre a referência na linguagem podem ser reduzidas a três:

- (i) Qual o mecanismo da referência? Ou, em outras palavras, em virtude do que uma palavra (de tipo referencial) liga-se a um objeto particular/individual?
- (ii) Qual a relação entre referência e significado? Por exemplo, é o significado de uma palavra idêntico a sua referência? Ou talvez a referência seja o significado em si mesmo?
- (iii) Qual a relação entre referência e verdade? A referência de uma palavra, ou seu mecanismo de referência, faz parte das **condições de verdade** de afirmações que contém aquela palavra?

Igreja fundada pelo antigo clero Católico Romano Tcheco, em 1890.

As condições de verdade são todas as exigências que fazem com que uma afirmação seja verdadeira. Por exemplo, “chove em Teresina neste momento”. Uma das condições, neste caso, deve ser o fato (físico) de que chove em Teresina neste momento.

Vamos nos dedicar aqui ao primeiro ponto, qual seja: o mecanismo da referência. Isto, contudo, não significa que deixaremos os outros temas de lado. Antes, tratar de um destes temas implica dizer algo sobre os outros. Vamos considerar, primeiramente, a teoria dos nomes próprios, que muitos filósofos consideram serem eles os termos de referência por excelência. Outros termos – como já dissemos antes – também são referenciais: termos naturais, indexicais e descrições definidas.

Os **nomes próprios** são entidades referenciais paradigmáticas. Se devemos conceder que existam palavras cujo principal papel é a referência, não podemos deixar de admitir que os nomes próprios são os principais, pois tais palavras parecem ligar-se aos objetos da realidade. Mas o que são os nomes próprios? Para resumir uma longa história, você pode assumir que os nomes próprios usados na Filosofia da Linguagem são o que, em nossas vidas cotidianas, costumamos chamar por “nomes”. Assim, tanto palavras como Pedro, Jesus Cristo, Buda são nomes, bem como Hobbits, Everest, Montanha de Ouro, Pegasus e Zeus também são nomes próprios. Apesar de ser uma pergunta pedagógica, desejamos saber o que tais nomes possuem em comum, o que os faz serem uma categoria especial de palavras em nossa linguagem?

Primeiro, eles são sintaticamente simples, pois se referem ou podem se referir a objetos particulares individuais. Assim, por exemplo, “Everest” possui como referente uma determinada montanha na África, Barcelona – que é outro nome próprio – refere-se exclusivamente a uma determinada cidade na Espanha. Talvez possa lhe parecer paradoxal como nomes, do tipo Sherlock Holmes ou Santa Claus, podem ser referenciais, uma vez que tais sujeitos não existem. Seja como for, quando usamos estes nomes, estamos nos referindo a algo: o personagem que aparece ou supõe-se aparecer nas noites de Natal e, o outro nome, refere-se a um detetive particular com poderes lógicos que o ajudam a desvendar crimes e roubos quase insolúveis. Logo, para nossos interesses, eles contam como nomes próprios.

Aproveitando que estamos falando dos nomes próprios, é bom você saber que existem várias teorias na Filosofia da Linguagem sobre os nomes próprios. Aqui, vamos considerar apenas as mais conhecidas e de maneira informativa. Ao final desta unidade, serão indicados alguns textos – ainda que não em português – nos quais você poderá estudar algumas teorias mais complexas. A primeira teoria que vamos analisar é a teoria das descrições.

Segundo a **teoria das descrições** dos nomes próprios, um nome próprio, tal como usado por um falante, refere-se ao seu objeto através de um conteúdo descritivo associado ao nome (conteúdo este atribuído pelo falante). O conteúdo descritivo é tomado como aquilo em virtude do que o referente de um nome é definido. Assim, quando um falante usa o nome N, ele se refere a um objeto particular ou individual X. Ao fazer isto, o falante crê que X é a única descrição adequada de N.

Os filósofos mais importantes ligados ao descritivismo são Gottlob Frege e Bertrand Russell. Ambos reconhecem que o conteúdo atribuído por um falante a N pode variar de falante para falante. De fato, de acordo com Russell (1980), tal conteúdo pode variar tanto no tempo quanto pelas circunstâncias especiais do falante. Assim, posso associar o nome Barac Obama à descrição “O atual presidente dos EUA”, ainda que sua esposa possa ter outra atribuição descritiva. Quando Barac Obama não for mais o presidente dos EUA, minha identificação descritiva deverá mudar. Se Barac Obama e sua esposa divorciarem-se, a identificação descritiva que ela forneceu – enquanto era casada com ele – talvez passe a ser “meu ex-marido”.

Seja como for, a maneira com que o indivíduo refere-se ao nome determina algum objeto ou indivíduo específico da realidade através da descrição particular associada. Considerando que o conteúdo de um nome próprio pode ser especificado em termos de uma descrição definida (uma expressão da forma “O F que...”), tais teorias ganharam o nome de teorias descritivas dos nomes próprios.

Seção 2 - Teorias da referência

A motivação para estas teorias é dupla. Por um lado, tais teorias podem ser expandidas a fim de constituírem teorias explicativas plausíveis do significado (através do conteúdo semântico). Assim, expandida, a teoria da descrição está apta a acomodar todos os tipos de casos que parecem problemáticos para outro tipo de teoria. Estas teorias competidoras são denominadas “teorias millianistas”, pois derivam suas ideias básicas dos escritos filosóficos de John Stuart Mill. Uma **teoria millianista** da referência afirma de maneira simples que o nome é um portador de um indivíduo ou objeto definido, isto é, o nome possui um portador. Esta teoria se vê em grandes dificuldades quando tem de lidar com casos como os de descrições de nomes vazios (a Montanha de Ouro, por exemplo).

Por outro lado, uma **teoria descritivista expandida**, em contraste com a teoria millianista, fornece uma melhor compreensão da referência: ela afirma que o mecanismo pelo qual as expressões referem-se (seu conteúdo descritivo associado) é o seu significado. Por exemplo:

- (1) Hesperus é Phosphorus.
- (2) Santa Claus vive no Polo Norte.
- (3) Vulcano não existe.
- (4) Alfredo crê que Cícero, mas não Túlio, era cidadão romano.

Se considerarmos estas sentenças do ponto de vista millianista, veremos que: (1) é uma sentença trivial, pois ambos os nomes próprios se referem ao mesmo objeto, a saber: o planeta Vênus; (2) não se refere a nada, pois o nome próprio “Santa Claus” não possui objeto e, sendo assim, um objeto inexistente não pode viver em lugar algum; a sentença (3), ao que tudo indica, é informativa; e, por fim, a sentença (4) é um engano, considerando que Cícero e Túlio se referem à mesma pessoa.

Entretanto, ainda que o conteúdo de (1) seja trivial, ele é informativo, enquanto que (4) não pode ser uma crença sustentada por alguém racional e que conheça a história de um dos maiores oradores da Roma antiga. Ora, o millianismo desperdiça algumas intuições óbvias que a teoria das descrições tenta valorar como corretas ou acuradas. Particularmente, o descritivista poderá argumentar que uma descrição que fixa o conteúdo da referência associada ao nome próprio constitui o significado do nome próprio definido. Assim, por exemplo, não apenas a descrição “o atual presidente do Brasil” determina a referência do nome “Lula”, mas também constitui o significado deste nome.

Neste ponto, a teoria descritiva é superior ao millianismo, pois afirma que a descrição definida não apenas é a referência de um nome próprio, mas também é o seu significado. O problema com a teoria da referência baseada em descrições é que parece não existir uma equivalência semântica entre os nomes próprios e o conteúdo descritivo definido através de descrições definidas.

A filósofa Ruth Marcus (1995) chamou a atenção para este fato e defende que os nomes próprios são como “*tags*” ou etiquetas que se colocam nos objetos. Isto implica assumir que os nomes próprios não possuem significado linguístico e, desta forma, não são equivalentes a descrições singulares dos seus referentes. Os nomes próprios não referem através das descrições que a teoria descritiva alega. Segundo Ruth Marcus, os nomes próprios devem possuir “**designadores rígidos**”, isto é: cada nome próprio possui uma descrição única e apenas uma em todos os mundos possíveis.

Apenas para desenvolver este ponto, suponhamos que alguém alegue existir um mundo igual ao nosso em todos os aspectos, menos em um: que Aristóteles não foi o maior filósofo da antiguidade, mas, sim, Platão. Neste caso, a expressão “Aristóteles foi o maior filósofo da antiguidade” possui significado apenas em nosso mundo, mas não em um mundo possível onde Aristóteles não existiu. Ora, o contra-argumento consiste em afirmar que, se este mundo possível deve ser igual ao nosso, então, a afirmação “Platão foi o maior filósofo da antiguidade” deve ser equivalente a “Platão foi maior filósofo da antiguidade” em nosso mundo e, portanto, deve ser preservado o designador rígido do nome Aristóteles.

Com base nas intuições de Ruth Marcus, Saul Kripke elaborou uma teoria para a referência. Kripke proferiu uma série de aulas nas quais trata deste tema. Tais aulas foram, posteriormente, publicadas sob o título **Naming and Necessity** (1980). Tanto Kripke quanto Ruth Marcus consideram que os nomes próprios devem se referir de maneira direta, sem a interferência de descrições definidas. Neste caso, deve-se admitir que um nome próprio não possui conteúdo descritivo.

A teoria de Kripke tem dificuldades para lidar com problemas de argumentos oriundos de fontes básicas: no caso da epistemologia, por exemplo, o problema da rigidez e o problema do erro ou da ignorância. O primeiro consiste em argumentar que a teoria de Kripke exige que se saiba, por exemplo, quem foi Aristóteles para que o nome possua um designador rígido. É possível construir casos mais específicos em que a teoria de Kripke falha, por exemplo:



N pode saber que Aristóteles, que foi grego, é o maior filósofo da antiguidade, mas pode não saber que Aristóteles foi o preceptor de Alexandre, o Grande. Assim, mesmo que a afirmação "Aristóteles foi o preceptor de Alexandre da Macedônia" seja verdadeira, para N ela será falsa, pois ele desconhece o designador "preceptor de Alexandre da Macedônia" quando atribuído a Aristóteles. Logo, N deve saber tudo o que for possível sobre Aristóteles ou não entenderá o que designa a afirmação que usamos como exemplo.

O problema modal e o problema do erro dizem respeito a argumentos sobre mundos possíveis e que envolvem uma série de tecnicidades que não nos vem ao caso aqui. O que você deve ter em mente é que, por causa destes problemas, os filósofos da linguagem preferem abrir mão de uma teoria descritivista e favorecerem teorias híbridas, isto é, teorias que aceitam a descrição com referência e que, ao mesmo tempo, entendem que as descrições podem fixar de maneira rígida os nomes próprios.

Este é o caso de **John Searle**. Segundo Searle (1991), os teóricos da descrição definida e da designação rígida esquecem que existe um conteúdo intencional nas referências feitas ao se usarem os nomes próprios. Assim, plausivelmente, um falante poderá

Professor na Universidade da Califórnia (EUA), Searle escreveu obras seminais em Filosofia da Mente.

atribuir vários tipos de descrições aos nomes próprios que usa, pois existe o caso de que o falante defina o nome de maneira diferente, a fim de ser compreendido por quem o escuta. Segundo Searle, não é o caso de que uma descrição definida seja analítica ao nome próprio. Por exemplo, existe uma diferença entre Aristóteles e “o maior filósofo da Antiguidade”, pois não está contido no nome próprio Aristóteles uma atribuição como “o maior filósofo da Antiguidade”.

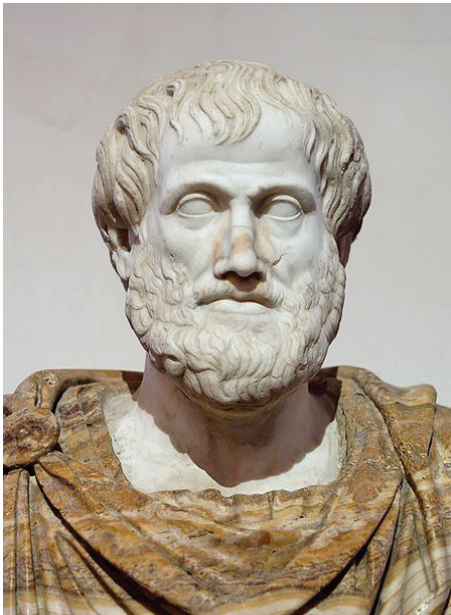


Figura 2.1 - Busto de Aristóteles, cópia em mármore do original em bronze esculpido por Lysippos (séc. IV a.C.)
Fonte: Guedes (2011).

A defesa de Searle do descritivismo é uma forma de evitar as concepções “mágicas” sobre a referência. Por exemplo, alguém poderia, plausivelmente, argumentar que não são as descrições que fixam a referência de um nome e, sim, aquilo que o falante “pensa” ou “crê” quando usa aquele nome próprio. Assim, para que se saiba o que N pretende com o nome próprio Aristóteles será necessário questionar quais seus estados mentais no momento em que usou o nome e não as descrições que ele aceita do nome Aristóteles. Tal argumento é denominado “mágico”, pois mesmo que N nos diga quais seus estados mentais, não temos como conferir se N estava sob aqueles estados mentais de fato. Por sinal, nem N próprio poderá explicar por qual razão aquela descrição veio a sua mente.

Existe um silêncio constrangedor quanto à defesa de Searle e muito deste silêncio deve-se à crença de que nossa mente é um fator determinante na referência dos nomes que usamos. Portanto, apesar da defesa de Searle, as teorias da referência, segundo o conteúdo descritivo, foram abandonadas na Filosofia da Linguagem contemporânea.

Uma das teorias mais aceitas na atualidade é a **teoria causal**. Michael Devitt (1997), por exemplo, combate o ponto de vista de Searle, alegando que a descrição ligada ao nome próprio não é razão suficiente para que se construa um tipo de teoria descritiva. É necessário saber por qual razão aquela descrição surgiu na mente do falante. Se conseguíssemos determinar qual a ligação entre o nome próprio e a descrição segundo estados mentais, poderíamos construir uma teoria dos estados mentais que nos revelasse qual a ligação entre os nomes próprios e a mente do falante. Por tal razão, estas teorias, como a de Devitt, são denominadas teorias causais. Passaremos a analisar com algum detalhe este tipo de teoria na próxima seção.

Seção 3 - Teorias causais da referência

A teoria causal foi elaborada por Saul Kripke numa tentativa de fornecer uma alternativa à teoria da descrição da referência nominal. A ideia central, na qual se apoia a teoria causal, é que o uso de um nome refere-se ao que esteja a ele ligado de forma apropriada, uma ligação que não requer do falante que ele associe nenhuma descrição identificadora com o nome. Tal teoria possui normalmente dois componentes: um lida com a fixação da referência e o outro, com o apagamento da referência.

A referência, por vezes, é fixada inicialmente através da **percepção**, ainda que em alguns casos através da descrição. A fixação da referência ocorre quando um falante afirma de um objeto da percepção “você será chamado N”. Por outro lado, a fixação da referência se dá quando um falante afirma “este X

é o único que deverá ser chamado N". Por exemplo, o nome Netuno foi fixado por ou através da descrição estipulada por um astrônomo, no caso **Leverrier**. Após a fixação da referência, o nome passa de um falante para outro pelas trocas comunicativas (no caso, relatórios de observação de Netuno). Os falantes têm sucesso ao referir-se a algo por meio deste nome, em vista do fato de que, subjacente ao nome, existem elos numa cadeia causal que conduzem ao objeto designado por aquele nome.

Matemático e lógico nascido em 1811 e falecido em 1877, Leverrier, estudioso de Astronomia, é mais conhecido por ser quem descobriu o planeta Netuno.

Assim, os falantes "retiram" de outros falantes os nomes daquela **cadeia causal** a fim de conseguir identificar os objetos daqueles nomes. Tudo que é requerido é que existam elos causais que liguem o nome e o objeto entre os falantes.

Kripke (1980) afirma que, para um falante (enquanto alguém que retira o nome daquele elo causal) ter sucesso ao usar o nome próprio do objeto ou indivíduo referido, é preciso que ele use aquele nome com a *intenção* de designar aquele objeto. Por exemplo, o nome Napoleão pode ser usado para se referir ao meu cão de estimação, mas isto em nada muda o fato de que Napoleão não seja um gato de estimação e, sim, um grande general francês. Neste uso, minha intenção, ao usar Napoleão, não foi a mesma que eu teria se alguém me pedisse um nome de um grande general francês. Ou seja, neste caso, existe uma cadeia causal que devo seguir, ou melhor, neste caso, minha intenção deve ser a de seguir a cadeia causal para que possa ser compreendido.

Como todas as teorias filosóficas, esta também tem seus inconvenientes: parece que Kripke não considerou a mudança de referência. Por exemplo, é possível que, ao me referir a Madagascar, a referência do nome não seja a original, pois durante muito tempo, os navegadores europeus denominaram todo o continente africano por Madagascar. Hoje, este nome designa apenas uma ilha. Parece que foi Marco Polo o primeiro navegador a se referir a este nome como designando apenas uma ilha, ao que tudo indica, ele foi informado por alguém da existência de Madagascar, mas a pessoa que lhe informou sabia que o nome designava uma ilha e não o continente como um todo.



Figura 2.2 - Localização da ilha de Madagascar
Fonte: Oliveira (2010).

A questão quanto ao que designa Madagascar pode ser assim colocada: em que momento o nome passou a designar uma ilha, considerando que todos o usavam para designar um continente? Esta questão, muito mais que retórica, aponta para um problema na cadeia causal de Kripke, qual seja: um nome pode adquirir novo referente ou pode perder um referente. Neste caso, como explicar a quebra da cadeia causal, isto é, em que ponto ela foi quebrada?

Filósofos, como Michael Devitt (1997), tentaram suplementar a teoria causal da referência e salvá-la dos problemas através do acréscimo de algo que ele denominou “conteúdo perceptual”. O **conteúdo perceptual** seria uma espécie de guia para manter a rigidez da referência, neste caso, o nome próprio Madagascar mudaria de referente sempre que o objeto, que agora faz parte da cadeia causal e que é seguido por todos os falantes, sofresse alguma mudança.

Contudo, é difícil para Devitt argumentar que os *perceptos* – sejam de objetos ou não – possam fazer parte do conteúdo semântico de um nome próprio. Isto pela seguinte razão: suponha que o nome próprio “Hesperus” é usado por todos os falantes de forma rígida – isto é, sem interpretação – segundo uma cadeia causal. Isto significa que A usa Hesperus tal como B, pois ambos seguem uma regra causal de significação, em outras palavras, eles usam Hesperus assim como outros usaram antes deles.

Entretanto, Devitt deseja que o *percepto* de Hesperus seja parte de seu significado. Neste caso, o objeto. A confusão, porém, apenas tende a aumentar, uma vez que o conteúdo perceptual de Hesperus é o mesmo de Phosphorus, pois ambos são o mesmo objeto. Para eliminar o problema, seria necessário criar regras formais que determinassem não apenas o significado fixo de Hesperus, mas também que objeto é Hesperus. Ora, isto nada mais é que acrescentar alguma regra *ad hoc*, a fim de manter a teoria causal. Neste caso, ela deixaria de ser causal, mas formalizada. Este tipo de problema forçou os filósofos a adotarem o que se pode denominar por “teorias híbridas”.

Percepto, na filosofia de Gilles Deleuze, é um complexo de sensações e percepções que tem vida própria e vai além daquele que o sente.

Formulada para um fim específico.

Considerando que o problema da mudança de referência não é apenas o único problema com que se defronta a teoria causal da referência, o filósofo Gareth Evans (2002) forneceu uma série de exemplos de uso dos nomes próprios que são mais bem compreendidos se usarmos uma teoria híbrida de acordo com a qual a referência de um nome próprio (usado como tal por um falante) é predominantemente causal quanto ao que diz respeito à origem da informação que o falante associa ao nome. Considere, por exemplo, o seguinte caso hipotético discutido por Evans:



Descobre-se a existência de uma urna que contém segredos e provas matemáticas fascinantes. Na lateral da urna, pode-se ler o nome “Ibn Khan” que é imediatamente associado ao criador das provas e segredos matemáticos contidos na urna. Consequentemente, passará a ser de uso comum entre os matemáticos a expressão “Ibn Khan provou que...”, entre outras. Contudo, suponha que a urna seja de propriedade do escriba que transcreveu as provas muitos anos depois de elas serem efetuadas e escritas por outro.

Este exemplo mostra que, intuitivamente, podemos afirmar que o nome usado pelos matemáticos contemporâneos refere-se a um matemático da Antiguidade, ainda que não ao escriba. Mas a teoria causal de Kripke continuará a aceitar que o nome se refira ao autor das provas, pois os matemáticos contemporâneos, ao usarem o nome Ibn Khan, estão se referindo ao autor das provas, mesmo que este não seja o autor. A intenção dos matemáticos não é introduzir um novo uso do nome Ibn Khan para a referência:

o matemático da antiguidade que provou etc., etc. Antes, os matemáticos continuarão a usar o nome com aquela referência, pois ela está causalmente associada a ele.

A origem da informação é a associação causal entre o conteúdo dos textos contidos na urna e o nome nela inscrito. A vantagem da teoria de Evans é a de combinar uma teoria descritiva da referência com uma teoria causal, ainda que não exija a rigidez do designador. O elo causal é preservado, fazendo com que cada matemático mantenha a referência do nome Ibn Khan, com isto evitando o problema do erro que atacava a teoria de Kripke.

Outro filósofo que tentou reelaborar a teoria causal de Kripke foi Michael Devitt.



A diferença entre a reconstrução de Evans e a de Devitt reside no fato de que Devitt (1997) acrescenta outra categoria para fixar a referência: a categoria de **tipo**.

Ou seja, o nomeador deve conhecer o “tipo” de objeto que está nomeando. Por exemplo, quando atribuímos um nome a nosso gato de estimação, podemos chamá-lo por “**Fido**”. Mas, ao fazer isto, não estamos nomeando um objeto que seja um “fido”, por assim dizer. Não conhecemos nenhum objeto que seja um fido, mas sabemos que é usualmente atribuído aos animais de estimação.

Vem do termo latino *fidus*, que significa “leal, confiável”. No português, no entanto, fido manteve esse sentido original apenas no uso literário.

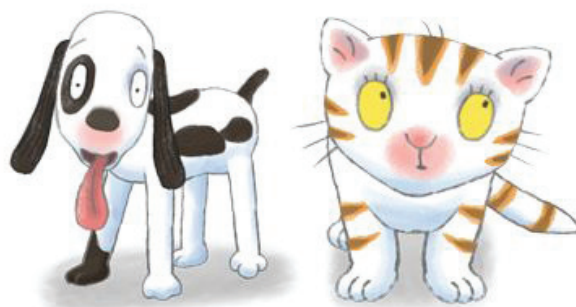


Figura 2.3 - “Fido” e “Pipo”, personagens de desenho animado
Fonte: Personagens ([200-?]).

Assim, o ponto de vista de Devitt incluiu o fato de que sabemos o tipo ou a essência do objeto que estamos nomeando e, ao fazer isto, devemos ser capazes de conceituar o objeto que vou chamar

de “fido”, devo saber que este objeto aceita a conceituação. Desta forma, é preciso que eu saiba o que é um “gato”, enquanto “gato”. Usando outras palavras, devo saber diferenciar o que é um felino e o que é um equino, por exemplo. Portanto, devo saber que o objeto – que chamarei de fido – aceita uma determinada descrição, ainda que não seja a descrição “fido”.

Esta nova formulação da teoria causal gerou o problema dos termos de essência. Por exemplo, que tipo de descrição um nome próprio como “água” ou “ouro” aceitam? Este viés do problema da teoria causal foi analisado pelo filósofo estadunidense Hilary Putnam em sua obra **Mind, Language and Reality**, de 1975. Putnam ampliou o ponto de vista de Kripke sobre os nomes próprios e introduziu os “**nomes de essência**”, que também podem ser chamados “**tipos naturais**”.

Tais termos se referem, obviamente, aos tipos de coisas que encontramos na natureza. Estes tipos naturais são os objetos estudados pelos cientistas, sejam eles químicos, biólogos ou físicos. O fato é que estes tipos possuem uma natureza individualizada que explica, ainda que em termos um tanto superficiais, as características de cada um deles.



Por exemplo: água, ouro, vírus, plasma, tigre etc.

O ponto de vista tradicional a respeito destes termos os concebe como descritivos uma vez que seus conteúdos determinam suas referências. Assim, ao que tudo indica, ouro é o nome próprio de apenas um tipo de essência, que possui peso específico, estrutura química etc. Assim, ouro é todo tipo de objeto que “satisfaz” as propriedades expressas pelo conteúdo descritivo associado. Numa palavra, dada a essência do metal denominado “ouro”, todo metal que cumprir com aquelas estipulações também será denominado “ouro”.

Esta teoria possui força intuitiva, pois nos provê explicações onde uma teoria puramente descritiva não nos ajudaria, como veremos nos exemplos a seguir. O segundo ponto positivo desta teoria é que a base da referência são exatamente as descrições naturais ou de essência, que nos oferecem uma explicação da referência.

A força explicativa da proposta de Putnam pode ser mais bem apreciada através de exemplos que usam termos naturais ou de essência em sua constituição. Por exemplo:

- (a) Cogumelos são fungos.
- (b) Gnomos são criaturas míticas.
- (c) Unicórnios não existem.
- (d) Paula acredita que as peras são doces, mas não a pera rocha.

Analisando cada uma das sentenças, teremos o seguinte diagnóstico: (a) parece informativa; (b) tem significado (também traz informação), pois usa termos que possuem referência; (c) tal como a anterior, é significativa e verdadeira; (d) atribui crença consistente à Paula. Consideradas do ponto de vista puramente referencial, de acordo com o qual o significado de um termo nada mais é que seu portador (o nosso já conhecido millianismo), pode-se predizer que (a) é trivial, (b) e (c) não fazem sentido e (d) atribui uma crença inconsistente à Paula.

Agora, em contraste com tal análise, suponha que tomemos o ponto de vista descritivista do significado. Então, dado que os termos podem ter conteúdo descritivo diferente e dado que os termos vazios podem ter conteúdo descritivo, então, podemos explicar a capacidade explicativa de (a), por qual razão (b) e (c) são significativas e, por fim, por qual razão (d) não atribui crença inconsistente à Paula.



Contudo, é preciso salientar que, segundo Putnam (1975), seria um engano supor que os termos naturais ou de essência referem-se por causa das intenções mentais do falante.

Putnam argumenta que os conteúdos significativos dos termos usados devem ser determinados pela definição “essencial” de cada um deles. Assim, por exemplo, no caso de Paula, temos dois tipos da mesma fruta e não duas frutas diferentes, mesmo que Paula assim acredite. Para aprofundar mais seus argumentos, Putnam elaborou o que ficou conhecido como “argumento da terra gêmea”.

Segundo este argumento, devemos imaginar dois personagens, Oscar e seu gêmeo, num outro mundo possível ao qual denominaremos Oscar(g) – por viver numa suposta terra gêmea. Assim, Oscar chama uma substância por H₂O e Oscar(g) chama a mesma substância por XYZ, quando usam o termo “água” – apesar do fato de que seus estados psicológicos são os mesmos. Ou seja, quando Oscar(g) bebe XYZ, ele afirma que bebeu água e, por sua vez, quando Oscar bebe H₂O, ele afirma que bebeu água, também. Ambos atribuem o mesmo conteúdo descritivo à substância: cristalina, sem cheiro, líquida, cai do céu, está nos rios e oceanos etc.



O argumento de Putnam é o seguinte: a referência de um termo natural não é determinada pelo que está na mente do falante, pois o significado é determinado pela referência. **Se a referência é o que está na mente do falante, então, não determina o significado.**

Assim, podemos ver que o ponto de vista de Putnam é similar ao de Kripke, ao menos no que diz respeito à referência nominal. A referência é inicialmente fixada seja pela percepção ou pela descrição de exemplares semelhantes do mesmo objeto natural. A referência, então, pode ser estendida a qualquer objeto que tenha uma estrutura interna semelhante. Por exemplo, no caso da água, tanto Oscar quanto Oscar(g) falam do mesmo objeto, pois a cadeia causal de comunicação sanciona tal uso.

Mesmo que os falantes sejam ignorantes quanto à essência do objeto que estão referindo, o significado permanece, pois a referência do termo já foi fixada sem a necessidade de determinar o que está na mente de cada falante. Por exemplo, quando você vai a uma relojoaria e deseja comprar alguma joia com determinado quilate de ouro, basta solicitar ao vendedor. Não é necessário que você saiba exatamente o que é o ouro, como termo de essência, mas, sim, que tipo de objeto você receberá quando o vendedor lhe mostrar uma joia de ouro. O termo ouro, como termo de essência, é determinado por cientistas e não por compradores de ouro ou vendedores de joias. Putnam argumenta que seu ponto de vista

poderia ser expandido para outros tipos de termos, por exemplo, termos para objetos artificiais, termos que designam objetos construídos pelo ser humano: canetas, relógios, telefones etc.

A consideração de Putnam para este argumento é intuitiva e elaborada através de “experimentos mentais”, isto é: exemplos intuitivos e contraintuitivos que demonstram uso padronizado dos termos. Por exemplo, suponhamos que alguém descobre que os lápis não são artefatos e sim organismos. Ainda serão chamamos lápis e estaremos corretos ao agir assim. Isto mostra que a referência para tais expressões não pode ser fixada através de uma descrição da forma “o artefato cuja função é...”. Este tipo de definição da referência nos conduz a pensar que as descrições definidas poderiam fornecer um ponto de vista mais vantajoso quanto ao problema da referência. Vamos analisar, brevemente, a teoria das descrições definidas daqui em diante.

Seção 4 - A teoria das descrições definidas

A discussão sobre as descrições definidas (e indefinidas) é tradicional na Filosofia da Linguagem e se tornou o centro da filosofia analítica já por quase um século. Com base no que até agora temos estudado sobre a referência, você pode perceber que é bem possível pensar que, em vez de um nome próprio fazer referência a um objeto, ele pode ser compreendido como uma descrição de um objeto. Se pensarmos assim, podemos dizer que “lápis” é uma descrição definida de um objeto, a saber: o objeto que possui tal e tal constituição, tal e tal uso, e assim por diante. Se formos definir a referência de outro nome próprio, por exemplo, “Montanha de Ouro”, podemos estipular o seguinte: Montanha de Ouro refere-se a uma determinada elevação com a altura X, localizada em L, que possui em sua composição o elemento químico *Au*, e assim por diante. Mesmo que você alegue que tal montanha não exista, você não pode negar que ao usar tal nome próprio faz-se referência a algo.

Assim, podemos elaborar uma determinada forma para uma descrição definida “O F que é G”. Este tipo de formulação ficou famoso no texto de Bertrand Russell em que trata da denotação: **On denoting** (Da denotação). Russell (1980), de fato, usou esta formulação e a discussão das descrições definidas para lançar uma série de outros argumentos sobre a epistemologia e sobre determinados projetos metafísicos, além de atacar a teoria das descrições de Frege. Com o passar do tempo, as descrições passaram a ser tratadas como instrumentos para quantificação de sentenças, como instrumentos que explicam a referência ou com instrumentos para compreender o mecanismo da predicação na linguagem. Ainda hoje, a discussão sobre a teoria das descrições continua gerando discussão entre os filósofos, tal como veremos mais adiante.

Portanto, ordinariamente, quando os filósofos falam de “descrições”, eles estão pensando em dois tipos de expressões em particular: (a) descrições definidas – “o F que” e, (b) em descrições indefinidas – “F” (apenas). Bem por certo que existe uma grande limitação aqui, pois existem outros tipos de expressões que parecem ter esta mesma forma, ainda que não são consideradas como descrições. Por exemplo, na afirmação “Paulo é policial”, a expressão “...é policial” não é considerada como uma descrição genuína e, sim, como um predicado. Ainda mais, são plausíveis muitas outras expressões que têm a forma superficial parecida com “O F que...”, mas jamais são tratadas como tipos de descrições. Por exemplo, uma afirmação genérica como “As baleias são mamíferos” ou “Os gatos estão miando”. Além disto, é plausível pensar que existem expressões que não possuem a forma “canônica” de uma descrição definida e que, ainda assim, podem ser descrições. Por exemplo, expressões “meu pai” é uma descrição.

No seu ensaio de 1905, Russell também propôs que nomes comuns ou ordinários podem ser construídos como descrições definidas. Assim, um nome como Aristóteles, por exemplo, pode ser uma redução da expressão “o estudante de Platão que foi tutor de Alexandre, o Grande e escreveu a **Ética a Nicômaco**”.

Além destas considerações, também os pronomes como “isto” podem ser considerados como quase descrições. Considere as seguintes afirmações:

- (1) Um homem X entrou na sala. Ele ligou a TV.
- (2) Um homem X entrou na sala. [Este homem X que entrou na sala] ligou a TV.

Contudo, isto já nos lança na questão das descrições “indefinidas” e nossa intenção para o momento é discutir e analisar as descrições definidas. A princípio, vamos nos manter atentos às ideias lançadas por Russell em seu texto, o qual se tornou uma espécie de ponto obrigatório para a Filosofia da Linguagem nestes últimos 100 anos. Ou seja, trata-se, na verdade, da questão de aceitar ou negar as intuições de Russell naquele texto e as consequências de uma atitude ou outra para toda a filosofia atual, com profundas consequências para a epistemologia e a ontologia.

Apesar de todo este impacto, a teoria proposta por Russell é bem simples: uma sentença que contém uma descrição definida possui uma determinada forma lógica. Considere a seguintes fórmulas:

- (1) Existe um F.
- (2) Pelo menos um objeto é F.
- (3) Algo que é F, é G.

Segundo alguns filósofos que analisaram a obra de Russell, você pode substituir (3) por:

- (3') Todas as coisas que são F, são G.

Assim disposta, a teoria de Russell das descrições definidas de uma sentença envolve três tipos de exigências: a existencial (existe um F que), a de unidade ontológica (pelo menos um objeto é F) e a de universalidade (todo objeto que F é G). Além disto, é preciso distinguir na formulação de Russell mais dois aspectos importantes, quais sejam: o aspecto semântico e o aspecto sintático. O aspecto sintático implica que as sentenças que contêm descrições definidas são mais apropriadamente analisadas como tendo a forma lógica (3'). O aspecto semântico implica que qualquer que seja a sentença que contenha uma descrição definida, possui condições de verdade que são idênticas a de (3'), ainda que seja questionável se é possível termos alguma verdade

semântica – assim definida na teoria – se deixarmos de lado a forma sintática da descrição definida.

Outros autores se dedicaram a formalizar as ideias de Russell, para que a forma lógica das descrições definidas fosse claramente identificada. Como nosso objetivo aqui não é o de avançar para as formalizações lógicas e, sim, apresentar as ideias de Russell sobre as descrições definidas, deixamos de lado os estudos de formalização em linguagem puramente lógica e passamos para as motivações da teoria proposta por Russell.

Ao escrever uma carta para um filósofo amigo, em 1919, Russell descreve da seguinte forma seu interesse pelas descrições definidas:

[...] neste capítulo deveremos considerar a palavra “O” [tal como em “O F que”] e no próximo capítulo deveremos considerá-la novamente, só que agora no plural. Você poderá achar excessivo tratar de uma simples palavra em dois capítulos, mas para o filósofo matemático esta é uma palavra de grande importância (RUSSEL, 2007, p. 200).



Por qual razão estaria Russell tão interessado numa simples palavra como este artigo?

À parte a teoria das descrições definidas e o papel que ela desempenhou no desenvolvimento para a teoria dos tipos, existem **três motivações básicas para a teoria das descrições definidas**: a primeira é metafísica, a segunda envolve questões semânticas na Filosofia da Linguagem e a terceira motivação é epistemológica.

A motivação metafísica possui o seguinte contexto: desde Parmênides, os filósofos se ocupam sobre como pode uma expressão sem denotação ser usada em um contexto de proferimentos significativos. Por exemplo, se usamos o nome “Pégasus” ou uma descrição tal como “o atual rei da França”, elas não teriam que se referir a algo para que o proferimento se tornasse significativo? Ora, claramente, pode-se usar a expressão de forma significativa. Considere uma sentença como “O atual rei da França não existe”, ou então esta outra: “Pégasus não existe”, ou ainda “Pedro acredita que o atual rei da França não existe”. Algumas respostas são possíveis a estas questões.

Alexius Meinong (1853-1920), filósofo austríaco, desenvolveu estudos de lógica que o levaram a propor uma teoria dos objetos inexistentes.

Consideremos uma resposta ao estilo **Meinong**, segundo a qual estas expressões realmente referem-se a determinados objetos (ainda que o objeto não exista). Seria possível argumentar que não se está usando uma sentença completa nestes casos, embora a sentença seja, de fato, significativa – um argumento lançado por **Peter Strawson**, em 1950.

Contudo, antes de considerar que estas descrições definidas não possuem referentes ou que os referentes são objetos inexistentes, Russell (1980) oferece outra resposta que não envolve estes objetos inexistentes – poupando-nos dessa questão metafísica. A ideia de Russell é bem simples. Consideremos a seguinte sentença, que contém uma negação existencial:

“O atual rei da França não existe.”

Como as descrições definidas são instrumentos para quantificação sob o ponto de vista de Russell, elas podem entrar em relações com outros operadores, neste caso, temos o operador de negação. Um ponto de ambiguidade ainda permanece nesta formulação. Por exemplo, veja estas duas outras formas lógicas:

f1 - não ([o X que, tal que X é o atual rei da França] existe)

f2 - [o X tal que X é o atual rei da França] não (existe (X))

Se desejamos nos ver livre do problema metafísico dos objetos inexistentes, então, podemos afirmar que a segunda forma lógica (f2) é falsa – uma vez que envolve a quantificação de algo que não existe. Por outro lado, a primeira forma lógica (f1) é verdadeira – uma vez que não envolve o caso de que exista o atual rei da França. Ora, o que é negado em (f1) não é uma afirmação sobre um indivíduo existente em particular.

Este mesmo tipo de situação ocorre nos relatos que contêm atitudes proposicionais – que você deve estar lembrado como sendo aquelas sentenças que envolvem adscrição ou atribuição de crença. Por exemplo, posso afirmar “Pedro crê que o atual rei da França é calvo”. Minha afirmação diz que Pedro crê em determinada proposição geral, a saber “que o atual rei da França existe”, e não em uma proposição sobre um determinado objeto em particular. A sentença trata de uma atribuição de crença de que alguém é o atual rei da França (ou poderia afirmar

Sir Peter Frederick Strawson (1919-2006), filósofo inglês, precursor da Filosofia da Linguagem Ordinária, foi Professor de Filosofia Metafísica no Magdalen College, da Universidade de Oxford.

irracionalmente que é) e que poderá ser satisfeita por qualquer indivíduo que tenha a característica ou propriedade de ser calvo.

A teoria das descrições permite-me relatar a crença de Pedro sem que, com isto, eu esteja me referindo a qualquer indivíduo em particular ou mesmo supondo que algum indivíduo é denotado pela descrição. Veja, é o mesmo caso que você fazer as seguintes afirmações:

[af1] O X, tal que X é a montanha de ouro, não existe.

[af2] Pedro crê que [“o x tal que x é a montanha de ouro, não existe”].

Nestes dois casos, você está dizendo coisas diferentes: em [af1] está se comprometendo com a inexistência de um objeto denotado pela descrição definida “a montanha de ouro”, isto é, você está dizendo que no mobiliário ontológico do mundo este objeto não existe. Logo, compromete-se com a significação do que está dizendo que não existe. Você está com um problema ontológico, pois alguém poderá lhe pedir maiores detalhes sobre o objeto, não bastará apenas dizer “tal objeto não existe”.

Ainda lhe restará explicar como alguém pode compreender sua afirmação. O segundo caso é diferente, pois em [af2] você não se compromete com a existência de algo ou sua inexistência e, sim, com a crença de Pedro e, sendo assim, suas explicações quanto ao que diz deverão ser diferentes. Por exemplo, se alguém lhe questionar sobre a verdade de sua afirmação, você poderá responder “conheço Pedro e sei quais são suas crenças” ou simplesmente, a dizer “bem, ele me disse isto”.

Veja como a complicação técnica, neste segundo caso, é bem menor. Ao invocar a teoria das descrições definidas, nós escapamos não apenas do problema dos objetos inexistentes e ficamos livres de justificar a crença de Pedro (teremos de justificar nossa afirmação sobre a crença de Pedro, mas não a razão pela qual ele tem esta crença). Desta forma, poderemos empregar livremente sentenças com operadores existenciais negativos e, ao mesmo tempo, ficarmos livres para relatar as crenças de outras

pessoas – mesmo que estas crenças contenham sentenças em que expressões que não possuem denotação sejam empregadas.



A teoria das descrições definidas, não apenas nos livra de compromissos ontológicos quando usamos operadores existenciais (existe, não existe) ao nos referirmos às crenças de outros, mas também nos permite o uso de nomes próprios ficcionais.

Por exemplo, suponha que “Pégasus” seja realmente uma descrição definida a despeito de todas as nossas considerações quanto ao que seja um objeto como este. Sendo assim, quando eu faço um relato sobre a crença de Pedro dizendo “Pedro acredita que Pégasus está em seu jardim”, não é necessário que se considere que estou me referindo a um objeto de determinado tipo e, sim, a uma crença de Pedro. Ou seja, minha afirmação não diz respeito a qualquer objeto do mundo e, sim, a uma crença sobre o mundo, a qual, no caso, é de Pedro. Se estendermos esta estratégia para o discurso ficcional – um discurso que não diz respeito à atribuição ou adscrição de crenças – como, por exemplo, uma sentença como “Pégasus voava de maneira leve pelo ar”.

Neste caso, o objeto Pégasus poderia ser definido como “o X tal que X é um animal mitológico que aparece nas histórias de Homero” e, com isto, o compromisso ontológico com a existência de Pégasus é desnecessária. O contrário disto seria tomar partido do ponto de vista de Meinong e afirmar que o fato de usarmos o nome próprio Pégasus implica que estamos comprometidos com a sua existência, pois os nomes próprios denotam objetos do mundo. Ou seja, Meinong não trabalhava a noção de nome próprio como uma descrição definida, mas, sim, como denotação de um objeto.

Isto diz bastante a respeito das razões metafísicas para dotar uma teoria das descrições definidas, qual seja: livrar-se de problemas quanto à denotação de certos objetos, os quais podem ser ficcionais, estar no passado, ou mesmo pertencer a determinados mitos.

Vamos analisar, agora, as razões semânticas para adotar a teoria das descrições definidas. Por exemplo, considere as expressões

“a estrela da manhã” e “a estrela da tarde”. Ambas as expressões – como já vimos em outro tópico mais acima – se referem ao mesmo objeto, a saber: o planeta Vênus. Contudo, podemos pensar em contextos nos quais dizer que as duas se referem ao mesmo objeto não é dizer que ambas as expressões possuem o mesmo significado.



Por exemplo, foi uma descoberta astronômica o fato de que a Estrela da Manhã também era a Estrela da Tarde. Logo, seria errôneo tratar as duas expressões como fazendo uma asserção sobre o mesmo objeto, considerando que tal objeto, neste contexto, não é idêntico.

Russell argumentou de maneira similar, quando observou a seguinte sentença:

O Rei George IV perguntava-se se Scott era Sir Walter.

Esta sentença não é um caso em que alguém, o Rei George IV, está curioso quanto à lei da identidade, com se estivesse questionando se $A = A$. Para solucionar este problema, o matemático Gottlob Frege (1978) – que já estudamos antes – propôs que a solução envolvia a introdução da noção de “sentido”. Assim, afirmou que objetos abstratos que fixam a referência de expressões como as empregadas na sentença em consideração e, ainda, que cada sentido diferente possui um significado cognitivo diferente. Dessa forma, para o caso da dúvida do Rei George, Frege propôs a seguinte solução: existem sentidos diferentes que estão ligados aos nomes “Scott” e “Sir Walter”. A proposta de Russell foi não adotar a ideia de Frege e afirmar que as descrições definidas poderiam solucionar o problema, sem aumentar a bagagem metafísica. Se tomarmos os nomes “Scott” e “Sir Walter” como um caminho para descrições definidas, teremos o seguinte:

“O Rei George se perguntava se o X que...é idêntico ao X que...”

Os dois espaços não preenchidos representam diferentes descrições definidas. Por exemplo, X pode ser “o escritor de Ivanhoé” e Y pode ser “O cavaleiro nomeado pela rainha em tal e tal data cujo nome é Sir Walter”.

Bem, estas são as motivações semânticas de Russell. Por uma questão de espaço, vamos desenvolver agora as motivações epistemológicas para que a teoria das descrições definidas fosse adotada. Estas motivações não foram o alvo inicial de Russell, mas nem por isto deixam de ser importantes e são evidentes em seu texto de 1910, **Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description** (Conhecimento por Familiaridade e Conhecimento por Descrição, na tradução brasileira). Neste ensaio, Russell (1980) distingue dois tipos de objetos com os quais estamos tendo uma relação de conhecimento: conhecemos **objetos de forma direta e objetos apenas por uma descrição sua**.



Por exemplo, posso conhecer a mim mesmo por familiaridade, mas conheço a pessoa mais alta de minha cidade através de uma descrição. Por certo que existem mais pessoas com quem posso falar sobre a pessoa mais alta de minha cidade, são elas que me descrevem o homem mais alto da cidade.

Considere outro exemplo, o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso: será que o conheço por descrição ou por familiaridade? Bem, podemos pensar que estou familiarizado com o ex-presidente, talvez por vê-lo nas várias intervenções que fez na TV. Ainda que se possa dizer também que seja uma relação mediada pelos satélites e links da emissora de TV. Por outro lado, este tipo de conhecimento permite que as dúvidas de Descartes tenham alguma plausibilidade: talvez Fernando Henrique Cardoso não exista, talvez ele seja apenas uma imagem holográfica e uma invenção de alguns políticos malignos em conluio com técnicos em informação etc., etc.

Sob o efeito da epistemologia cartesiana, Russell afirma que a possibilidade de que eu seja iludido pela existência de Fernando Henrique Cardoso implica que eu o conheça apenas por descrição e não por familiaridade. Isto significa que o nome “Fernando Henrique Cardoso” é uma forma de descrição. Ao fim e ao cabo, minhas intuições linguísticas estão baseadas em minha psicologia, isto implica que não tenho a intenção de falar algo do qual ou sobre o qual jamais pensei, ou sobre o qual tenho qualquer crença. Ainda, como não há forma de sair da própria pele para investigar se todas as descrições definidas

de fato correspondem a algum objeto, Russell adotou a posição extrema de afirmar que nós apenas temos conhecimento por familiaridade com pouquíssimos indivíduos – mesmo para o caso do conhecimento sobre si mesmo, é possível alegar que estamos familiarizados através de nossos dados dos sentidos, e nada mais.



A conclusão epistemológica deste argumento será afirmar que todas as nossas alegações de conhecimento são gerais, isto é, são descrições definidas e não o emprego de definições de objetos de maneira direta (ao estilo millianista).

Em suma, você percebeu que a motivação epistemológica de Russell, ao elaborar a teoria das descrições definidas, foi a de escapar do argumento cético cartesiano. Russell admite que não conhece objetos de maneira direta nem por familiaridade. Antes, a grande parte de nosso conhecimento se dá através das descrições definidas. Isto novamente nos lança na questão de saber se Pégasus existe ou não.

Ora, como mais acima já analisamos, a existência de Pégasus não será um problema se adotamos a teoria das descrições definidas de Russell, pois é possível definir Pégasus como um ente mitológico que pertence às histórias de Homero ou à mitologia grega. Com isto, continuamos falando sobre Pégasus e deixamos o cético com a tarefa de demonstrar que a prova da existência de Pégasus é fundamental para podermos dar significado às sentenças em que o nome Pégasus é usado. Mas, contudo, este é um trabalho para o cético e não para quem adota a teoria de Russell.

Seção 5 - Objeções à teoria das descrições definidas

Como não poderia deixar de ser, a teoria de Russell sofreu algumas objeções. Vamos analisar aqui apenas três objeções importantes, ainda que algumas outras tenham sido elaboradas.

Primeira objeção à teoria das descrições definidas: as condições de verdade

Esta objeção foi elaborada principalmente pelo filósofo inglês Peter Strawson em seu texto **On Referring** (Sobre referir), de 1950. Segundo Strawson (1989), a teoria de Russell está incorreta quanto às condições de verdade de sentenças como “O atual rei da França é calvo”. Segundo a análise de Russell, esta sentença é falsa, uma vez que contém um operador existencial atribuído a um objeto que não existe.

Contudo, de acordo com Strawson (1989), tal ideia não está de acordo com nossas intuições sobre a verdade do proferimento daquela sentença. Partindo do ponto de vista de Strawson, um proferimento de uma sentença num mundo onde não existe o rei da França não é nem verdadeira nem falsa; talvez se possa atribuir algum valor de verdade à sentença, ou talvez ela nem expresse proposição alguma, a não ser isto, ela não parece ser falsa. Logo, se não existe um atual rei da França, então, o proferimento que contenha tal expressão é defeituosa, pois ela pressupõe que exista um rei na França. Ora, a sentença claramente falha ao referir, da mesma forma há uma falha na pressuposição e, sendo assim, a sentença falha em tentar atingir determinado valor de verdade.

Notemos aqui que Strawson não está dizendo que uma falha como esta retira o valor das sentenças que usamos, antes, para ele as sentenças são significativas em si mesmas, independentemente da situação de quem a pronuncia. Assim, uma sentença será ou verdadeira ou falsa, mas com uma falha de pressuposição, ela não será nem uma coisa nem outra.

Segunda objeção à teoria das descrições definidas: as descrições erradas

O filósofo estadunidense Keyth Donellan, em seu ensaio **Reference and Definite Descriptions** (Referências e descrições definitivas), de 1991, observou que existe um sentido em que tanto Russell quanto Strawson podem estar corretos e, ao mesmo tempo, errados no que diz respeito à análise das descrições. Ele argumenta que as descrições definidas podem ser usadas de maneiras diferentes (pelo menos duas maneiras diferentes).

Se tomarmos o sentido “atributivo” de uma definição definida, uma sentença da forma “O F que G” é usada para expressar um proposição do tipo “qualquer um que seja um F, é um G”. Por exemplo, suponha que alguém tenha atirado em Pedro e que seu corpo esteja agora no chão, inerte. O detetive D poderá afirmar “O assassino de Pedro era um insano” e, com isto, comunica o pensamento de que um único indivíduo assassinou Pedro e que, seja quem for, é insano.

Por outro lado, o uso referencial da sentença “O F que é G” também é usado para selecionar um indivíduo específico, x, e afirmar de x que ele é um G. Por exemplo, suponha que João está no tribunal para julgamento e se comporta de maneira estranha na sua posição de réu. Posso olhar para João e afirmar “O assassino de Pedro é insano”, assim comunicando o pensamento de que João é insano (ainda que não seja ele o assassino de Pedro).

O argumento de Donnellan é que as descrições definidas de Russell, na forma como ele as usa, possuem o sentido atributivo, mas não se pode dizer que seria adequado este uso para o caso referencial. Com efeito, podemos compreender que Donnellan está afirmando que, em alguns casos, as descrições são *russellianas* e em outros casos *strawsonianas*. Alguns filósofos tomaram este argumento de Donnellan e passaram a considerar se a expressão “O” - como em O F que é G - não é ambígua. Ou seja, ela seria uma expressão que se situa tanto num nível atributivo quanto num nível referencial.

Terceira objeção à teoria das descrições definidas: o argumento da incompletude

Outro problema persistente para a teoria de Russell e sua teoria das descrições definidas diz respeito à possibilidade de que uma descrição definida seja incompleta. Este problema foi analisado por vários filósofos da linguagem e se mostrou uma forte objeção para a adesão ao programa russelliano.

Vamos considerar a seguinte afirmação, supondo que alguém lhe diga: “A mesa está coberta de livros”. Com isto, a pessoa está lhe informando que, segundo a teoria proposta por Russell, existe uma mesa e que está coberta de livros. Mas ela não está afirmando que existe apenas esta mesa no mundo e é exatamente esta última exigência que traz complicações para a teoria de Russell. Se você retornar à nossa explicação da forma lógica das descrições definidas de Russell, verá que é uma exigência da teoria que ela seja universalizada. A teoria exige que a frase acima seja escrita da seguinte forma “existe uma mesa e uma única mesa e toda mesa está coberta de livros”.

Uma estratégia para lidar com tal problema é apelar para o contexto em que a frase é proferida a fim de tornar a descrição mais definida. Talvez, poder-se-ia acrescentar a expressão “nesta sala em específico” e, com isto, estaríamos especificando uma coordenada para a expressão “a mesa que está coberta de livros”. O problema com esta estratégia é que ela acrescenta expressões que, por sua vez, devem ser definidas. Elas devem ser consideradas como aquilo que o falante tem em mente quando afirma “a mesa está coberta de livros”? E, mais ainda, será esta especificação suficiente para determinar o objeto em questão? Outros tipos de expressões podem trazer mais complicações à teoria das descrições: imagine uma sentença como “Todos vieram à festa” sem que, com isto, esteja-se referindo a uma pessoa em especial.

Alguns filósofos da linguagem argumentam que, em casos como os acima mencionados e em outros talvez mais complicados, o problema das descrições definidas incompletas poderia ser superado se acrescentássemos uma espécie de quantificador lógico para restringir o domínio da descrição definida. O filósofo Stanley Szabó, em seu ensaio **Descriptions and Uniqueness** (Descrições e Unicidade), de 2000, sugere que o contexto

poderia servir de quantificador de restrição. Este tipo de estratégia, porém, conduz-nos ao campo da pragmática ou a uma fronteira não bem definida que engloba a lógica (por causa do quantificador), a semântica (pois estamos tratando das descrições definidas) e a pragmática (pois estamos tratando o contexto como se fosse um “restritor” da definição).

Com isto, terminamos nosso estudo da referência. Você pode ver que este tema ainda é pertinente na Filosofia da Linguagem e que não possui aspecto apenas histórico, por assim dizer. Você poderá aprofundar seu estudo do tema da referência seguindo as indicações contidas na seção Saiba Mais, ao final desta unidade.



Síntese

Nesta unidade, você estudou os principais aspectos das discussões sobre a referência na Filosofia da Linguagem. Iniciamos nosso estudo pela compreensão do significado de referência de uma forma geral. Trabalhamos o ponto de vista filosófico de Frege sobre a referência. Estudamos as diferentes propostas para uma teoria da referência e depois disto, passamos ao estudo das teorias causais da referência. Terminamos nosso estudo analisando a proposta de Hilary Putnam sobre a referência e seu argumento da terra gêmea. Após estas teorias, analisamos a proposta de Bertrand Russell que cria uma teoria das descrições definidas. Analisamos os pontos básicos desta teoria e as motivações que levaram Russell a propor a teoria. Por fim, encerramos nossa unidade de estudo tratando de algumas críticas importantes que são feitas à teoria das descrições definidas de Russell.



Atividades de autoavaliação

- 1) Leia a seção 1 e diferencie os dois programas da Filosofia da Linguagem que tentam explicar a referência e responda ao seguinte: por qual razão a teoria da referência baseada no projeto naturalista (ou naturalizante) baseia sua explicação da referência com base em estruturas temporais?

- 2) Explique por qual razão a questão de entender o mecanismo da referência objetiva compreende o mecanismo da referência especificamente sobre os nomes próprios.

- 3) Explique o que é uma teoria millianista da referência e qual o problema que tal teoria enfrenta no que diz respeito aos nomes próprios.



Saiba mais

Para que você possa aprofundar os estudos realizados nesta unidade, sugerimos as seguintes leituras complementares:

RUSSELL, Bertrand. **Ensaio escolhido**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix / EdUSP, 1978.

0 *Tractatus Logico-Philosophicus*



Objetivos de aprendizagem

- Compreender a doutrina filosófica do *Tractatus* sobre a linguagem.
- Identificar as relações entre linguagem e realidade, segundo a doutrina do *Tractatus* para a linguagem.
- Entender as relações entre linguagem, mundo e lógica, segundo a doutrina do *Tractatus* para a linguagem.



Seções de estudo

Seção 1 Proposições como figuras

Seção 2 A teoria pictórica da proposição

Seção 3 O atomismo lógico do *Tractatus*

Seção 4 O atomismo lógico e a análise das proposições

Seção 5 Dizer e mostrar



Para início de estudo

Nesta unidade, vamos estudar a filosofia da linguagem exposta por Ludwig Wittgenstein (1889-1951) em sua primeira e única obra publicada em vida, o **Tractatus Logico-Philosophico**. A concepção de linguagem nesta obra está entremeada com a concepção de Ludwig Wittgenstein de que o mundo ou a realidade consiste em objetos simples que compõem estados de coisas. Estes, por sua vez, são figurados nas proposições.

Você irá estudar a concepção pictórica da proposição, exposta no *Tractatus*, e qual a relação desta teoria com a concepção de proposição. Depois disto, passamos a estudar o atomismo lógico do *Tractatus*. Após este estudo, vamos estudar as ligações entre o atomismo lógico e a análise das proposições. Por fim, nosso estudo termina numa apreciação sobre a doutrina de Wittgenstein sobre o “dizer” e o “mostrar” na linguagem.

Seção 1 - Proposições como figuras

Nesta unidade, vamos estudar a filosofia da Linguagem do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein em suas linhas gerais. Nosso estudo terá como centro dois aspectos fundamentais da concepção de linguagem do *Tractatus*: a concepção pictórica da proposição e o atomismo lógico. A fim de facilitar a referência a esta obra, denominaremos-a daqui para frente apenas por **TLP**, seguido do número da proposição. A tradução que assumimos é a de Luiz Henrique Lopes dos Santos, publicada em 1994 pela EDUSP.



O *Tractatus* é baseado em sete proposições básicas, das quais derivam diversas proposições subordinadas. Por exemplo, a proposição 2.225 (“Uma figuração verdadeira a priori não existe”) deriva da proposição 2.22, que deriva da proposição 2.2, que, por sua vez, deriva da proposição principal 2: “O que acontece, o fato, é a existência dos fatos atômicos.” Portanto, se quisermos nos referir a esta proposição, iremos chamá-la TLP 2.225.

A **concepção pictórica da proposição** é uma expressão do próprio LW (Ludwig Wittgenstein), enquanto que o **atomismo lógico** é uma expressão que se atribui à forma como LW tratou a análise da linguagem. O termo foi usado, primeiramente, por Bertrand Russell, numa série de aulas que lecionou na Sociedade de Filosofia Francesa de Londres. Nestas aulas, Russell chama seu ponto de vista de Atomismo Lógico e afirma que é a concepção de seu “amigo e antigo aluno” Ludwig Wittgenstein. Seja como for, a tradição filosófica cunhou esta expressão para designar uma série de doutrinas centrais do **TLP**. Nossa intenção não é discutir se tal atribuição é válida ou não, mas estudar os argumentos do **TLP** segundo este ponto de vista.

Segundo as anotações de LW, consta que ele, assistindo a um julgamento em Paris, teve a intuição de que a linguagem deveria ser um método de representação do mundo. Neste julgamento sobre um acidente de trânsito, uma das partes em litígio construiu uma maquete do local do acidente e, através desta, reproduziu o acidente em seus detalhes. Atualmente, parece que este instrumento não é estranho e nem se considera uma grande novidade, tendo em vista que temos câmeras de filmagem, fotografias e outros aparatos eletrônicos que nos auxiliam na determinação de culpa nos acidentes. Contudo, LW estava nos primeiros anos do século XX. Logo, aquela maquete seria um instrumento relativamente novo.



Seja como for, LW percebeu que, assim como as partes integrantes da maquete significavam os objetos da realidade, cada um com suas relações e dependências, a **linguagem também era uma figuração** na qual as palavras – eminentemente os nomes próprios – designavam partes da realidade.

Ao mesmo tempo, assim como no caso da maquete, as relações entre os objetos estavam determinadas pela forma como a maquete estava formada, também na linguagem, os nomes dos objetos deveriam aparecer da mesma forma como estão os objetos na realidade. A partir disto, LW passou a conceber a proposição como uma figura da realidade e suas partes componentes como “antenas” que estão ligadas aos objetos da realidade. Portanto,

será importante, primeiramente, analisarmos esta ideia, para depois passarmos à teoria pictórica da linguagem.

Em TLP 2.1, LW faz considerações sobre o que considerava a natureza das figuras em geral. Pelos exemplos que utiliza, fica claro que considerava as figuras não apenas retratos, desenhos, fotografias e outras representações óbvias. Para ele, também eram figuras os mapas, esculturas, modelos e gravações em discos musicais. Não é por menos que ele, várias vezes, nos fala de uma teoria da figuração em geral.

Considerando as figuras, podemos afirmar que elas podem ser fiéis ou infieis para com o que figuram ou representam. Isto fez com que LW tentasse clarificar a natureza da proposição por meio de uma teoria geral da representação. Assim, em qualquer representação, temos de considerar dois aspectos básicos:

- (a) o de que é uma representação, e
- (b) se o que é representado é representado de maneira fiel.

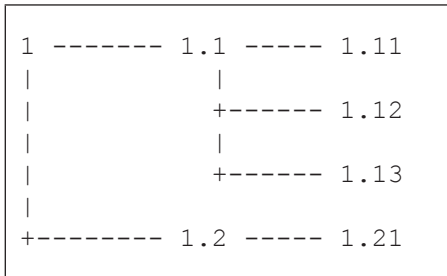
A distinção entre estes dois aspetos básicos de uma representação corresponde à distinção entre:

- o que a proposição significa, e
- se o que ela significa é verdadeiro ou falso.

Ou seja, a relação entre sentido e valor de verdade.

Para compreender a forma como o TLP foi escrito, é necessário ter em mente que LW desejava que cada proposição fosse o resultado de um aprofundamento ou explicação da proposição anterior. Assim, como mencionamos anteriormente, o texto contém sete proposições básicas, cada uma delas tratando de um desenvolvimento do tema da obra. Assim, a proposição 3.12 é uma explicação ou desenvolvimento da proposição 3.1, que, por sua vez, é o desenvolvimento ou aprofundamento da proposição 3. Um bom exercício é ler o texto do TLP, começando apenas pelas proposições básicas, sem desenvolvimento (por exemplo, 1, 2, 3 etc.). Depois disto, retome a leitura das proposições que desenvolvem cada uma das proposições básicas.

Veja, no esquema abaixo, um diagrama da proposição 1 (“O mundo é tudo o que acontece”) e seu desenvolvimento:



Quando lembramos que esta teoria da representação aplicada às proposições tem origem naquela maquete vista no tribunal, a pergunta que fazemos é: como os objetos da maquete podem representar os objetos no espaço? Como é possível a representação? O automóvel na maquete deve substituir o automóvel real e, assim, todos os elementos da representação devem estar no mesmo lugar dos elementos autênticos. Daqui a ideia de que deve existir uma relação pictórica (*bildende, beziehung*) que faz da figura uma figura (TLP 2.1514).



Figura 3.1 - Maquete construída, recentemente, para o julgamento do caso Isabela Nardoni
Fonte: Imagens... (2010).

Contudo, isto ainda não é suficiente, pois os elementos do modelo construído devem estar numa relação determinada.



Ou seja, as relações dos componentes da figura devem ser idênticas às relações dos componentes da realidade; eles devem ter uma mesma relação espacial.

Esta observação pode parecer banal, mas se você pensar que todas as peças da maquete quando jogadas dentro de um armário também estão em alguma relação espacial umas com as outras, fica mais fácil entender por que as relações espaciais de uma figura da realidade deve ter as mesmas relações espaciais que os objetos da realidade. Esta é uma exigência para que a figura represente uma parte da realidade que ela contém. Portanto, as relações entre os elementos de uma figura – o fato de que os elementos estão relacionados da forma que estão – é ele mesmo um “fato”.

Tal igualdade levou LW a afirmar que **uma figura é um fato**. A conexão dos elementos da figura, ele denominou estrutura da figura (TLP 2.15). Portanto, toda figura possui uma estrutura, mas a estrutura não é igual à figura. Segundo LW, a figura consiste na estrutura mais a relação pictórica. A figura é a relação entre os elementos considerados como elementos que têm relações pictóricas com os objetos exteriores. É necessário considerar não apenas a estrutura real das figuras, mas também as características que fazem com que seja possível esta estrutura.

LW chama de “forma pictórica” a possibilidade da estrutura. No exemplo da maquete, a relação espacial real das peças da maquete é a estrutura da figura e a possibilidade desta relação – isto é o caráter tridimensional das peças – é a sua forma de representação (TLP 2.1171). Este caráter tridimensional é algo que o modelo utilizado no tribunal e o acidente possuem em comum: é por causa deste elemento comum que o modelo elaborado na maquete pode representar o acidente realmente ocorrido. LW pensava que deveria existir alguma ligação que permitia a identidade entre o modelo e a realidade ou, entre a figura e a realidade, para que um seja a representação do outro (TLP 2.161). A este elemento comum ele deu o nome de “forma pictórica”.

Ora, como a forma pictórica é a possibilidade de relação entre os elementos de uma figura, e sendo ela comum a estes, também deve ser a possibilidade de que as coisas representadas – afiguradas – estejam relacionadas da mesma maneira que os elementos representados na figura (TLP 2.151). Assim, uma figura representa uma possibilidade no mundo real da mesma forma que o desenho ou modelo do arquiteto mostra uma possível disposição de certas partes dos prédios construídos, por exemplo (conforme TLP 2.202).

Como você pode ver, a filosofia da linguagem do *Tractatus* tem um duplo aspecto:

- primeiramente, uma teoria sobre o que são as proposições, isto é: figurações da realidade;
- em segundo lugar, a teoria pressupõe a existência de objetos simples que não são passíveis de análise final.

Portanto, deve existir uma relação entre estas duas estruturas de forma que uma represente a outra e que a verdade de uma espelhe a verdade da outra. O que permite esta “isomorfia” entre linguagem e realidade é a forma de afiguração. Tanto a proposição – enquanto figura da realidade – quanto a realidade possuem a mesma forma de afiguração. Isto faz com que o que a figura mostra se encontre da mesma forma na realidade. Logo, cada proposição – figura – representa uma possibilidade da realidade.

LW, contudo, não foi convincente em sua resposta quanto ao que é esta forma de afiguração que faz a linguagem isomorfa da realidade. Contudo, é compreensível que, ao construirmos uma figura da realidade, já separamos aqueles objetos ou elementos que podem ser afigurados, isto é, que partilham da mesma forma pictórica. **Portanto, quem faz a relação entre as duas formas ou, em outras palavras, quem constrói a figura, é a pessoa que separa partes da realidade e as coloca sob a forma da figura.**



Vejamos um exemplo. Considere a seguinte proposição:

O gato está sobre o tapete.

Nesta proposição, alguns objetos da realidade são afigurados. A proposição também diz que estes objetos se encontram de uma determinada forma na realidade. A questão que estávamos discutindo mais acima era saber o que faz a ligação entre os objetos afigurados e a figura, (você pode dizer: objetos referidos e a proposição). Ora, no momento em que se construiu a figura, os objetos já foram selecionados dentre vários outros da realidade. Logo, a proposição que usamos como exemplo é uma possível afiguração e o que permite isto é a isomorfia entre aquela afiguração e a própria figura. Mas como isto é possível? Isto é, como é possível que uma determinada parte da realidade seja afigurada pela pessoa que constrói a proposição?

A resposta de Wittgenstein a estas questões foi a de que eram problemas empíricos que deveriam ser solucionados pela Psicologia e não pela Filosofia ou pela Lógica. A distinção que devemos fazer se dá entre “forma de afiguração” e “relação de afiguração”: a forma de afiguração é lógica e compartilhada tanto pela linguagem quanto pela realidade, já a relação de afiguração é uma união de dois objetos diferentes e, portanto, deve ser explicada de maneira empírica. Por exemplo, como a palavra “gato” possui uma identidade com o objeto “gato”.

Uma sugestão de leitura para o *Tractatus* é você o ler, também, a partir da última proposição do livro e tentar fazer a ligação entre esta e a primeira proposição. Este aspecto é interessante, pois o livro foi escrito de tal forma que a parte sobre o mundo é colocada em primeiro lugar, como se LW desejasse que a ontologia dos fatos fosse compreendida em primeiro lugar, e só depois disto, a lógica da linguagem poderia ser compreendida. Portanto, faça este exercício de leitura e interpretação do texto. Esta sugestão foi feita pelo filósofo K. T. Fann em seu comentário sobre a filosofia do *Tractatus*.

Podemos compreender o problema que LW evitou discutir sob este aspecto de sua teoria se pensarmos no seguinte: considere que A é uma figura de B. Portanto, A é um tipo de construção e B pertence a outro tipo. Contudo, A figura B. Isto implica dizer que A não é B, isto é, se o fosse não seria A e não seria uma figura de B e, sim, o próprio B. Mas este não é o caso: se A figura B então A não é B, mas mantém alguma relação com B. Esta relação é a forma pictórica que ambos partilham. Ainda, o que faz com que A figure B e o converta em uma figura de B e não em um duplo de B pode ser denominado “forma representacional”. Por exemplo, quando vemos uma pintura de uma determinada paisagem, sabemos o que estamos vendo, pois reconhecemos que é uma paisagem. Caso tenhamos dúvidas quanto à veracidade da paisagem, teremos métodos de verificar.

Mas, ao mesmo tempo, alguns detalhes da figura não necessitam ser iguais à paisagem real, afinal, é uma pintura. Estes detalhes que podem mudar de pintura para pintura de uma mesma realidade é o que LW chamou por forma representacional da figura. Isto é, uma característica da figura e não da realidade (TLP 2.171). Portanto, as figuras podem ser mais ou menos abstratas, mas parecidas ou menos parecidas com uma dada realidade. Podemos dizer numa palavra: sua forma representacional pode ser mais ou menos rica. Mas existe um mínimo exigido que faz daquela pintura uma pintura de uma certa realidade, este isomorfismo mínimo é o que LW chama de “forma lógica” (TLP 2.18).

Seção 2 - A teoria pictórica da proposição

Até agora, falamos da teoria geral da figuração e tocamos apenas brevemente no tema das proposições. Vamos, agora, estudar a teoria pictórica e suas relações com as proposições no *Tractatus*. Segundo a TLP 3.31, uma figura lógica de um fato é um pensamento e, na proposição, o pensamento se expressa de maneira perceptível. Devemos supor, então que a proposição não é a única forma perceptível de expressão de um pensamento. Como já vimos mais acima, LW aceita que imagens, esculturas,

fotos e partitura musical sejam expressões do pensamento (TLP 4.014). Logo, sendo uma figura, pergunta-se: quais são os elementos de uma figura lógica, de um pensamento? Esta é a mesma pergunta que Russell fez a LW e recebeu como resposta a seguinte afirmação:



Não importa quais são os constituintes e, sim, que devem existir constituintes os quais correspondem às palavras da linguagem.

Aqui, o caso é semelhante ao que anteriormente analisamos sobre a relação de figuração entre figura e figurado: é um trabalho para a psicologia definir, ou seja, é uma questão empírica. O texto do TLP não nos fornece maiores explicações sobre os pensamentos, e seria interessante saber como os pensamentos se conectam com as figurações. Contudo, como já pudemos ver, LW acreditava que esta era uma questão empírica, e não lógica. Mesmo assim, algumas conclusões se podem retirar do pouco que nos é dito: primeiramente, **os pensamentos são como uma figura lógica dos fatos.**

Vamos tentar compreender esta definição com base no que nos é dito sobre a figuração. Toda figura é uma figura lógica, mas os pensamentos são figuras lógicas de primeira grandeza, pois a estrutura lógica é o todo de sua forma pictórica. Se eliminamos a lógica, as figuras lógicas tornam-se impossíveis, de modo que o pensamento não pode representar algo que contradiga as leis da lógica, tal como não podemos fazer uma representação espacial de algo que contradiga as leis da geometria (TLP 3.03, 3.0321). Ao mesmo tempo, se o pensamento é uma forma lógica, ele não pode representar-se a si mesmo, pois teria de colocar-se fora de sua forma representacional.

Ou seja, o pensamento não pode figurar a si mesmo (TLP 2.174). Isto demonstra que apenas podemos pensar aqueles estados de coisas que são possíveis e a totalidade dos pensamentos verdadeiros é uma figuração do mundo (TLP 3.01 – 3.02). Sendo assim e como toda figuração deve ser comparada com a realidade para que se possa atribuir-lhe verdade ou falsidade, não pode existir um pensamento cuja verdade seja reconhecida por ele mesmo, isto é: o pensamento não pode fazer uma afiguração de

si mesmo, para comparar com a realidade (que seria ele mesmo) a fim de atribuir verdade ou falsidade. A conclusão que podemos retirar deste raciocínio do TLP é que **não existem pensamentos que sejam verdades a priori**.

Além disto, o pensamento no TLP tem a função de fazer a ligação entre as proposições e os estados de coisas. LW usa frequentemente a metáfora geométrica para explicar como se dá esta mediação do pensamento: o signo proposicional (a proposição falada ou escrita), quando é usada, é uma projeção de um possível estado de coisas; o método de projeção consiste em “pensar em...”, isto é, formar uma figura lógica de algo o qual será, por sua vez, o possível estado de coisas que dá sentido à proposição (TLP 3.5, 3.11, 3.12). É o pensamento que faz do signo um símbolo que seja uma proposição, até o ponto que LW chega, por vezes, a dizer que uma proposição é, de fato, um pensamento (TLP 3.5, 4). Isto contrasta com as filosofias da linguagem que até agora havíamos estudado, pois nestas havia uma separação entre a proposição e o pensamento que ela expressa (ver, por exemplo, TLP 3.2).



Voltando à metáfora da geometria: as linhas de projeção do pensamento vão desde a proposição até o estado de coisas, passando pelo pensamento que está na mente. Assim, em uma linguagem ideal os elementos de uma proposição corresponderiam aos elementos do pensamento, e estes, por sua vez, corresponderiam aos objetos que fazem parte do possível estado de coisas (TLP 3.2).

Comparando esta linguagem ideal com a linguagem do dia a dia, podemos dizer que nesta a forma do pensamento está escondida ou disfarçada nas orações, pois a linguagem ordinária não tem como função revelar a forma do pensamento. Para tentar explicar este argumento, LW faz uma comparação entre a linguagem ordinária e a roupa: assim como a roupa é usada e serve para esconder o corpo, da mesma forma a linguagem no uso ordinário não foi construída para revelar a forma lógica.

Além disto, as estruturas que fundam a compreensão da linguagem ideal são lógicas, enquanto as convenções que estruturam a linguagem ordinária são extremamente complicadas (TLP 4.002). Assim, apenas através da análise lógica se conseguirá extrair a forma lógica de nossas proposições a qual culminará numa relação isomorfa entre linguagem (nomes) e objetos simples.

Se você relembrar agora a filosofia da linguagem de Frege, verá que LW tem em Frege seu ponto de partida. É pela distinção fregeana, entre nome e proposição, que LW aprofundou sua visão da linguagem. Segundo o filósofo Anthony Kenny (1990), a própria ordem das proposições do TLP reflete esta trajetória de LW: os modos em que a natureza figurativa da proposição se distingue dos nomes figurativos é estado bem antes que se anuncie explicitamente a teoria de que uma proposição é uma figura (TLP 4.01). Analisemos um pouco mais detidamente esta relação da filosofia do TLP com a formulação de Frege.

Para Frege, tanto os nomes como as proposições possuíam sentido e referência. Já LW, quando escrevia suas *Notes on Logic*, em 1913, aceitava que as proposições tinham uma referência, mas, em vez de concordar com Frege em que o valor de verdade era a referência, considerou que “o valor de verdade de uma proposição era o fato que a ela corresponde” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 94). Assim, considerando que “p” seja uma proposição, ela apenas será verdadeira se o fato p for o caso. A proposição “p” será falsa se o fato a que ela corresponde não for p (neste caso diríamos: $\sim p$).



Esta atitude de LW ante as proposições é de grande importância para compreender a filosofia da linguagem do *Tractatus*, pois existe um contraste importante entre a relação dos nomes com aquilo a que eles se referem e, por outro lado, a relação entre a proposição e sua referência.

Isto porque, para compreender um nome como, por exemplo, Napoleão, devo já saber a quem este nome se refere. Contudo, posso compreender este nome e não compreender uma proposição na qual este nome faz parte, como, por exemplo: “Nem todos os cursos são como Napoleão”.

Portanto, na época em que escrevia seus *Notebooks*, para LW, as proposições, ainda que tivessem uma referência, eram distintas dos nomes que dela faziam parte. Ou seja, havia uma distinção entre nome e proposição. No TLP, esta mesma distinção aparece na proposição 4.0621 quando fala de uma proposição falsa que se refere a algo. Bem, então, como explicar qual o conteúdo de nossa compreensão quando se trata de uma proposição falsa? LW distinguirá a este respeito a referência da proposição de seu sentido.

Assim, posso compreender a proposição por causa do seu sentido, ainda que não compreenda qual é seu referente. Será necessário que saibamos qual é o caso, para que a proposição seja verdadeira e qual é o caso para uma proposição falsa, sendo ambos os casos necessários para que faça sentido a bipolaridade da proposição, isto é: se é falsa ou verdadeira. Esta noção de bipolaridade é que dá sentido à proposição. Os polos da proposição são a sua verdade ou sua falsidade. O sentido dela difere deste aspecto. Aqui reside a distinção com o que na filosofia da linguagem é um “nome”, pois este tem apenas uma relação com a realidade, qual seja: ou é algo da realidade ou é um símbolo sem significado algum.

Esta concepção de LW dá sentido a nossa capacidade de compreender uma proposição, mesmo sem que se saiba ao que ela se refere, como no exemplo acima sobre o nome Napoleão. Ao fim e ao cabo, uma proposição tem sentido, ainda que não seja verdadeira. No TLP, esta ideia aparece de outra forma: os nomes são como que pontos e as proposições são flechas, isto é, ela possui direção.

A importância desta concepção atinge a noção de verdadeiro e falso, pois uma proposição é verdadeira ou falsa sem que isto esteja ligado ao seu sentido. Se uma proposição tem sentido, nem por isto é verdadeira. Uma proposição que tem significado tem de ser verdadeira ou falsa (a bipolaridade aqui se aplica).

A verdade ou falsidade da proposição constitui a relação da proposição com a realidade e isto se mostra no fato de que ela tem significado.



Por exemplo, digamos que a seguinte proposição é enunciada: “Elefantes brancos voam sobre o céu de São Paulo”. Nós a compreendemos, pois ela possui um sentido, contudo não possui significado o que indica que não é falsa nem verdadeira, pois o que ela afigura não são fatos da realidade. Podemos dizer que ela não aponta para nada.

Transferindo esta concepção para a noção de “nome”, podemos dizer que, seguindo a doutrina do TLP, entender um nome é entender sua referência e que entender uma proposição é entender seu sentido. A importante diferença é a seguinte: para que possamos compreender a referência de um nome, é necessário que tal referência nos seja explicada (TLP 4.026), mas, para entender o sentido de uma proposição, nada precisa ser explicado.

O que torna esta concepção de LW contraintuitiva é a ideia de que, para compreender uma linguagem que nos é estranha, tomamos as proposições como unidades de compreensão. Contudo, a compreensão das proposições surge da compreensão das partes que a constituem, que são as palavras que a compõem (TLP 4.024, 5). Por exemplo, nós compreendemos a proposição “aRx”, pois compreendemos o significado de “a” e de “x” e, com isto sabemos que a proposição estabelece uma relação entre ambos (o sinal R, entre ambos).

Isto explica por qual razão as proposições podem comunicar algo novo usando palavras velhas, tal com diz LW no TLP: podemos entender uma proposição que nunca antes ouvimos e cujo valor de verdade não conhecemos (lembre-se do caso dos elefantes voadores mais acima). Esta é a base da teoria pictórica do TLP (4.016, 4.021, 4.03). Vamos resumir esta teoria em algumas teses e a cada uma faremos comentários resumidos:

Principais teses do *Tractatus*

Tese 1 – Uma proposição é essencialmente composta.

Tese 2 – Os elementos que compõem uma proposição estão nela correlacionados por causa de um pensamento (ou seja, é uma decisão humana).

Tese 3 – A combinação dos elementos correlacionados na proposição apresenta um determinado estado de coisas (independentemente da decisão humana).

Tese 4 – Uma proposição possui uma relação interna com os possíveis estados de coisas que afigura.

Tese 5 – A relação interna entre proposição (figura) e estado de coisas (afigurado) apenas pode ser mostrada e não enunciada.

Tese 6 – É a comparação entre proposição e realidade que a torna verdadeira ou falsa.

Tese 7 – A proposição deve ser independente do estado de coisas que a faz verdadeira ou falsa.

Tese 8 – Nenhuma proposição é verdadeira a priori.

Vamos comentar brevemente estas teses:

Quanto à **tese 1**, pode-se dizer que já Platão havia enunciado esta tese quando no **Sofista** (262a) afirma que uma proposição deve constar de mais de uma palavra e que nem todas as combinações de palavras formam orações. É necessário que tenhamos, pelo menos, um nome mais um verbo. LW aponta para a mesma tese de Platão. Também para ele as proposições devem contar com palavras que podem ser usadas em outras proposições. Segundo nos diz na proposição 4.032, também a palavra “ambulo” é composta, pois em “ambulat” a mesma raiz dá sentido diferente quando é seguida por outras palavras. Ainda, nem todo conjunto de palavras constitui uma oração. Por exemplo “passeia corre voa” e “leão, cervo, cavalo” (exemplos de Platão) não formam orações ainda que sejam compostas por várias palavras diferentes.

LW afirma o mesmo tanto em seus *Notebooks* quanto, mais tarde, em seu *Tractatus*, quando afirma que uma simples coleção ou lista de palavras não expressa sentido algum. Antes, as palavras devem estar agrupadas de maneira adequada e concatenadas tal como as partes de uma escada, por exemplo. Seria dizer, uma oração é um conjunto de palavras articuladas tal como os membros de um corpo estão articulados e contribuem para o todo (TLP 3.141). Mais ainda, o que constitui uma proposição é exatamente o fato de que seus elementos estão agrupados de uma determinada forma (TLP 3.14). É exatamente por esta articulação que uma proposição pode afigurar um estado de coisas, isto é, é uma das condições para que seja uma figura da realidade.

Quanto à **tese 2** e a correlação dos elementos da figura (proposição) e os elementos do afigurado (estado de coisas) é a constituição da pictorialidade da proposição. Entre os elementos da proposição contam determinados elementos simples inanalísáveis que são os “nomes” (TLP 3.202, 3.26). Os nomes têm como referência os objetos e na proposição eles representam o objeto. Tal tese é dependente da ideia de isomorfismo entre linguagem e realidade.

Além disto, no TLP a relação de um nome específico com um objeto específico não possui uma explicação epistemológica ou semântica, mas é um fato arbitrário. Como já estudamos mais acima, para LW esta relação era um tema de investigação da Psicologia e não da Filosofia. As razões pelas quais LW faz esta afirmação – além das que já apresentamos acima – também podem ser determinadas da seguinte forma: a escolha dos signos é arbitrária, se uma determinada combinação de signos deixa de ter sentido, não se deve a problemas com o próprio signo e, sim, porque nós deixamos de estabelecer uma correlação entre este signo e a realidade. Neste caso, para nós, humanos, não é mais um símbolo (TLP 5.4733). Por tal razão, a afirmação “Sócrates é Platão” ou “Paulo é incomensurável” não faz sentido.



Contudo, se você imaginar que estas duas proposições que usamos como exemplo não possuem sentido por algum fato empírico, para qual fato deveríamos apontar? O que na realidade faz com que o signo Sócrates refira-se ao ser humano que não é Platão?

Isto mostra que, antes de fatos empíricos, nós temos uma convenção que deve ser apropriada. Ao mesmo tempo, uma proposição deve ser adequada, isto é, ela não é um simples conjunto de nomes, pois os nomes ocupam seus lugares na proposição do mesmo modo que os objetos da realidade estão na realidade. Logo, não existe apenas uma correlação entre nomes e objetos, mas, também, uma relação dos nomes entre si. Os nomes estão relacionados na proposição da mesma forma que os objetos estão na realidade, com isto, a proposição é uma figura viva da realidade que afigura. Podemos dizer que tanto afigurado e figuração devem manter uma tal relação que, ao entendermos a afiguração, entendemos o que ela afigura. Os nomes representam as coisas da realidade nas proposições.

A **tese 3** afirma que as representações são arbitrárias, isto é, a correlação de nomes e objetos é – tal com dissemos quando analisamos a tese 2 – arbitrária e, ao mesmo tempo, também é arbitrária a estipulação de que certa correlação de nomes representará uma determinada relação entre objetos. Entretanto, após tal convenção ser estabelecida, ela se transforma em regra e não existe convenção ulterior para decidir quais nomes de uma correlação estão em correlação com tais e tais objetos. O fato de que uma proposição seja a figura de um estado de coisas é determinado pela relação dos nomes na proposição e não por convenções quanto à proposição.

Esta tese não é das mais complicadas e as análises feitas são suficientes para você perceber que a arbitrariedade da relação do nome com o objeto reside apenas na convenção de que um determinado nome tem como referência determinado objeto e não outro. Depois de estabelecida esta correlação convencional, o uso da palavra em proposições se dará segundo as regras já estabelecidas na convenção. Bem, passemos para a tese 4.

A **tese 4**, que compõe a filosofia da linguagem do TLP, nos diz que existe relação interna entre a proposição e a situação ou, em outras palavras, entre figuração e afigurado. Vejamos como se pode compreender esta relação interna: como já estudamos mais acima, uma proposição nos comunica uma situação e, sendo assim, deve a ela estar ligada. Mas tal ligação deve ser essencial, pois ao compreendermos a proposição (figuração) entendemos o que ela representa (o afigurado). Assim, a realidade e a

linguagem compartilhem algo em comum, o que LW denomina de “forma lógica” (TLP 4.03). Ainda mais, a proposição possui características que são essenciais e outras que são acidentais, estas são resultados da arbitrariedade da própria linguagem concreta.

Conforme o TLP, proposição 3.34, são as características essenciais que fazem da proposição a imagem da realidade, sem elas, a proposição não expressaria seu sentido. Novamente aqui, o que é essencial à proposição é sua forma lógica e a multiplicidade lógica que deve compartilhar com a realidade que representa. Assim, como a realidade possui uma multiplicidade lógica, também a proposição deve ter a sua. A proposição se relaciona com a realidade não de forma casual ou contingente e, sim, através de uma relação interna que as liga.

A proposição não mostraria o que mostra se não partilhasse da mesma qualidade essência da realidade, isto é: a forma lógica. A estrutura lógica da proposição é uma propriedade interna a ela. O mesmo se diz da realidade: ela possui uma forma que a torna o que é. Wittgenstein insiste, aqui, na isomorfia entre a linguagem e a realidade e faz com que o elemento de ligação seja a forma lógica. Ora, toda situação possível tem uma propriedade interna e estas são espelhadas na proposição que lhes correspondem (TLP 4.124) ou, por outras palavras: a proposição descreve a realidade por meio de suas propriedades internas (TLP 4.023).

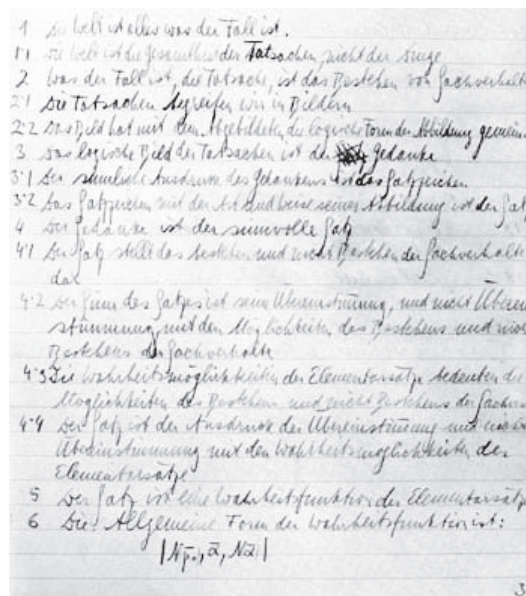


Figura 3.2 - Esboços de Wittgenstein para o Tractatus
 Fonte: Maruth (2009).

Temos, aqui, uma ideia que irá retornar mais tarde quando Wittgenstein discutir suas ideias com os membros do Círculo Positivista de Viena ou mesmo nos textos publicados entre o período pós-publicação do *Tractatus* e as novas ideias que estava trabalhando para as Investigações Filosóficas. As relações internas reaparecem na discussão do conceito de seguir regras: existe uma relação interna entre a regra e o ato correto para segui-la, de tal forma que saber qual a regra devemos seguir significa saber o que devemos fazer – corretamente – para segui-la. Bem, mas este tema deixamos para outra unidade de nosso livro didático. Nosso objetivo aqui é compreender a filosofia da linguagem do *Tractatus*.

Passemos, agora, para a **tese 5**, segundo a qual uma relação interna não pode ser dita mas apenas mostrada. Mais acima, afirmamos que para LW algo pode ser dito apenas se um ouvinte for capaz de compreendê-lo ou apreender seu sentido, mesmo que não saiba qual o valor de verdade do que é afirmado. Disso, segue-se que a posse de uma relação interna é algo que não pode ser dito. Por exemplo: se é impensável que um determinado objeto não possua a propriedade G, então, não se pode falar deste objeto sem a propriedade G. Por outras palavras, o que é impensável não pode ser dito de maneira informativa. Entre as relações internas que apenas podem ser mostradas e não podem ser ditas estão as correlações entre a proposição e a realidade que representa. Por exemplo, retomemos a proposição “O gato está sob o tapete”. Esta proposição possui forma lógica idêntica ao fato, logo, é isomorfa a ele. Entretanto, esta forma lógica não pode ser dita a não ser que se diga a proposição novamente.

Ou seja, não é possível colocar em palavras o que faz com a proposição “O gato está sobre o tapete” e a realidade de o gato estar sobre o tapete (TLP 4.12). A forma lógica está refletida na proposição, mas a proposição não a pode dizer. Vamos tentar compreender esta relação interna usando outro vocabulário: seja a expressão figura igual à proposição e afiguração o ato de correlacionar uma proposição ou figura com uma determinada realidade ou afigurado (o conteúdo da proposição).

Pois bem, o que a tese 5 nos diz é que a afiguração não pode ser colocada em uma afiguração, mas ela se mostra enquanto “afigurado”. Existe uma relação entre o afigurado – a realidade – e a figuração. Esta relação é a relação de afiguração. Mas esta mesma não pode ser dita. Por exemplo, digamos que você deseja colocar a afiguração da proposição “O gato está sobre o tapete” em palavras. Bem, neste caso, você aceitou que existe uma realidade da qual aquela proposição fala, qual seja: que há um gato sobre o tapete. Pois bem, o ato de correlacionar um afigurado com uma figura baseia-se numa estrutura comum que ambos compartilham, qual seja: o fato de que as coisas estão na realidade, tal como a proposição diz que estão.

Portanto, a realidade do fato O gato está sobre o tapete é figurada na proposição, mas o que a permite figurar não faz parte nem da figura nem do figurado e só pode ser mostrado na proposição “O gato está sobre o tapete”. O que a proposição diz é o figurado, a sua capacidade de figuração está contida na forma lógica que comparte com a realidade (o figurado), mas isto apenas pode ser mostrado. Isto nos conduz para a discussão da tese 6.

A **tese 6** afirma que a proposição deve ser comparada com a realidade, pois ela descreve um estado de coisas possíveis, mas nem toda proposição descreve um estado de coisas real. Assim, dada uma proposição qualquer, sabemos ou ela ou sua negação descrevem um estado de coisas real. LW afirma que uma proposição faz com que a realidade fique restrita a um sim ou não e, na mesma proposição, diz que a proposição é a descrição de um estado de coisas (TLP 4.023). Contudo, não temos como descobrir, apenas pela proposição, o que ela diz. Para saber se o que a proposição diz é o caso, temos de compará-la com a realidade (TLP 4.05). Quando diz que a verificação do que a proposição diz deve ser obtida através de uma comparação com a realidade, LW está utilizando a linguagem da teoria da figuração. Ele acreditava que, a não ser que uma proposição fosse uma figura, não saberíamos onde olhar no mundo para saber se uma proposição é verdadeira ou falsa.

Por outras palavras, a proposição deve apontar para onde devemos olhar. Este argumento de LW baseia-se na ideia de que, por um lado há isomorfismo entre linguagem e realidade e, por

outro, que o isomorfismo – que se dá através da forma lógica – é uma necessidade para que linguagem e realidade possam tocar-se. Se não for assim, nada nos indica que com o que devemos comparar a proposição para saber se é verdadeira ou não (TLP 4.06). Portanto, o pano de fundo da possibilidade de comparação é o de que deve haver certa independência entre proposição e realidade, pois só com este pano de fundo podemos compreender a possibilidade de comparação entre linguagem e realidade.

Agora, estamos, portanto, na direção da **tese 7**, que afirma a independência da linguagem diante da realidade. Segundo o texto do TLP, a proposição deve conter a possibilidade de sua verdade e nada mais que esta possibilidade. Tal argumento se segue da ideia de que uma proposição tem dois polos: verdade ou falsidade. Mas isto seria impossível se a proposição não fosse independente do estado de coisas real que, se é verdadeira, confirma sua verdade. Portanto, a figura é independente do figurado ou, na linguagem do TLP, o que uma figura representa, o representa de maneira independente de sua verdade ou falsidade (TLP 2.22).

Uma proposição não contém seu sentido, pois, se assim fosse, não poderia ser falsa. Isto porque a realidade de seu sentido é o que faz a proposição verdadeira (TLP 3.13). Isto nos conduz à tese 8, pois as proposições, sendo independentes da realidade e, por outro lado, apenas figurando de forma verdadeira o estado de coisas que ocorrem na realidade, apenas assim, poderão ser verdadeiras. Logo, uma proposição jamais é verdadeira a priori: sempre temos de compará-la com a realidade.

Segundo a **tese 8**, uma proposição não é verdadeira a priori. Para compreender esta tese, vamos supor que fosse possível que determinada proposição fosse verdadeira a priori. Ora, neste caso, poderíamos reconhecer a verdade da proposição sem recorrer à realidade, isto é, inspecionando apenas a proposição (TLP 3.05). Mas, isto apenas é possível se a proposição contiver em si a realidade que figura ou a realidade que poderia torná-la verdadeira, e isto a tese 7 não permite. Ora, para que uma proposição seja verdadeira, ela também deve guardar a possibilidade de ser falsa. Isto, por sua vez, implica afirmar que todas as proposições são contingentes.

Obviamente, que aqui devemos fazer ressalva das proposições lógicas, cuja verdade é dependente apenas dos símbolos que as compõem. Em seus *Notebooks*, LW escreveu que as proposições analíticas são proposições “por cortesia”, pois elas são tautologias. No texto do TLP, ele afirma que as proposições da lógica, por serem tautologias, não dizem nada (estas seriam as proposições analíticas). Exatamente por não dizerem nada, as proposições da lógica não são figurações de fatos e, sendo assim, não é correto dizer delas que são verdadeiras. As proposições da lógica não são bipolares, isto é, verdadeiras ou falsas. Como nada afiguram, também não podem ser comparadas com a realidade (TLP 4.4611 e seguintes).

Seção 3 - O atomismo lógico do *Tractatus*

A partir destas teses, você compreende melhor as motivações do TLP, as quais estão expressas no prefácio do livro. Temos de analisar ainda as bases tractatianas do atomismo lógico, mas, antes, vejamos algumas das afirmações expressas de LW no prefácio do TLP e que contextualizam o estudo que até agora fizemos e lançam luz sobre nosso próximo tema. Uma das afirmações mais “pesadas” do prefácio é a seguinte:

O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação destes problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem. Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: O que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar. O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão do pensamento: a fim de traçar um limite para o pensar, devemos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado). O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra senso. (WITTGENSTEIN, 1994, p. 15)

A intenção de LW, portanto, não foi a de construir uma filosofia da linguagem, ainda que esta seja necessária ao seu projeto de traçar as fronteiras entre pensável e impensável. Além disto, o ponto básico do projeto era a isomorfia entre a linguagem e a realidade. Até aqui, nós estudamos um dos pontos básicos do projeto tractariano, qual seja: a ideia de figuratividade ou pictorialidade da linguagem. Contudo, este projeto traz consigo outra pedra angular do projeto, que é a ideia de que a linguagem, como espelho do mundo, deve ser analisada através das proposições que a constituem e descrever a estrutura do mundo na medida em que a natureza da linguagem revelava a estrutura do mundo. O fato é que a estrutura do mundo era pré-condição da natureza da linguagem e uma pré-condição da possibilidade das proposições. Estes temas são desenvolvidos na metafísica do Atomismo Lógico do TLP e são os temas que estudaremos a partir de agora.

Para compreendermos o AtLg (vamos resumir assim a expressão Atomismo Lógico) do TLP, é necessário entender sua função no programa geral do TLP. Assim, ainda que a maior parte do TLP esteja voltada para o estudo da natureza da linguagem e da proposição como figura, as primeiras páginas contêm uma série de afirmações sobre o mundo. As teses, acerca do mundo, se seguem às teses acerca da linguagem, mas tal dependência está mascarada pela aparição das teses sobre o mundo. Outro aspecto importante aqui e que devemos notar para fazer justiça à filosofia do TLP, é o fato de que LW nunca chamou suas ideias sobre o mundo por Atomismo Lógico. Esta expressão se deve a Russell e a uma série de aulas por ele proferida diante da Sociedade Francesa de Filosofia, em Londres. Mesmo assim, a atribuição de Atomismo Lógico não é errada, talvez não fosse uma expressão com a qual LW concordasse.

Cada par de proposições contraditórias corresponde a um, e apenas a um, fato: aquele que faz de uma delas verdadeira e a outra falsa. Por exemplo, “Chove agora em Florianópolis” e “Não chove agora em Florianópolis” são duas proposições que dependem apenas de um fato na realidade. A totalidade de tais fatos é o mundo (TLP 1.1). Estes fatos, ainda, podem ser positivos ou negativos: um fato positivo é a existência de um estado de coisas e o fato negativo é, por sua vez, a inexistência deste estado de coisas (TLP 2.06).



O **estado de coisas** é uma combinação de objetos e coisas. O objeto é, essencialmente, um componente possível de um estado de coisas (TLP 2.011) e sua possibilidade de aparecer em combinação com outros objetos em outro estado de coisas é sua natureza ou sua propriedade interna e sua forma.

Assim, uma vez que todo objeto possui em sua natureza todas as suas possibilidades para sua combinação com outros objetos, então, dado um objeto, todos os objetos são dados com ele (TLP 5.524 e, se todos os objetos são dados, então, por sua vez, todos os possíveis estados de coisas são dados (TLP 2.0124).

Ainda quanto aos objetos: eles são simples e sem partes, mas podem combinar-se em complexos. Objetos não são nem destrutíveis nem geráveis – por assim dizer – pois todo mundo possível deve conter os mesmos objetos que o atual, a alteração entre um mundo possível e o nosso seria uma alteração na configuração dos objetos. LW prossegue assim nas primeiras páginas do TLP onde fala dos objetos, ou da constituição metafísica do mundo: as proposições são extremamente obscuras e não nos são dados exemplos. Contudo, podemos entender por que as coisas devem ser desta forma, pois como já mais acima estudamos, LW acreditava na existência de objetos simples e estados de coisas atômicos não por pensar que poderia exemplificá-los, antes por pensar que estes objetos deveriam existir como correlatos num mundo constituído por nomes e por proposições elementares numa linguagem completamente analisável.

Anthony Kenny (1990), em seu comentário a esta parte da doutrina tractatiana, propõe-nos uma analogia com o jogo de xadrez para compreendermos as teses sobre os objetos do mundo e suas relações com as proposições e, ao mesmo tempo, para com toda a teoria pictórica da proposição. Imaginemos que os objetos do mundo são as peças do jogo de xadrez e as casas do tabuleiro. Sendo assim, o estado de coisas seria as relações entre as peças e as casas. Que uma determinada peça esteja ou não em uma determinada casa, será um fato positivo ou negativo. O mundo, tudo o que é o caso, será a posição sobre o tabuleiro em qualquer tempo dado.

A fim de representar a indestructibilidade dos objetos do TLP, devemos imaginar que as regras do xadrez se alteraram de modo que não seja permitido “tomar” peças – como no jogo tradicional. Com esta alteração, podemos interpretar muitas das primeiras proposições do TLP em termos do exemplo criado. O mundo será, como diz o TLP, a totalidade dos fatos e não das coisas. O espaço lógico será o espaço do xadrez, isto é, o conjunto de possibilidades permitidas pelas regras do xadrez.



Figura 3.3 - O jogo de xadrez
Site: Chess ... (2011).

Nas regras do xadrez, nada é acidental: se uma peça pode aparecer em um estado de coisas (por exemplo, se o bispo branco pode estar numa determinada casa do tabuleiro), então, isto deve estar escrito nas regras para seu uso. Ainda, as peças podem diferir em formas lógicas (por exemplo, o cavalo não é igual à torre). As propriedades internas das peças podem estar em contraste com suas propriedades externas tal como ocorre com os objetos. Por fim, as peças do xadrez são objetos simples, ainda que estas possam ser construídas de marfim, madeira, barro ou vidro e que possam ter partes. Contudo, uma regra para o peão não inclui a forma com que ele é feito ou composto. Estes são detalhes acidentais.

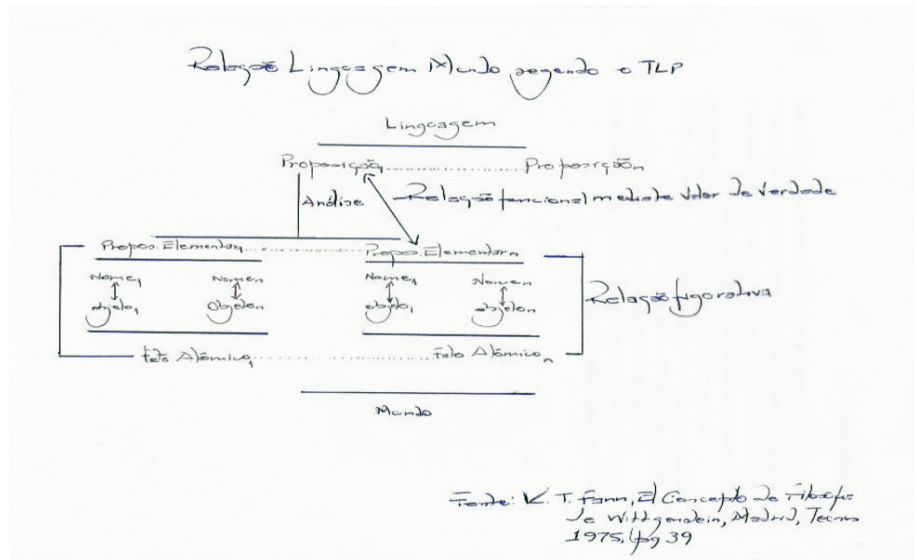


Figura 3.4 - Relação x Mundo, segundo o *Tractatus*
 Fonte: Elaboração do autor (2010).

Bem, as considerações que servem de base para o AtLg do TLP é a teoria russelliana das descrições. Segundo LW, se uma proposição possui significado ou não é assunto da lógica. O problema da existência dos objetos particulares é uma questão da experiência. Contudo, a lógica é anterior à experiência. Sendo assim, se uma proposição tem ou não significado, não depende da existência de objetos particulares. A teoria de Russell estabelece uma condição que todo sistema lógico deve cumprir, qual seja: a teoria das descrições definidas. Contudo, esta teoria necessita do uso de quantificadores e as orações quantificadas pressupõem orações mais simples que contêm nomes e não quantificadores.

Segundo a teoria de Russell, supõe-se que, para uma expressão como “para algum x, Fx” a qual significa: para alguma oração na qual o predicado F é atribuído a um nome, tal oração é verdadeira. De tal forma que, para que a segurança de que tais orações sejam verdadeiras, o lugar do argumento deve ser ocupado por um nome, pois as proposições quantificadas não podem deixar de ter referência. Para tanto, Russell afirmou que deveria ser possível construir uma teoria epistemológica que nos garantisse conhecimento imediato dos objetos e, com isto, garantindo que as proposições quantificadas tivessem referência. LW, por sua vez exigiu que toda proposição deveria se referir a

objetos que fossem metafisicamente garantidos ou que fossem indestrutíveis. A teoria do AtLg baseia-se nesta teoria proposta por Russell, na qual LW introduz modificações.

A convenção de LW de que a identidade deveria ser expressa mediante a identidade do signo e não mediante o signo de identidade, indica que as cláusulas de Russell que asseguravam a unicidade de sua teoria das descrições definidas necessitava de alteração. Assim, por exemplo, a expressão “Há um e somente um rei da França” seria traduzida na teoria de Russell como “Para algum x , x é rei da França, e para todo y , se y é rei da França, então, y é idêntico a x ”. Para LW, esta expressão seria escrita sem o símbolo de identidade, assim “para algum x , x é rei da França e não é o caso de que para algum x e para algum y , x é rei da França e y é rei da França” (TLP 5.5321). Segundo esta reescrita, “O rei da França é calvo” será “ Para algum x , x é rei da França e x é calvo e não é o caso de que para algum x e para algum y , x é rei da França e y é rei da França”.

Diferentemente de Russell, LW está interessado nas descrições formadas mediante o uso de predicados diádicos. Na análise de Russell, “...é o rei da França” é considerada como um predicado monádico. Segundo o modelo tractariano, a análise seria então “ Para algum x , xRa e não para algum x e para algum y , xRa e yRa ”. Não é caso de aprofundarmos as distinções lógico-sintáticas introduzidas no TLP, mas tais tecnicidades são necessárias para que compreendamos a teoria da linguagem elaborada por LW ao tempo do TLP.

Assim, no TLP escreveu que todo enunciado acerca de complexos é analisável em enunciados acerca de suas partes constituintes e nas proposições que descrevem os complexos complementares. As adaptações de LW nos conduzem para longe de uma teoria Russelliana das descrições definidas, mas o elemento principal continua sendo usado, qual seja: uma proposição deve conter uma expressão que se refere a algo que existe é considerada verdadeira e falsa no caso contrário. Esta qualidade de cada proposição é devida a sua relação com os objetos simples, os quais o TLP supõe existirem, mas não nos traz nenhum exemplo. Mais ainda, conforme estudamos mais acima, LW acreditava que apresentar um exemplar de um objeto simples era tarefa da psicologia ou, em outras palavras, tarefa da experiência.

Podemos tomar os pontos do espaço visual e os pontos da matéria podem servir como exemplos, pois não são analisáveis em outros simples. Contudo, não está de todo claro se poderiam ser aceitos como indivíduos particulares ou tipos universais. Contudo, esta falta de clareza concorda com a insistência de LW de que somente a priori se conhece a existência dos objetos simples e que não se pode dar exemplos deles. A questão da existência dos objetos simples é idêntica à seguinte questão: existem proposições sujeito-predicado que são inanalísáveis? Tal questão, segundo LW, jamais poderá ser colocada (TLP 4.1274). Portanto, o estado de coisas que são concatenações de objetos simples correspondem a proposições elementares as quais afirma a existência de estado de coisas. As proposições elementares, por sua vez, são concatenações de objetos simples (TLP 4.21 – 4.221). O mundo pode ser descrito de maneira completa ao fazermos uma lista de todas as proposições elementares e assinalando quais são verdadeiras e quais são falsas (TLP 4.26). Devemos considerar que todas as proposições elementares verdadeiras nos dizem algo sobre os fatos que são positivos e as proposições elementares que são falsas apresentam todos os fatos negativos, o mundo fica dividido tal como as proposições o delineiam, como mais acima nos disse LW. Restamos compreender como estas ideias sobre o atomismo proposicional liga-se com a análise lógica. Este é o nosso próximo tema.

Seção 4 - O atomismo lógico e a análise lógica das proposições

Terminamos a seção anterior afirmando que não podemos fornecer exemplos de nomes simples, tampouco podemos fornecer exemplos de proposições elementares considerando que estas são concatenações de nomes. Não obstante, LW acreditava que todas as proposições da linguagem ordinária são proposições genuínas, e não sem sentido ou tentativas de dizer o que apenas poderia ser mostrado, elas são funções de verdade das proposições elementares (TLP 4.4, 5) e, uma vez que tenham sido dadas todas as proposições elementares, podemos simplesmente perguntar: quais as proposições que podemos construir com base nelas? Após a construção, terei todas as proposições que podem existir (TLP 4.51).



Você sabia?

O atomismo é uma doutrina filosófica surgida na Antiguidade, segundo a qual os corpos são constituídos de partículas indivisíveis e irreduzíveis. Seus principais representantes foram Leucipo, Demócrito de Abdera, Epicuro de Samos e Lucrécio. Você lembra que no começo desta unidade dissemos que, para Wittgenstein, o mundo ou a realidade consiste em objetos simples que compõem estados de coisas, e estes, por sua vez, são figurados nas proposições? É por isso que se atribui ao *Tractatus* um “atomismo lógico”.

Certamente que isto significa que temos de juntar proposições elementares mais os símbolos das constantes lógicas que são “e”, “ou” etc. Desta forma, a proposição “p ou q” é construída de “p” “ou” e “q”. Contudo, LW acreditava ser errôneo pensar que as coisas fossem tão simples na medida em que parece que as constantes lógicas trazem algo que não estava contido nas proposições elementares. O modo como uma função de verdade das proposições elementares é produzida a partir das próprias proposições de verdade é uma operação (TLP 5.3). A expressão “operação” é o termo técnico usado por LW para designar o que deve ser feito com uma proposição elementar para que dela saia outra (TLP 5.23). A negação é uma operação tanto quanto a afirmação de uma proposição elementar. Por certo que não basta apenas juntar a palavra “não” a uma proposição elementar.

Dadas as convenções diferentes, qualquer destes procedimentos poderá ter um efeito completamente diferente. Para ter uma visão completa destas operações, LW inventa o método das “tabelas de verdade”, o qual consiste em inverter os valores de verdades das proposições na tabela usando para isto as letras “V” para verdade e “F” para falsidade e se, tal como sugere LW, tomarmos as tabelas de verdade como signos proposicionais, então, todas as operações de verdade (ou, em outras palavras, todas as operações que produzem funções de verdade com base nas proposições elementares) podemos considerar como modificações do modelo da tabela para “V” atribuído a cada proposição.

Vamos ver como tal operação funciona através de um exemplo: suponhamos que escrevamos $N(p)$ para expressar a negação de “p”, “ $N(p, q)$ ” para expressar a negação de “p” e “q”, “ $N(p, q, r)$ ” para expressar a negação de “p”, “q” e “r” e, assim, sucessivamente seja qual for o número de proposições que se coloque dentro dos parênteses (TLP 5.502 – 5.52). Esta operação nos fornecerá uma tabela de verdade na qual “F” apareça em todas as linhas a não ser a última. Analise o esquema a seguir:

p	$N(p)$	p	q	$N(p, q)$	p	q	r	$N(p, q, r)$
V	F	V	V	F	V	V	V	F
F	V	F	V	F	F	V	V	F

Este esquema nos mostra uma operação que pode ser aplicada a qualquer número de proposições, mas não nos esclarece como toda proposição é o resultado de aplicações sucessivas da operação $N(\dots)$ a proposições elementares, nem como o uso desta operação nos dá a forma mais geral de transição de uma proposição para outra. Bem, aqui não é o caso de entrarmos nas partes da técnica lógica do TLP. Basta, para nosso estudo, compreender que LW acreditava que a construção de tabelas de verdade contendo proposições elementares, as quais aplicamos algumas operações, poderia nos fornecer todas as possibilidades de proposições da linguagem. Ou seja, o argumento de LW é:



A lógica possui a capacidade de explicar como a sintaxe da linguagem comanda a relação das proposições com os objetos do mundo.

No TLP, proposição 5.3, ele afirma que as proposições veritativo-funcionais podem ser elaboradas a partir de proposições elementares e que estas eram a forma geral de toda proposição em geral. Mas, analisando a ideia geral do TLP, pode-se dizer que a proposta de LW não deixa em aberto a possibilidade de ser questionada, uma vez que não sabemos como uma proposição como “a neve é branca” é uma função da operação de proposições

elementares. Além disto, segundo a proposta do TLP, uma proposição completamente analisada seria a função de verdade de uma série de várias proposições elementares, todas elas com nomes e objetos relacionados.

Contudo, isto parece dizer pouco sobre proposições tão comuns como “o gato está sobre o tapete” ou “o Sport Club Internacional foi campeão mundial de futebol”. LW, por sua vez, insiste em afirmar que as proposições da vida diária estão em perfeita situação e ordem lógica (TLP 5.5563). Entretanto, a ideia de LW é que pronunciamos nossas proposições sobre gatos e times de futebol e campeonatos mundiais de futebol, mas não sabemos ou não conhecemos a lógica profunda que as fazem possíveis.

Além disto, nem todas as proposições da língua portuguesa estão em perfeita ordem lógica. Muitas delas são apenas pseudoproposições, das quais a análise lógica revelaria que carecem de sentido enquanto intenção em dizer o que apenas pode ser mostrado. Como exemplo disto, temos as últimas proposições do próprio TLP, as quais estão dedicadas a demonstrar como as proposições da lógica, da matemática e de parte a priori da ciência natural, da ética e da filosofia são todas, ao seu modo, pseudoproposições.

As únicas proposições que de fato deveriam figurar em livros de lógica são as tautologias, as quais nada dizem, mas exibem as propriedades lógicas das proposições genuínas (TLP 6.121). Mas até estas seriam supérfluas numa linguagem ideal. As outras proposições que são colocadas nos livros de lógica são, no melhor dos casos, uma tentativa de dizer o que só pode ser mostrado. No pior dos casos, seriam sem sentidos que resultam de um simbolismo mal compreendido ou da discrepância entre a sintaxe e a lógica. Exemplos que LW nos fornece são “para todo x , $x=x$ ”, “existe apenas um zero” e leis de inferência.

Com base nisto, LW passa a analisar as proposições das ciências naturais, as quais, para ele, são genuínas. No TLP, ele afirma que a totalidade das proposições verdadeiras é idêntica ao corpus das ciências naturais. Ainda que a ciência contenha, entre suas leis, algumas regras como as da indução, da causalidade, a lei do mínimo esforço ou os axiomas da mecânica newtoniana, estas

não são verdadeiramente proposições e, sim, percepções a priori das formas como se pode expressar as genuínas proposições da ciência (TLP 6.32 – 6.3431).

Uma **regra de indução** é algo que se pode admitir que seja falsa uma vez que do fato de que um evento sempre ocorra, nada requer que outro lhe siga (ainda que este seja o caso). Nada mais é que uma hipótese, pois a única necessidade é a necessidade lógica (TLP 6.37, 6.375). Este tema nos lança na tradicional distinção elaborada por LW no TLP entre dizer e mostrar. Pois, se as proposições da lógica nada dizem, mas apenas mostram, e as proposições das ciências são a totalidade das proposições verdadeiras, como devemos compreender as proposições da ética, da religião, entre outras.

Ora, segundo LW, nenhuma proposição poderá expressar o sentido do mundo ou a vida considerando que todas as proposições são contingentes. Este é o nosso último tópico sobre a filosofia do *Tractatus* e, com disse o próprio LW em carta a um amigo, constituem a parte mais importante do livro (além daquelas que não foram ditas, segundo ele na mesma carta).

Seção 5 - Dizer e mostrar

Segundo o que até agora vimos estudando sobre a teoria da linguagem no *Tractatus*, a linguagem é sempre descritiva, pois ou bem ela descreve estados de coisas do mundo ou apenas mostra as regras lógicas. Assim, há uma adequação entre “dizer algo” e “descrever algo”. Como mais acima vimos, a totalidade das proposições verdadeiras é a totalidade da ciência natural (TLP 4.11). Na proposição 6.53, LW identifica que o que se pode dizer são as proposições da ciência natural ou “proposições empíricas”, mas e quanto às proposições nas quais tentamos expressar o sentido da vida, a ética e a estética do mundo? Elas não são verdadeiras ou falsas? Bem, para LW do *Tractatus* são tentativas de ultrapassar as barreiras da linguagem, os limites

da linguagem e, portanto, os limites do mundo. Por certo que LW admitia existirem valores morais e estéticos, o significado da vida e da morte etc.), mas estes apenas se podem mostrar, e não dizer. Lembremos a proposição 6.522 que afirma que tais tentativas são o místico. Em uma carta a Russell, LW afirma que considerava o problema fundamental da filosofia a distinção entre o que se pode dizer e o que não se pode dizer, senão apenas mostrar. **Por tal razão, devemos entender o *Tractatus* como um livro escrito apenas sobre o que se pode dizer, ou melhor, como delimitando o que se pode dizer** (TLP 4.115).

Nós só podemos dizer o que é verdadeiro ou falso e isto se descobre comparando as proposições com a realidade. A proposição tem sentido enquanto retrato lógico do mundo, mas também vimos que nenhum retrato poderá ser verdadeiro a priori. Ou seja, apenas pela figura não se pode saber se o que ela afigura é verdadeiro ou falso. Somos obrigados a compará-las com a realidade. As proposições da lógica, por sua vez, nada dizem sobre a realidade, mas apenas mostrar a forma lógica do que afiguram e, sendo assim, compreendê-las é saber o que elas dizem, isto é, elas mesmas. Portanto, a lógica nada fala sobre o mundo. Ao mesmo tempo que nada dizem, elas não possuem sentido, ainda que não sejam carentes de significado, pois mostram a forma lógica da linguagem e do mundo ou os limites da linguagem e do mundo.

Quanto às proposições da filosofia, não são nem empíricas nem lógicas são tentativas de dizer coisas que não podem ser ditas. Por exemplo, a TLP 4.003 no diz:

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões desta espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-senso. A maioria das questões e proposições dos filosóficos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem. (São da mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico ao belo). E não é de admirar que os problemas mais profundos não sejam propriamente problemas. (WITTGENSTEIN, 1994, p. 115)

Esta proposição nos mostra que todo o *Tractatus* é a tentativa de fundamentar esta afirmação de que as questões filosóficas são contrassensos e, sendo assim, o próprio *Tractatus* deve ser um contrassenso. Este é o sentido de que, depois de compreendido, devemos jogar a escada fora, como o próprio texto nos diz. A tentativa da religião, da ética e da arte ou questões pessoais como a metafísica são questões pertencentes ao que não se pode dizer, ao que está para além do mundo. Novamente aqui, outra citação do TLP ajuda “O sentido do mundo deve estar fora do mundo...” (TLP 6.41), pois se o podemos dizer, então ele faz parte do mundo e, sendo assim, é uma proposição da ciência ou da lógica. Ora, nem um caso nem outro. O mesmo ocorria com a ética e a estética, que para LW eram apenas a tentativa de dizer o que é transcendental. Portanto, para LW, ao tempo do TLP, a lógica de nossa linguagem nos impinge limites quanto ao que pode ser dito e entre estas coisas não consta a realidade, ou seja, não podemos dizer na linguagem o que é a realidade, podemos apenas descrevê-la. Os metafísicos tentam ir além dos muros da linguagem, e com isto, lançam proposições que não fazem sentido, pois suas proposições não são sobre a lógica nem sobre estados de coisas com as quais poderíamos comparar a realidade.

Para compreender estas relações de possibilidade e impossibilidade, veja o gráfico:

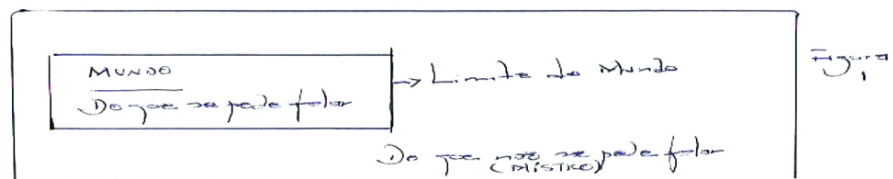


Figura 1

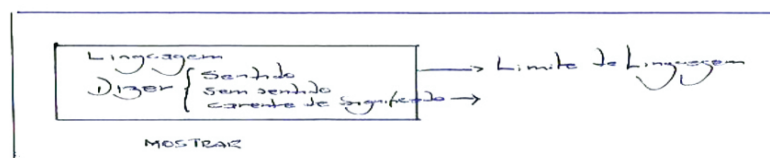


Figura 2

Fonte: K. T. Fann, *A Filosofia de Wittgenstein*, 1ª ed., Tecnos, 1976, p. 43

Figura 3.5 - Limites do mundo e da linguagem
 Fonte: Elaboração do autor (2010).

Nestas duas figuras, vemos as relações entre os limites da linguagem e os limites do mundo e o que tenta ultrapassar estes limites. A primeira figura (limite do mundo) nos mostra que tudo do que podemos falar e que pode ser verdadeiro ou falso pertence ao domínio do mundo. Para além disto, temos o limite do mundo e neste domínio está o místico: aquilo do que não se pode falar. Mas, você deve entender que o “não se pode falar” é uma impossibilidade lógica e não uma norma ética ou de vida. Se LW estivesse dizendo que não se pode falar por causa de algum impedimento moral ou ético, ele estaria rompendo as barreiras do “dizível”.

Além disto, devemos ter clareza quanto aos conceitos que aparecem na segunda figura (limite da linguagem): sentido, sem sentido e carente de significado. Nós apenas podemos dizer coisas com sentido dentro dos limites da linguagem. As tentativas de dizer algo que ultrapasse os limites da linguagem que são as proposições sem sentido e as tentativas de dizer algo que está para além deste limite são carentes de significado. Estas categorias são lógicas. Assim, por exemplo, a proposição “a providência divina coordena nossa vida” é uma proposição que possui sentido, mas não possui significado, ela afirma algo sobre o mundo, com base em algo que está para além da linguagem. Outro exemplo é a afirmação de Heidegger (2005, p. 199) de que “O Dasein se mostra em sua abertura para a existência”, na qual o que não pode ser dito – por estar além dos limites do mundo – nos é transmitido como uma informação. A proposição de Heidegger não é verdadeira nem falsa, ela não faz sentido.

Estas distinções nos revelam algo sobre o TLP que o Círculo de Viena em suas leituras do TLP não havia prestado atenção, isto é, o TLP é um livro sobre a delimitação do que pode ou não ser verdadeiro, do que pode ou não ser dito e não uma espécie de “coveiro” da metafísica, tal como muitos do Círculo admitiam. O próprio Rudolf Carnap, em uma carta ao editor de um ensaio, em que relembra aqueles tempos das conversas com LW, afirma e admite que não prestou atenção nestas proposições. O mesmo ocorreu com o filósofo Erik Stenius que escreveu um dos melhores comentários à filosofia do *Tractatus*. Segundo Stenius (1981, p. 178),

[...] o inexpressável, por um lado, tem um tom positivo, por outro, parece que Wittgenstein partilha do ponto de vista positivista de considerá-lo carente de significado e que não merece nossa atenção [...]. Temos uma opinião definida de que o que é inexprimível é carente de sentido e nada mais.

Contudo, LW nunca expressou a opinião de que a metafísica não tem sentido ou que o inexprimível é apenas carente de sentido. O que disse foi: “A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrasensos” (TLP 4.003), isto é, carentes de significado. O sentido é essencialmente o seguinte:



As proposições filosóficas não são falsas, não estabelecem erroneamente fatos que podem ser estabelecidos de maneira correta, pois não estabelecem nenhum fato – apenas parecem proposições, mas na realidade não são proposições no sentido estrito. **Tentar dizer algo – no sentido de estabelecer proposições – acerca do transcendente ao mundo resulta na carência de significado.**

LW não foi um antimetafísico, ainda que tenha sido um acerbo crítico dos filósofos metafísicos tradicionais que apresentavam suas proposições como proposições sobre algo informativo, isto é, como se figurassem algum conjunto de estado de coisas. Para Wittgenstein, a poesia, a ética bem como outras manifestações artísticas que trabalham com a figuração pertencem ao reino do transcendental do que apenas se pode mostrar, mas não dizer. Além disto, em nenhum momento, no *Tractatus*, Wittgenstein afirma algo como Stenius, isto é, que o inexprimível carece de interesse.



Ao contrário, para ele, tudo que importa na vida é aquilo que não se pode dizer e, sim, mostrar.

Com isto, você poderá compreender por qual razão a teoria da linguagem do TLP desemboca numa avaliação sobre a morte e o sentido do mundo e como estes temas estão ligados à linguagem, estado de coisas, lógica e objetos simples. O propósito do TLP é demonstrar que tudo que pode ser dito com verdadeiro ou falso, com sentido ou sem sentido é pouco para alcançar o que é mais importante na vida humana. Não nos arriscaríamos em fornecer uma interpretação errônea da obra se disséssemos que a obra, para compreender a ética, apresenta as possibilidades do que pode ser verdadeiro ou falso.

Como podemos ver, verdade e falsidade apenas podem ser atribuídas às proposições das ciências naturais. Sob tal aspecto, alguns filósofos se questionam se o *Tractatus* é um livro sobre Lógica e Filosofia da Linguagem. Segundo nosso ponto de vista, a lógica e a filosofia da linguagem servem de instrumentos para a proposta do livro, mas não são o seu fim último. Mesmo assim, os filósofos como A. J. Ayer e alguns do Círculo de Viena (ainda que não Moritz Schlick) tomaram o texto como um panfleto contra a metafísica e a fenomenologia. Outros, ainda, como C.K. Ogden e o filósofo da literatura I. A. Richards, tomam o livro como a fundamentação de uma filosofia da linguagem. Contudo, na outra unidade, vamos estudar o ponto de vista das **Investigações Filosóficas** sobre a linguagem e teremos oportunidade de estudar os pontos falhos que a concepção tractariana de linguagem apresenta.



Síntese

Nesta unidade, você estudou a concepção de linguagem na primeira filosofia de Ludwig Wittgenstein. Iniciamos nosso estudo pela concepção de que as proposições são figuras da realidade. Estudamos as definições de conceitos como figura, figuração e afigurado. Isto nos permitiu analisar a relação estabelecida por Wittgenstein entre a pictorialidade da linguagem e sua relação com a realidade. Após este estudo, passamos a analisar a atribuição de atomismo lógico do *Tractatus*.

Você ficou sabendo que o atomismo lógico do *Tractatus* baseava-se na ideia de que as proposições são compostas: nossa linguagem comum é composta por proposições cujo conteúdo significativo pode ser analisado através da sintaxe lógica, e decomposta em proposições áticas. Estas, por sua vez, se ligam a objetos da realidade. Neste estudo, você pode analisar por qual razão os objetos do *Tractatus* são objetos postulados, mas não podem ser apontados. Isto nos conduziu ao último item de nosso estudo que foi a relação dizer-mostrar no *Tractatus*.



Atividades de autoavaliação

- 1) Baseado(a) na leitura desta unidade, explique como surgiu, para o autor do *Tractatus*, a concepção de que a linguagem é uma figuração da realidade.

- 2) Com base na noção wittgensteiniana de proposições como figuras, justifique a seguinte afirmação: "A afigura B, pois mantém uma relação lógica com B a qual se expressa da forma lógica que pertence a ambos".

- 3) Baseado(a) nos estudos que você realizou sobre o atomismo lógico e a análise lógica das proposições no *Tractatus*, indique e explique quais os argumentos Wittgenstein usou para afirmar que é possível compreender uma proposição sem que necessariamente se saiba se ela tem significado ou não?



Saiba mais

Para que você possa aprofundar os estudos realizados nesta unidade, sugerimos as seguintes leituras complementares:

MORENO, Arley. **Wittgenstein através das imagens**.
Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PRADO NETO, Bento. **A fenomenologia em Wittgenstein**.
Tempo, cor e figuração. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

UNIDADE 4

4

Significado como uso



Objetivos de aprendizagem

- Compreender os argumentos de Wittgenstein sobre o significado e a linguagem.
- Entender as razões pelas quais Wittgenstein abandona a Filosofia da Linguagem do *Tractatus*.
- Relacionar as regras e o uso na Filosofia da Linguagem de Wittgenstein.
- Identificar os argumentos básicos desse autor sobre as relações entre linguagem e Filosofia.



Seções de estudo

- Seção 1** Considerações filosóficas sobre a linguagem
- Seção 2** Filosofia e concepção de linguagem
- Seção 3** Concepção de linguagem e problemas filosóficos
- Seção 4** Significado das palavras como uso
- Seção 5** Jogos de linguagem e significado



Para início de estudo

Nesta unidade, vamos estudar o que se costumou chamar por segunda filosofia de Ludwig Wittgenstein. No percurso que vamos percorrer, você perceberá que a primeira filosofia ainda se faz presente aqui e que muitas das intuições lançadas no **Tractatus Logico Philosophicus** ainda são válidas para a filosofia das **Investigações Filosóficas**.

Primeiramente, vamos estudar as razões que fizeram Wittgenstein criticar negativamente sua primeira obra filosófica. Depois disto, vamos analisar sua nova concepção de **linguagem como uso através de regras**. Tal passo nos leva ao estudo das relações entre a concepção de linguagem e os problemas filosóficos, segundo sua nova concepção de linguagem. Isto implicará o estudo das relações entre significado e uso e, por fim, a análise do conceito de jogo de linguagem.

Seção 1 - Considerações filosóficas sobre a linguagem

A concepção de linguagem proposta pelo **Tractatus Logico Philosophicus** de Ludwig Wittgenstein traz consigo uma proposta ainda partilhada por alguns filósofos nos dias de hoje. Este fato não deve ser visto com estranheza, pois os argumentos do TLP são extremamente convincentes e a ideia de que as proposições são figuras que mostram a realidade constitui uma teoria atrativa.

Apenas estas duas razões já nos fazem compreender por qual razão TLP se tornou uma das obras fundamentais da Filosofia Analítica contemporânea e juntou em torno de si vários admiradores. Por exemplo, o filósofo A. J. Ayer foi um dos principais propagadores da filosofia do TLP na Inglaterra e nutriu uma geração de filósofos nos argumentos de Wittgenstein. Entretanto, mesmo com todo sucesso filosófico alcançado com o **TLP**, Wittgenstein retira-se da cena filosófica de Cambridge e engaja-se no movimento de alfabetização das classes populares que viviam nos Alpes austríacos e lá permanece por longos anos.

Eventualmente, para simplificar, iremos nos referir a Ludwig Wittgenstein por LW, ao Tractatus Logico-Philosophicus por TLP, e às Investigações Filosóficas por IF.

Talvez uma das razões para tal desaparecimento possa ser encontrada no próprio TLP, quando, na introdução, Wittgenstein alega ter respondido à todas as questões filosóficas e demonstrado que não passam de mal entendidos sobre nossa linguagem. Outra razão pode ser as marcas deixadas em Wittgenstein das vivências que teve durante a Primeira Guerra e que o tornaram avesso a todo contato humano.

Seja como for, Wittgenstein abandona o TLP e seus seguidores e, junto com eles, a filosofia. Nesse ínterim, recebeu algumas visitas, como **Frank Ramsey** e George Moore, mas não retornou aos estudos de filosofia em Cambridge, a não ser depois de declarar seu fracasso como professor alfabetizador.



Crente de que não havia mais nada a ser feito em filosofia, resolveu tornar-se, então, professor da escola primária e iniciou o respectivo curso de formação. Nesse curso, recebeu treinamento nos métodos do Movimento de Reforma da Escola Austríaca, que defendia que a escola, em vez de impor a simples memorização, deveria estimular a curiosidade natural da criança e a formação de pensadores independentes. Durante todo o tempo em que foi professor primário, Wittgenstein procurou colocação em áreas rurais da Áustria, mas o trabalho nessas áreas afastadas sempre esteve acompanhado de problemas e conflitos.

Professor e filósofo em Cambridge, Ramsey foi amigo pessoal de Wittgenstein e o visitou em sua casa na Noruega. Porém, por um problema nos rins, faleceu aos 32 anos. Seus escritos foram publicados postumamente e constituem um desenvolvimento autônomo de algumas das principais teses da filosofia analítica e da lógica.



Ele até obteve bons resultados com algumas crianças que conseguiram acompanhar os seus interesses e seu estilo de ensino, mas suas expectativas em relação às crianças da escola rural eram absolutamente irrealistas. Segundo Ray Monk (1995), seus métodos de ensino eram intensos e rigorosos, e ele tinha pouca paciência com as crianças que não mostravam aptidão ao que era ensinado. Suas medidas disciplinares (que envolviam punições físicas) – bem como a suspeita disseminada entre os camponeses de que ele fosse meio maluco – levaram a uma série de desentendimentos entre Wittgenstein e os pais dos alunos. A situação tornou-se insustentável quando, em abril de 1926, um garoto de onze anos desmaiou ao ser repreendido por Wittgenstein. O pai de um dos alunos desejou sua prisão, e o filósofo, embora não tenha sofrido nenhuma condenação formal, acabou por renunciar ao cargo de professor e retornar a Viena, convencido de ter fracassado como professor.



Figura 4.1 - Wittgenstein com seus alunos em Puchberg am Schneeberg, Áustria, em 1922
 Fonte: Ludwig... ([20--?]).

Um fracasso relativo, pois Wittgenstein chegou a escrever uma cartilha para os professores, contendo técnicas de ensino das palavras, e obteve algum reconhecimento entre a população. No entanto, como dissemos na nota anterior, o fracasso maior foi interpessoal: seus métodos de ensino baseados no esforço e na disciplina, na persistência e na punição corporal fizeram com que alguns aldeões questionassem seus métodos de ensino. O filósofo e biógrafo Ray Monk, atualmente professor na Universidade de Southampton, ao retornar aos locais em que Wittgenstein

lecionou, ainda encontrou remanescentes das famílias de seus alunos e recolheu a história de duas famílias. Uma das famílias ainda tinha lembranças dos cascudos que uma de suas crianças recebera de Wittgenstein ao responder de maneira errada alguns cálculos propostos. Outra família ainda tinha uma das mulheres que fora aluna de Wittgenstein e que recebera dele alguns puxões de cabelo. Segundo a família, Wittgenstein fizera isto várias vezes com a aluna.

Este fracasso, no entanto, não explica por qual razão ele retomou sua filosofia anterior e apontou várias falhas nos argumentos. Estas falhas foram tais que toda a filosofia do TLP deveria ser retomada e trabalhada em outra direção. Esta autocrítica pode ser verificada nas seções iniciais das **Investigações Filosóficas**, em que é citado, várias vezes, o autor do *Tractatus*. Além disto, o texto final das **Investigações** nos apresenta uma outra concepção de linguagem a qual ainda insiste em alguns pontos comuns ao TLP, mas que diverge em vários outros.



Atenção!

Muitos autores citam o texto das **Investigações Filosóficas** indicando parágrafos. Nós usaremos convenção IF e “seção” para cada parte numerada. Assim, §45 deve ser lido como “seção 45”. As letras minúsculas ao lado de cada número indicam os parágrafos da seção, quando existem. Assim, §45b, deve ser lido como seção 45 parágrafo b. Quando a indicação contiver mais de uma letra, por exemplo, §45a,b, indica que se devem ler os primeiros dois parágrafos da seção 45. A edição que assumimos aqui é a seguinte:

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O ponto comum entre o *Tractatus* e as **Investigações** é a crença de que os problemas filosóficos são mal entendidos na linguagem em que são formulados os problemas. Outro ponto comum é a crença na incompreensão da lógica da linguagem. O que muda agora é a proposta de que a filosofia constitui-se em uma terapia do intelecto e não mais em uma investigação lógico-sintática

de nossa linguagem. Os problemas filosóficos, pois, têm sua origem na maneira como compreendemos o funcionamento de nossa linguagem. Palavras cujas regras de aplicação não compreendemos sugerem que devemos empreender uma investigação na realidade para sua clarificação.

Nosso estudo, nesta unidade, é sobre a concepção de linguagem exposta nas **Investigações Filosóficas**. Mas, antes de adentrarmos nos argumentos das **Investigações**, vamos tentar compreender o que Wittgenstein diagnosticou como “erros” de sua concepção filosófica anterior. Antes de começarmos, devemos fazer a seguinte ressalva, qual seja: segundo nosso ponto de vista, não existem dois Wittgenstein e, sim, um Wittgenstein o qual escreveu duas obras, das quais a segunda um aprimoramento dos argumentos da primeira. Portanto, acreditamos que Wittgenstein não renegou o TLP, antes, ele corrigiu erros filosóficos, combateu em si mesmo preconceitos sobre o lugar da lógica e da linguagem ideal em nossas investigações filosóficas. Bem, feita esta ressalva, vamos ao estudo.

Ludwig Wittgenstein esteve associado ao que se denominou “virada linguística” (*linguistic turn*) na filosofia do início do século XX, e o texto fundamental deste movimento foi o *Tractatus*. Neste livro, na proposição 4.0031, Wittgenstein afirma que toda filosofia é uma crítica da linguagem, e esta afirmação permanece válida ainda em sua segunda obra, as **Investigações Filosóficas**, publicada postumamente (1953), em inglês, com a tradução de Elizabeth Anscombe. Nas *Investigações*, ele afirma que a compreensão de nossa linguagem é a chave para dissolver os problemas filosóficos. **A filosofia é uma batalha contra o enfeitiçamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem (IF §109).**



Gertrude Elizabeth Margareth Ancombe (1919-2001) foi aluna, amiga e tradutora da obra de Wittgenstein para o inglês, sendo indicada pelo próprio Wittgenstein, em sua testamentária literária, para tal encargo. O Caderno Azul e o Caderno Marrom foram ditados pelo próprio Wittgenstein para ela. O livro **Intention**, de Anscombe, publicado em 1957 com apenas 94 páginas, é uma obra revolucionária na área da Filosofia da Ação e uma rara obra literária de síntese filosófica.

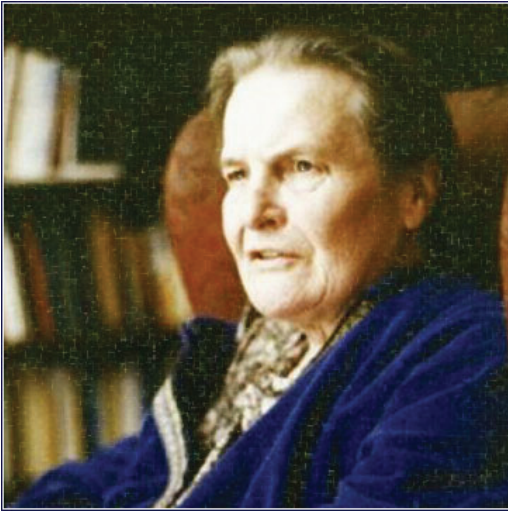


Figura 4.2 - Elizabeth Anscombe
Fonte: University of St. Andrews (2008).

Um dos pontos centrais da crítica ao TLP é justamente a ideia de que existe uma isomorfia entre linguagem e mundo, e que os nomes simples da linguagem equivalem a objetos simples. No TLP, não temos um exemplo de objeto simples, há apenas a argumentação de Wittgenstein afirmando que são necessários para a constituição da relação linguagem-realidade. Nas **Investigações Filosóficas**, a ideia de objetos simples é rejeitada e substituída pela ideia de que o significado de uma palavra é fornecido por seu uso, e que este uso é público, e não escondido na sintaxe lógica, tal com acreditava o autor do TLP. Ainda, os usos particulares da linguagem podem supor a existência de certos tipos de coisas, as quais podemos chamar exemplares, tal como é o metro padrão, por exemplo. Contudo, este tipo de expressão deve ser compreendido como um meio de representação, e não como a apresentação ou figura de algo (IF §50).

A primeira crítica que LW encontrará no TLP será a concepção da linguagem como composta por proposições elementares logicamente independentes. Uma proposição simples, ou aparentemente simples, como “X é verde”, que atribui cor a um objeto, pode servir como bom exemplo de uma proposição elementar. Contudo, se afirmamos que o objeto é verde, então excluimos outra série de proposições como “X é azul” ou “X é amarelo”, e assim por diante. Portanto, a proposição “X é verde” é logicamente independente de outras proposições.

Contudo, no tempo do TLP, Wittgenstein meramente assume que tais proposições devem ser analisadas (TLP 6.3715), mas não deixa claro qual forma lógica deveriam ter. Em 1929, Wittgenstein prepara um ensaio para ser apresentado ao público, no qual tentou fornecer uma explicação deste problema. Contudo, mal o ensaio havia sido escrito, ele já percebeu que o problema não seria facilmente solucionado sem que outras teses do TLP também fossem questionadas, pois a série de proposições que são excludentes a “X é verde” pode ser inumerável, e a análise poderia nunca chegar ao fim.

Ora, isto vai contra a ideia do TLP de que a análise sempre chega ao fim, de que não existem proposições não analisadas. Sendo assim, Wittgenstein percebe que proposições como “X é verde” fazem parte de um sistema completo de proposições, aplicado em determinadas ocasiões. Nas conversas com os membros do Círculo de Viena, transcritas por Friedrich Waisman, Wittgenstein afirma que as proposições são como uma régua que aplicamos na realidade e que, ao aplicarmos uma das proposições que fazem parte do sistema, ao mesmo tempo aplicamos todas as proposições. Portanto, não é possível que o sistema de proposições e a realidade sejam um o espelho do outro, mas, sim, que o sistema de proposições deve ser independente da realidade, possuindo regras próprias, as quais entram em ação assim que a proposição for utilizada.



Friedrich Waisman (1896-1959) foi membro do Círculo de Viena e colaborador de Wittgenstein por um certo período de tempo. São de Waisman as anotações sobre as conversas de Wittgenstein com os outros membros do Círculo. Waisman imigrou para a Inglaterra logo após a anexação da Áustria por Hitler e permaneceu lá, até sua morte, como professor de Filosofia: primeiro em Cambridge e depois em Oxford. Waisman rompeu sua amizade com Wittgenstein em face do abandono das teses do TLP por parte de Wittgenstein.

As primeiras séries de seções das **Investigações Filosóficas** apresentam vários argumentos contrários às concepções do TLP, principalmente a ideia de que a relação entre linguagem e

realidade deve ser suprida por algum tipo de ligação e a concepção de que nossa linguagem funciona apenas de uma forma, a saber: para descrevermos objetos da realidade. A primeira seção das IF apresenta uma citação das Confissões de Santo Agostinho, na qual este relata a forma como aprendeu a usar as palavras. Conforme a passagem, as palavras são aprendidas segundo sua relação com os objetos. Por exemplo, quando as pessoas desejavam determinado objeto, usavam as palavras para indicá-lo e juntavam a estas determinados gestos. Vejamos a citação tal como está no texto das **Investigações Filosóficas**:

Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isto e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem, que por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais as coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a estes signos, dava expressão aos meus desejos. (AGOSTINHO apud WITTGENSTEIN, 1999, p. 27).

Segundo LW, temos aqui uma imagem da essência da linguagem:

1. As palavras da linguagem denominam objetos – as frases são ligações de tais denominações.
2. Cada palavra tem uma significação.
3. Os objetos são o significado das palavras.

Vejamos, na seção seguinte, que postura Wittgenstein toma em relação a esta concepção.

Seção 2 - Filosofia e concepção de linguagem

O interessante quanto a estas definições que LW deduz da passagem de Santo Agostinho é que elas são idênticas às teses do TLP. Com isto, Wittgenstein inicia uma guerra em várias frentes para criticar o ponto de vista de que nossa linguagem funciona apenas de uma forma, que o significado de nossas palavras são os objetos para os quais tais palavras apontam. Uma das estratégias usadas é a introdução da ideia de “jogos de linguagem”, segundo a qual as palavras obedecem a determinadas regras de emprego e, segundo estas regras, designam objetos. Contudo, nos jogos de linguagem não temos relações como as do TLP, isto é, a ligação com os objetos não é a fonte de definição para os significados e, sim, a forma como estas palavras e conceitos são utilizados. Mais adiante, teremos oportunidade de estudar com mais detalhes a noção dos jogos de linguagem. No momento, é importante compreender a origem desta noção.

No TLP, a função principal da linguagem era a de descrever os objetos da realidade, e as palavras uniam-se aos objetos. Isto obrigou LW a afirmar que os objetos simples existiam, mas não poderiam ser verificados ou exemplificados. Nas IF, esta ideia é abandonada e a função descritiva da linguagem é considerada apenas como uma das funções que nossa linguagem pode desempenhar. Ao mesmo tempo, a definição dos conceitos não se dá através das definições que ligam objetos e palavras às quais são denominadas definições ostensivas.

A ideia geral de uma **definição ostensiva** é que – tal como na citação de Santo Agostinho – as palavras pronunciadas são ligadas a objetos e concatenadas numa proposição.



Por exemplo, definir a cor de um objeto poderia ser realizado da seguinte forma: “Isto [apontando para o objeto] é azul” ou “Isto ↑ é azul”, onde a seta indica que se apontou para um determinado objeto (azul).

Ora, esta ideia pode ser compreendida de duas formas. Uma delas seria a seguinte: ao apontar para o objeto, é possível deduzir

que apenas aquele objeto é azul, isto é, definiu-se o azul apenas para aquele objeto, mas não o que significa “azul”. Uma segunda maneira de compreender a definição ostensiva, é considerar que necessitamos saber que a cor do objeto não tem relação com outras circunstâncias presentes, tais como forma, peso, localização, entre outras.

Estas considerações não implicam que uma definição ostensiva não tenha valor definitório. Antes, o que se percebe é que é necessário aprender a compreender quando uma definição ostensiva é oferecida. Ou seja, é necessário que a compreensão da linguagem já esteja presente ao indivíduo para quem vamos definir um conceito. Por exemplo, definimos o numeral “dois” para uma pessoa, apontando para um conjunto de duas laranjas. A princípio, parece uma operação simples, mas e se a pessoa nos pergunta “quer dizer que dois é sempre usado quando temos duas laranjas?”. Isto demonstra que a definição ostensiva deve ser ensinada. Se for assim, então é necessário que outras noções já façam parte da compreensão da pessoa a quem definimos o numeral “dois”.

Outro aspecto normalmente negligenciado diz respeito à **noção de “descrição”** através da linguagem. É comum descrevermos objetos e conferirmos se nossa descrição está correta através de determinados critérios. Por exemplo, quando descrevo para alguém uma cadeira, esta definição poderá ser avaliada como correta ou não dependendo da relação entre a descrição e o objeto descrito. Mas LW tratará a função descritiva da linguagem como mais um jogo de linguagem possível, por exemplo, na seguinte seção (IF §24b, c):

Pense em quantas coisas diferentes são chamadas de “descrição”: descrição da posição de um corpo pelas suas coordenadas; descrição de uma expressão fisionômica; descrição de uma sensação tátil; de um estado de humor.

Pode-se, com efeito, colocar, em vez da forma costumeira da pergunta, a forma da constatação ou da descrição: “Quero saber se...”, ou “Estou em dúvida se...” – mas com isso não se aproximaram mais os diferentes jogos de linguagem.

Podemos considerar que a descrição é apenas uma das funções de nossa linguagem. Na seção anterior, LW já havia solicitado que seu interlocutor considerasse a multiplicidade de jogos de linguagem nos seguintes casos “Comandar e agir segundo comandos”, “Relatar um acontecimento” “Conjecturar sobre um acontecimento”, “Inventar uma história”, “Fazer uma anedota” entre outros. Estas atividades devem ser consideradas quando filosofamos, pois normalmente esquecemos de que nossa linguagem não funciona apenas de uma maneira e nossa intenção será reduzir todas as formas a apenas uma, a saber: a forma descritiva. Isto mostra como LW via sua obra anterior e o erro de considerar que toda linguagem seja descritiva.



Esta nova concepção é fruto das reflexões de Wittgenstein no período pós *Tractatus*, em que paulatinamente desenvolve a ideia de que o **significado de uma palavra é seu uso** e que tal uso se dá através de regras, e não mais da relação com objetos da realidade.

Na obra intitulada **Philosophical Observations** – publicada originalmente em edição bilíngüe (alemão e inglês) – aparece pela primeira vez a noção de significado como uso. Na página 58 desta edição, LW se ocupa dos tipos de proposições que o TLP havia deixado de lado, quais sejam: prescrições e ordens.

Contudo, ainda nesta obra, LW está próximo da filosofia do TLP e do Círculo de Viena. A filosofia de Wittgenstein, tal como está no texto das Investigações Filosóficas, é fruto do amadurecimento daquilo que ele havia lançado no TLP. Quando analisamos as obras do período intermediário de Wittgenstein – entre a publicação do TLP e seus escritos para o texto das IF –, percebe-se que, durante os anos 30, sua produção escrita foi enorme. Neste período, encontramos escritos sobre “filosofia e gramática”, os quais tocam em temas que vão desde a questão do estatuto das proposições de nossa linguagem ordinária, até a resolução de problemas matemáticos. Muito destes escritos é de aforismos, breves parágrafos, reflexões filosóficas e argumentações que cobriam vários temas. Algumas destas anotações e escritos foram transformados depois em uma obra mais concisa publicada como *Philosophical Grammar*.

Neste momento da filosofia de LW, surgem vários instrumentos de análise que posteriormente os comentadores irão tratar como peças separadas e autônomas. Por exemplo: **jogos de linguagem, semelhanças de família, seguir regras, linguagem privada**, entre outros. Contudo, estes instrumentos – apesar da fascinação que exercem sobre nosso intelecto – são utilizados por LW para demonstrar que os problemas filosóficos se originam da má compreensão de nossa linguagem e, sendo assim, não podemos tratar estes instrumentos como se fossem novas formulações filosóficas. Ou seja, não podemos cair no engano de separar as partes da filosofia de LW e usá-las como ferramentas para outros campos. Por exemplo: usar a noção de jogo de linguagem para analisar obras de literatura ou teologia; as semelhanças de família não são uma ferramenta válida para tratar dos conceitos da arte ou de outro campo qualquer.

Em suma, os instrumentos usados por LW, a fim de tornar clara sua filosofia e os problemas da filosofia, não são postulados que visam a solucionar problemas tradicionais da filosofia. Tal debate, contudo, ainda está em andamento e não é este o local para entrarmos nas minúcias. Mesmo assim, considerando uma determinada ordem didática, vamos apresentar alguns pontos específicos da filosofia de LW e, na medida do necessário, faremos as ligações com o contexto ao qual pertencem.

No TLP, as proposições eram consideradas figuras que mostravam a realidade e estavam a ela ligadas através das proposições elementares e suas ligações com os objetos simples, mas a crítica que LW faz desta noção indica que esta é uma espécie de “dieta unilateral” de exemplos. Ou seja, tomamos um aspecto da linguagem ou da realidade que nos intriga e generalizamos para toda a linguagem. Portanto, é necessário considerar que a teoria da figuração deve ser ultrapassada por considerações filosóficas que nos permitam uma visão de conjunto da linguagem.

A este respeito, LW usará a analogia com o mapa de uma cidade da qual desejamos compreender o traçado das ruas: por vezes, alguns caminhos não levam ao destino que desejamos e somos obrigados a transitar por ruas que não conhecíamos, para só então chegar ao destino almejado. Ou seja, nossa linguagem é um labirinto e não podemos concluir que uma determinada forma de uso seja o único padrão de compreensão. Tal ideia opõe-se frontalmente contra a concepção de linguagem do TLP.

Seção 3 - Concepção de linguagem e problemas filosóficos

Vamos analisar este problema, apontado por Wittgenstein, quanto aos processos mentais e suas relações com a significação. Vamos supor a seguinte afirmação: “O gato está sobre o tapete”. Uma forma de compreender esta afirmação é tratá-la como informação e, sendo assim, a afirmação será verdadeira se, e somente se, o gato estiver sobre o tapete. Podemos verificar a verdade da informação.

Mas esta mesma informação pode ser usada de outra forma, por exemplo, posso ouvir esta afirmação de alguém que me visita e vê que meu gato de estimação está na sala. Ora, esta pessoa não deseja me informar algo sobre o gato ou sobre o tapete. Antes, ela usa a afirmação para determinado fim o qual podemos imaginar: ela não gosta de gatos, ela não concorda que gatos fiquem sobre o tapete da sala, ela tem alergia a gatos ou pelos de gatos. Nestes casos, o uso descritivo não acrescenta nada ao que a pessoa disse. Ainda que sua afirmação seja verdadeira, seu uso da afirmação tem outro objetivo. Provavelmente, ela deseja que eu retire o gato do tapete ou algo parecido com isto.

Agora, imagine a seguinte situação: alguém me diz que a afirmação “o gato está sobre o tapete” possui significado, pois a escuta pode elaborar imagens mentais de um gato sobre um tapete. Estas imagens mentais reunidas (gato, tapete, uma coisa qualquer sobre outra etc.) formam o significado da afirmação. Ora, neste caso, a significação não está na realidade, pois, mesmo que você diga “mas o gato está sobre o tapete na realidade”, tal afirmação apenas reforça a verdade da imagem mental, que é o significado.



Ou seja, o **significado** consiste na imagem mental que temos de um determinado objeto.

A pessoa poderia lhe responder “veja, isto é o que eu tinha em mente quando disse que o gato estava sobre o tapete”. Neste caso, o que a pessoa nos exige é que consideremos se o processo mental concomitante à afirmação é compatível com a realidade e não a própria afirmação. Mas, o que poderia ser este processo

mental de “significar” algo com o que se diz? Como é possível desvincular a realidade afirmada da própria afirmação?

Nesta etapa da argumentação de Wittgenstein – nas Investigações Filosóficas –, a sua concepção de linguagem atinge uma concepção comum de nossa mente ou mundo interior. Por exemplo, costumamos afirmar que “temos algo em mente” ou que “tal ideia passou por nossa mente” e estas afirmações sugerem processos mentais, eventos que ocorrem no recesso da mente de quem as afirma.



Mas que tipo de coisa poderia ser um processo mental?

Podemos, por exemplo, repetir mentalmente o abecedário: este é um tipo de processo que tem início, meio e fim; é possível medir o tempo em que uma pessoa recita o abecedário; podemos interrompê-la e avaliar o tempo que ela demorou para chegar até a letra L, por exemplo. Ao mesmo tempo, o processo de recitar o abecedário poderá ser concomitante a outro processo tal como o passar do tempo medido no relógio. Por fim, é um processo mental no sentido em que não é perceptível para outras pessoas de maneira comum (por exemplo, recitar o abecedário em voz alta é um processo que possui critérios estabelecidos).

Entretanto, no processo mental de recitar o abecedário, nossas observações não são critério e, sim, o que a pessoa que recita nos diz. Certamente que alguns processos mentais acompanham nossas afirmações e é plausível que certas experiências também estejam presentes. Por exemplo, quando uma determinada peça musical nos eleva e emociona, nossas afirmações sobre a peça musical podem ser acompanhadas de certos processos mentais. O mesmo poderia ocorrer numa partida de xadrez: os lances de um jogador devem ser acompanhados de certos processos mentais, tais como considerações sobre os próximos lances de seu adversário, ou se aquele é o melhor lance para a situação etc. Mas, o que constitui um problema é afirmar que tais processos constituem o “saber jogar xadrez” ou “compreender uma peça musical” e, por fim, “o significado”.

Imaginemos que vamos fazer um experimento com uma determinada pessoa. Desejamos saber quais os processos mentais que lhe ocorrem em determinada situação padrão. Por exemplo, pedimos que escreva os números pares iniciando pelo número 2 e prossiga escrevendo o próximo número par e assim por diante. Quando a pessoa escreve o número 44, pedimos que pare e nos diga que processo mental faz com que ela saiba qual o próximo número a escrever. Ao que parece, este seria um experimento que revelaria o que é compreender, pois a pessoa nos diria o que ocorreu desde o início da série até o momento em que parou de escrever. Por exemplo, lhe perguntaríamos “o que ocorreu em sua mente no momento em que você escreveu 40 logo após 38? Wittgenstein argumenta que muitas coisas diferentes poderiam ter ocorrido à pessoa naquele momento (IF §151 - §155), mas estes eventos não seriam a significação e, sim, ocorrências concomitantes ao desenvolvimento da série. Logo, tudo que a pessoa nos diz pode ser classificado como idiossincrático, isto é, ocorrências particulares à mente daquela pessoa. Seria necessário que obtivéssemos critérios válidos para toda e qualquer pessoa.

Neste ponto, as considerações filosóficas de Wittgenstein atingem o campo da Filosofia da Mente, pois ele terá de lidar com a concepção natural de como nossa mente funciona, por assim dizer, considerando que a significação é um processo mental e não mais um processo de leitura, escrita ou uso de palavras e sinais. Mas, vamos mais adiante nestas considerações antes de passarmos à concepção de Wittgenstein.

Até aqui, nossas considerações acompanharam a ideia de que a significação não era algo pertencente às palavras escritas ou faladas e, sim, ao que a pessoa que usa a linguagem pretende ao usar as palavras. Também chegamos à conclusão de que a pretensão da pessoa em significar algo é um processo mental e que apenas analisando os processos mentais que ocorrem a esta pessoa, chegaríamos a compreender o que é especificamente “significar”. Portanto, somos jogados na investigação dos conteúdos mentais do falante. Mas, se ponderarmos bem sobre nossa conclusão, ela implica que há uma espécie de lacuna (*gap*) entre a linguagem e o significado. Ainda, esta lacuna deverá ser preenchida pela mente do falante. Será a compreensão um processo?

Consideremos: quando entendemos uma frase? No momento em que a pronunciamos? Ou a compreensão é anterior à pronúncia da frase? E quando alguém nos fala: em que momento compreendemos o que nos diz? Serão processos iguais o de compreender o que se fala e compreender o que se ouve? Talvez, pondera Wittgenstein, a articulação das partes da frase seja idêntica à articulação da compreensão? Mas, como poderemos saber, considerando que cada pessoa possui processos mentais próprios?

Suponhamos que um neurocientista tente construir um modelo explicativo do funcionamento de nossa mente, com base em certos resultados experimentais como resultado de suas investigações psicológicas. Contudo, tal modelo de mente formaria parte de uma teoria psicológica. Esta hipótese é aventada por Wittgenstein no Caderno Azul (*Blue Book*) e seria como uma teoria da eletricidade. Este caderno, juntamente com o Caderno Marrom, é composto por aulas que Wittgenstein havia lecionado em Cambridge e que os alunos usavam e trocavam entre si. Wittgenstein resolveu retomar aqueles escritos e desenvolvê-los de maneira mais rigorosa. Os títulos Azul e Marrom se devem às cores das capas dos cadernos de anotações.

Tal conjectura na época parecia apenas uma consideração filosófica que visava confirmar ou dar apoio aos argumentos de Wittgenstein, mas, atualmente, temos a tentativa teórica elaborada por Noam Chomsky, cuja explicação da linguagem traz consigo uma inferência sobre como nossa mente funciona. A tentativa de Chomsky não necessita ser amplamente explicada aqui, entretanto, o ponto básico é a premissa de que nossa mente contém determinadas estruturas que formam uma gramática básica e que estão codificadas em nossa mente.

Esta explicação de Chomsky foi adotada pelo filósofo e psicólogo Jerry Fodor (1975) e, a partir dele, criou-se a ideia de uma teoria gerativa da linguagem. Isto é fácil de compreender se aceitamos a ideia geral de Chomsky: considerando que a gramática possui regras básicas que são “gerativas” de outras gramáticas de segunda ordem, então, a gramática básica deve ter suas regras. Descobertas estas regras, descobrimos como a linguagem pode ser construída de um modelo teórico da mente. Contudo, a grande confusão que Fodor incide é crer que a geração da gramática se deve a outras regras codificadas na mente. Para

dos processos mentais. Mas ele não elimina a possibilidade de que um experimento psicológico possa revelar algo sobre o funcionamento de nossa mente, mesmo que seja improvável que o experimento encontre estruturas como a “compreensão” ou “significação”, entre outras. A concepção ingênua ou natural – por vezes partilhada por cientistas cognitivos – de nossa mente torna-se uma ficção metafísica e não uma hipótese científica e transforma-se em um embaraço para o desenvolvimento do método científico quando é aceita de maneira dogmática, pois deforma a natureza dos fenômenos que se tenta explicar.

Contra esta imagem natural e ingênua elevada à categoria de explicação científica, Wittgenstein lança dois argumentos básicos:

1. Mesmo que se admita existir algo como o mecanismo gerador do processo cerebral que se imagina explicar a significação, isto não resolveria a questão de saber como usamos nossa linguagem de maneira significativa, bem como as noções de pensamento e compreensão.
2. Os critérios para decidir se uma pessoa compreende, significa ou pensa algo e o que é este algo significado, pensado e compreendido, são completamente diferentes dos critérios que usamos para dizer que certos processos mentais ocorrem numa pessoa.

Para compreender melhor o que significa o argumento lançado em (1), vamos considerar a concepção de que a compreensão de uma proposição e do significado de uma palavra consistem em evocar uma imagem apropriada para associar-se à palavra. Neste caso, a evocação da imagem mental é tal como uma nota no teclado da imaginação (IF §6, §449). Assim, para entender a ordem “traga-me uma flor vermelha”, é necessário que a imagem de uma flor vermelha seja evocada pela mente da pessoa a quem damos a ordem.



Figura 4.4 - Flor vermelha
 Fonte: Romanovith (2009).

Esta imagem serve de padrão para o tipo de flor que pedimos que a pessoa nos trouxesse. Ainda que tal argumentação seja plausível, imagine agora que pedimos a pessoa que imagine uma mancha vermelha. Ora, a pessoa teria de evocar uma mancha vermelha tal qual a que nós evocamos quando lhe demos a ordem. Ou seja, seria como dizer “imagine exatamente a mancha que estou imaginando agora” e isto não faz sentido.

Para nos livrarmos da ilusão de que as imagens mentais podem ser a fonte da significação – pois este é o ponto que aqui nos interessa –, Wittgenstein sugere que substituamos a imagem vermelha, que supostamente poderia ocorrer em nossa mente, pela imagem de uma folha de papel. Ora, se a vermelhidão da imagem explica o significado de “vermelho”, então, a imagem impressa na folha de papel será mais vívida e, sendo assim, explicaria melhor o significado de vermelho. Mas, uma vez que tenhamos adotado a sugestão de Wittgenstein, percebemos que a imagem na folha de papel não explica o significado da palavra, pois se temos de explicar a alguém como se sabe o que significa “vermelho”, teremos igualmente de explicar a esta pessoa como a imagem que serve de exemplo – seja ela mental ou física – é vermelha.

Portanto, uma imagem mental – ou física – não explica o significado, e ainda que, ao usarmos as palavras, algumas imagens passem por nossas mentes, estas são mais acompanhamentos do uso da linguagem do que a base do significado. Por exemplo, quando usamos as palavras da seguinte forma: “o pensamento voa”. Como justificar quais imagens mentais explicam o significado de cada uma das palavras? As imagens acompanham a expressão, mas não a definem (IF §396).

Ora, a forma como decidimos se alguém entende ou não o que ocorre e os critérios mediante os quais decidimos que imagens são necessárias para compreender, são distintos.

Os exemplos mais claros são os caos da música. São estes os caos que Wittgenstein usa como comparação com o caso de compreender uma frase (IF §527). Ainda que o problema seja geral, compreender uma frase implica compreender uma linguagem e compreender uma linguagem é saber usar uma técnica. Este domínio pode ser testado e avaliado por outras pessoas. Temos, aqui, o critério para distinguir a posse de imagens mentais dos critérios de compreensão. Pois, no caso de minhas imagens mentais, o que digo sobre elas tem por base minha autoridade pessoal. Já que tenho acesso a elas, ninguém poderá me corrigir. O máximo que se poderia fazer seria sugerir algumas inconsistências entre as imagens e o que atribuo às palavras.

Por exemplo, o fato de que a palavra “agulha” tenha um significado especial para mim pelas imagens que evoco quando a uso, não implica que eu sempre a use de maneira adequada. Antes, outras pessoas podem saber se aplico a palavra de maneira correta, se compreendo uma frase em que a palavra está contida, apesar das imagens mentais que evoco (IF §513 - §517; Z §246, §250). Mas, por outro lado, se as pessoas desejam saber que imagens mentais a palavra “agulha” me faz evocar, as pessoas terão de perguntar-me e isto mostra que minhas imagens pouco ou nada acrescentam ao significado da palavra “agulha”.



Isto, portanto, elimina o argumento de que usar a linguagem de forma significativa é saber quais as imagens mentais passam pela mente de uma pessoa. Não precisamos de uma filosofia da mente para, somente depois, postular o que é compreender a linguagem, usá-la de maneira significativa e atribuir significado às palavras.

Sendo assim, Wittgenstein nos deixa com um problema para ser resolvido, qual seja: não há uma relação palavra-objeto que nos forneça a significação e, ao mesmo tempo, não é a relação das palavras com as imagens mentais evocadas que nos indica como usar a linguagem de maneira significativa. Sendo assim,

não temos um critério de uso significativo. Este problema, Wittgenstein enfrenta a partir da seção 185 das Investigações Filosóficas, quando evoca o exemplos já antes usados – na seção 143 – do aluno a quem se pede que desenvolva uma determinada série numérica (a série “+2”).

Da seção 143 até a seção 185, a batalha argumentativa de Wittgenstein será mostrar que usar as palavras de maneira significativa é tal como dominar uma técnica. Esta técnica, contudo, não baseia seu emprego em evocar imagens mentais. Logo, a técnica de desenvolver uma série numérica como, por exemplo, 2, 4, 6, 8, 10 etc., baseia-se na correta aplicação das regras de desenvolvimento da série. Mas, argumenta Wittgenstein (IF §185), o aluno que desenvolveu a série até 1.000 e, logo após, escreveu 1.004, 1.008, 1.012, afirma que seu desenvolvimento da série é correta, pois interpretou que deveria desenvolver a série daquela forma. A seção completa é a seguinte:

Nós lhe dizemos “Olhe o que faz!” – Não nos compreende. Dizemos: “Você deveria adicionar dois; olhe como você começou a série!” – E ele responde “Sim; não está correto? Pensei que era assim que deveria fazê-lo”. – Ou suponha que ele diga, apontando para a série: “Mas eu continuei do mesmo modo!” – Não nos ajudaria em nada dizer: “Mas você não vê que...?” e repetir os velhos exemplos e as velhas elucidações. – Em tal caso diríamos, talvez: esta pessoa, por sua própria natureza, compreende aquela ordem, segundo nossa elucidação, do mesmo modo que nós compreenderíamos “Adicione 2 até 1000, 4 até 2000, 6 até 3000 e assim por diante”.

Tal caso seria semelhante àquele de uma pessoa que, ao gesto de apontar com o dedo, reagisse naturalmente, olhando na direção da linha que vai do fim do dedo ao punho e não do punho ao fim do dedo.

Uma das tentativas de enfrentar este problema seria argumentar que o aluno deveria “intuir” com base na fórmula que lhe foi dada, a maneira correta de a seguir. Mas o que seria uma intuição, neste caso? Seria como dizer que todas as passagens já estavam prontas quando ele compreendeu a fórmula? Bem, se for este o caso, então, o que se ensina aos alunos quando lhes mostramos como seguir séries numéricas? Por certo, deveríamos ensinar-lhes a intuir e não a desenvolver fórmulas

numéricas. Mas isto não faz sentido. Os contra-argumentos vão se sobrepondo, as sugestões de solução são as mais variadas: intuição, compreender o sentido, todas as passagens já são dadas quando se compreende a fórmula, a interpretação da fórmula é que garante a correção ou não do desenvolvimento.

O problema aqui é que uma maneira de falar nos joga na busca de algum processo que explique o uso significativo. Por exemplo, mostramos a alguém uma máquina e dizemos “ela tem tais e tais possibilidades de movimento”, ao que a pessoa nos pergunta “mas o que é uma possibilidade de movimento?” Não é o movimento, argumenta Wittgenstein, pois o fato de as peças estarem naquela situação não indica que a possibilidade de movimento está ali presente. A possibilidade de movimento é algo que pertence à máquina, mas que não está nela, esta possibilidade deve ser uma espécie de sombra do movimento real da máquina. Mas não pode ser uma sombra qualquer, pois deve ser uma imagem daquele movimento específico.

Ora, comenta Wittgenstein, “veja como as ondas da linguagem vão alto” (IF § 194a). Mas basta perguntarmos: como se usa a expressão “possibilidade do movimento?” Interpretamos mal uma maneira de falar do movimento da máquina e o uso incompreendido da expressão nos conduz a interpretá-la como designando um processo estranho. Respeitamos a construção elaborada com as palavras “possibilidade do movimento”, mas não percebemos que ela é apenas uma expressão e não a descrição de algo.

Este “engodo” é causado por acreditarmos que nossas expressões devem descrever algo, se não for um movimento real da máquina, então, deve ser um tipo de movimento muito próximo. Poderíamos dizer “a experiência mostrará se esta possibilidade de movimento se efetiva”, mas não poderíamos afirmar com sentido que “a experiência mostrará que esta possibilidade de movimento é a possibilidade correta do movimento da máquina”. Com isto, somos levados a supor a existência de uma entidade, a saber: a possibilidade do movimento. E tal possibilidade deverá ser independente do próprio movimento da máquina.



O mesmo se dá com o uso significativo da linguagem: a significação de nossas expressões é tomada como uma sombra da própria expressão e ficamos investigando o estatuto ontológico desta sombra. Mas o uso significativo nada mais é que o uso das expressões. Isto é, as **regras** que seguimos para empregá-la.

Imediatamente, surge a questão de como saber interpretar uma regra. Isto por duas razões:

- Em primeiro lugar, uma regra de uso parece ser algo que aprendemos num determinado momento e o uso da expressão se estende no tempo. Sendo assim, como é possível aprender a usar as expressões se seu uso ainda não é presente?
- Em segundo lugar, parece que a regra deve ser interpretada, pois seja lá o que quer que a pessoa faça poderá estar de acordo com a regra segundo uma determinada interpretação dela. Logo, qual a interpretação correta? Mesmo que uma regra contenha uma cláusula “deve-se interpretar esta regra desta e desta maneira: etc., etc.”, ela não poderá conter toda a aplicação futura e possível daquela regra.

Ou seja, o seguir a regra parece ter de ser sempre atualizado a cada ação que se pretende de acordo com a regra. Ora, estes dois argumentos tornam a concepção de uso significativo através do emprego de regras, inviável. Portanto, devem ser enfrentados: o primeiro argumento considera a expressão “uso futuro” da mesma forma que “possibilidade de movimento”, isto é: como se fosse uma entidade que tem de corresponder a algo presente na linguagem. Como se a pergunta “onde está o uso futuro da expressão gimp?” obrigatoriamente tivesse de ser respondida ao mostrarmos o que seria o uso futuro. Mas isto não faz sentido, pois compreender a expressão é saber usá-la, é saber em que situações podemos empregá-la.

Por exemplo, quando digo a alguém “desejo jogar xadrez”, minha expressão demonstra que conheço as regras do que se chama xadrez, pois não faria sentido afirmar que não sei o que é o jogo de xadrez, apesar de desejar jogá-lo. Ficamos, agora, com a questão da interpretação da regra, isto é: toda regra deve ser interpretada a fim de que saibamos agir tal como ela nos exige.

Este argumento contém vários erros: o primeiro deles é separar a regra de sua aplicação. Tudo se passa como se pudéssemos dizer: entendo a regra, mas não sei o que ela me exige! Mas isto não faz sentido, pois não é possível entender o que significa a regra “+” entre dois números e, ao mesmo tempo não saber o que deve ser feito para cumprir com a regra. A operação matemática necessitaria de uma interpretação padrão para ter a sua função cumprida. Nas **Investigações Filosóficas** (§201a), Wittgenstein comenta o seguinte quanto às interpretações das regras:

Nosso paradoxo era: uma regra não poderia determinar um modo de agir, pois cada modo de agir deveria estar em conformidade com a regra. A resposta era: se cada modo de agir deve estar em conformidade com a regra, pode também contradizê-la. Disto resultaria não haver aqui nem conformidade nem contradição.

Mas o passo importante é que acreditamos que as interpretações vão definir o que a regra nos exige. Ora, então a regra “+” não significa nada, ele é apenas um sinal no papel, seria necessário interpretá-la para que pudesse ser usada. Uma interpretação destas passagens das *Investigações Filosóficas* foi elaborada por **Saul Kripke** (1984), a fim de mostrar que Wittgenstein estava chamando atenção para o fato de que as interpretações devem ser padronizadas e apenas se pode ter padronização no seguir uma regra se apenas uma interpretação das várias possíveis for aplicada. O padrão de ação deveria, então, ser definido pela comunidade dos seguidores de regras.

A interpretação de Kripke das passagens centrais das *Investigações Filosóficas* ainda é tema de disputa. Contudo, o próprio Kripke na introdução de seu comentário admite que não está produzindo um comentário à filosofia de Wittgenstein e, sim, o desenvolvimento de ideias suas inspiradas na filosofia de Wittgenstein, mais especificamente nas seções onde ele trata do “seguir regras”.



O ponto de vista de Kripke foi denominado “**comunitarismo**”, em virtude da adoção da comunidade dos falantes ou seguidores de regras como critério de correção para ações que visam a seguir uma determinada regra. Assim, seguindo este tipo de argumentação, as regras do xadrez dependem dos jogadores e, além destes, da comunidade onde estão inseridos.

Isto, contudo, traz mais complicações do que ajuda e deve ser tomado como uma interpretação particular de Saul Kripke, e não a leitura correta do texto de Wittgenstein. Não caberia aqui elaborar passo a passo toda uma contra-argumentação a esta interpretação de Kripke. Basta dizer que Kripke criou uma nova entidade chamada “kripkenstein”, pois a visão comunitarista não pertence à Wittgenstein, mas sim à interpretação de Kripke dos argumentos de Wittgenstein, dando origem ao neologismo: “kripkenstein”. Entretanto, a visão comunitarista do seguir regras incorre em vários erros. Vamos aqui apenas listar alguns:

1. O Comunitarismo apenas faz sentido se aceitarmos que a regra e ação correta para com ela sejam separadas. Um exemplo disto seria a situação de saber jogar xadrez, mas não saber qual movimento a Torre deve desempenhar no jogo. Ora, se sei jogar xadrez e se sei identificar qual é a peça denominada “torre”, então, eu devo saber quais as regras de movimentação dela. Não é plausível que a regra e a maneira correta de agir para com ela possam se mostrar separadas.
2. Se o Comunitarismo é uma forma de superar as infinitas possibilidades de interpretação de uma regra ou as interpretações idiossincráticas de uma regra, então, ele deve fornecer um critério de eleição – por assim dizer – da interpretação correta. Contudo, os argumentos comunitaristas apenas afirmam que a “comunidade” dos seguidores de regras estabelece qual a interpretação correta. Mas isto, por sua vez, não implica dizer que aquela interpretação “é a interpretação correta” e, sim, que “aquela interpretação é a padronizada” pela comunidade. Portanto, outra comunidade de seguidores de regras poderá – plausivelmente – eleger outra interpretação. Isto, ao fim e ao cabo, nos lança na possibilidade de que em uma comunidade

determinada regra exija uma ação e, em outra comunidade, exija outra ação. Infere-se então, que não existe padrão de correção para a comunidade, isto é, cada comunidade segue a regra segundo suas interpretações particulares. Ora, mas isto diz respeito apenas a determinado tipo de regras e não a todas: regras matemáticas devem ser iguais em todas as comunidades.

Igualmente, o fato de que o ritual de casamento em uma comunidade difere do mesmo ritual em outra, não significa afirmar que o casamento não é um rito que segue regras. Por fim, se o Comunitarismo elimina a interpretação idiossincrática do indivíduo, o custo é assumir que a idiossincrasia das comunidades é aceitável, coisa que torna o seguir regras uma espécie de rito fundado na característica antropológica de cada comunidade.

3. O Comunitarismo assume que a decisão comunitária é decisiva em cada caso de aplicação da regra, isto é: sei que estou aplicando a regra “+2” de maneira correta, pois minha comunidade me corrige. Ora, mas imaginemos o caso do último índio Pato. Ele não tem mais uma comunidade para lhe corrigir e, sendo assim, é plausível afirmar – considerando seriamente os argumentos comunitaristas – que o último índio Pato não sabe se usa corretamente sua linguagem, se ele comete um erro ao usar uma palavra não há ninguém para corrigi-lo e, sendo assim, ele não sabe falar corretamente sua língua. Ora, isto não faz sentido, pois quando ele aprendeu a falar com os adultos, foi lhe ensinado a como aplicar as palavras de maneira correta e não outra coisa: por exemplo, qual a interpretação correta da regra para conceitos de beleza e tristeza, por exemplo.

4. Como decorrência da eleição da comunidade, como parâmetro e critério de correção da aplicação correta dos conceitos e do seguir regras, segue-se que apenas na comunidade sabemos qual ação a regra exige. Imagine agora Robinson Crusóé – antes do aparecimento de Sexta-feira – isolado da sua civilização, solitário na sua ilha. Saberá ele usar os conceitos de forma correta? Saberá Crusóé fazer multiplicações, adições, marcar plantas com certos conceitos e outras atividades que exigem regras? Segundo argumenta o comunitarista, Crusóé nada saberá destas atividades ou, antes: ele não saberá se usa as regras de maneira correta ou não, se suas ações seguem uma determinada regra que ele adota ou não. Ora, novamente aqui vemos o mesmo

caso do último índio Pato: se os critérios de uso significativo da linguagem é a aplicação correta dos conceitos segundo regras e se as regras devem ser interpretadas para servirem de guia da ação e da aplicação dos conceitos, então, a regra é apenas uma estrutura quase desnecessária para o uso significativo, pois a regra nada ajuda para o caso.



Figura 4.5 - Robinson Crusoe e Sexta-feira, de Carl Offterdinger (1829-89)
Fonte: Uma Poesia... (2009).



Você sabia?

Robinson Crusoe é o personagem da obra “A Vida e as Estranhas Aventuras de Robinson Crusoe de York, marinheiro”, do romancista e jornalista Inglês Daniel Defoe (1660-1731). O personagem de Defoe surge no debate entre Rush Rees – aluno e amigo de Wittgenstein – e Alfred Ayer – filósofo de Oxford e incentivador do positivismo lógico na Inglaterra.

5. Por fim, o resultado dos argumentos comunitaristas nos leva a retornar ao caso do relativismo no seguir regras, tal como alega o aluno da seção 185 das Investigações Filosóficas: segundo uma determinada interpretação, a ação estará correta com a regra. O fato de usar a comunidade como critério da interpretação correta

elimina o relativismo no nível individual, mas joga o relativismo no seguir regras para o nível da comunidade.

Estas considerações críticas conduzem à inferência de que as interpretações não são necessárias para saber como seguir regras, antes, tal como afirma Wittgenstein: uma interpretação da regra deve ser apenas a substituição de uma expressão da regra por outra (IF §201c).

Portanto, usar significativamente um determinado conceito ou expressão, implica saber aplicar este conceito ou expressão segundo a sua própria regra de aplicação. Sabemos como devemos aplicar o conceito, pois sabemos as regras para aplicá-lo. O critério de uso significativo é, então, por um lado, o próprio uso do conceito, e por outro, a justificação ou explicação do significado do conceito.



Estas ações indicam que **usar a linguagem é dominar uma técnica**, tal como num cálculo ou – como Wittgenstein afirmará várias vezes – dominar um jogo de linguagem.

Ao mesmo tempo, a linguagem se torna independente da realidade, isto é: as regras da linguagem à nossa gramática de aplicação das palavras não depende de uma relação com a realidade. A gramática e suas regras são independentes do estado da realidade. Isto fica fácil de compreender se você pensar na conjugação dos verbos no português: o que faz com que a conjugação do verbo “pensar” na terceira pessoa do singular tenha as regras de correção e de aplicação que possui independe do fato de que a terceira pessoa do singular esteja ou não pensando. As regras da gramática nada devem – por assim dizer – à realidade. A linguagem é composta de regras de aplicação dos conceitos e palavras e, ao mesmo tempo, cada palavra, ao ser aplicada, depende de uma situação de aplicação. Esta situação, podemos denominar jogo de linguagem.

Aparece aqui um dos conceitos mais notáveis na história da Filosofia Contemporânea e sempre ligado ao nome de Wittgenstein, qual seja: jogo de linguagem. Passaremos a analisar este conceito e suas relações com a Filosofia da Linguagem, ainda que de maneira um tanto resumida.

Seção 4 - Significado das palavras como uso

Será necessário, portanto, formular ou reformular a concepção de linguagem a fim de compreender o uso significativo de nossos conceitos. Aqui, nota-se uma transformação interessante na filosofia de LW e que serve como indicador de leitura de sua obra posterior ao TLP: anteriormente, a compreensão de uma proposição estava ligada ao seu significado. Assim, apenas poderíamos compreender aquelas proposições que possuíam significado. O significado da proposição, por sua vez, estava ligado à relação que esta proposição mantinha com a realidade. Sendo assim, apenas proposições que afiguravam partes da realidade e que poderiam ser comparadas com esta eram significativas (lembramos que LW separou sentido de significado, ao tempo do TLP). A ordem de compreensão do uso significativo seria então:

- (1) isomorfismo linguagem e realidade;
- (2) significado; e
- (3) compreensão.

Entretanto, como já afirmamos antes, tanto a condição (1) quanto a condição (2) fundam-se na capacidade descritiva da linguagem. A capacidade de descrever, porém, é uma das funções de nossa linguagem e não o todo de nossa linguagem. Na seção 23a das IF, Wittgenstein chama nossa atenção para o engano que se esconde por trás da seguinte afirmação “Denominamos as coisas e podemos falar sobre elas, referir-mo-nos a elas no discurso”. O comentário de Wittgenstein é:

Como se já fosse dado, com o ato de denominar, uma coisa que significasse “falar das coisas”. Ao passo que fazemos as coisas mais diferentes com nossas frases. Pensemos apenas nas exclamações. Com todas as suas funções distintas:

Água!

Fora!

Socorro!

Bonito!

Não!

Você está ainda inclinado a chamar essas palavras de “denominações de objetos”?

Portanto, a concepção de linguagem passa a ser o objetivo das seções seguintes das IF, até chegar à seção 185 onde LW irá discutir a nova noção de que usar a linguagem de maneira significativa consiste em aplicar corretamente as regras para os conceitos dentro do jogo de linguagem específico. Esta noção é explorada por Wittgenstein nos escritos anteriores ao texto publicado – ou por ele preparado para publicação e que veio constituir a edição final – das Investigações Filosóficas.

Na Gramática Filosófica, LW considera o que poderia ser respondido à questão “o que dá significado aos sons e às marcas sobre o papel e que compõem as orações de nossa linguagem”? Por si mesmos, os símbolos parecem mortos e inertes. A resposta mais óbvia seria dizer “quando falamos, os símbolos recebem vida” ou “quando os escrevemos e outros os leem, então, os sinais no papel possuem significado”. Contudo, esta imagem simples e óbvia parece ser confusa. Consideremos que uma pessoa nos diga que os símbolos, as palavras escritas e, mais ainda, os sinais numa pauta musical, possuem significado sem que sejam usados. Seu significado, no entanto, está presente neles e é atualizado quando os usamos. Ora, negar que esta concepção está correta implica demonstrar onde está o erro.



Por um lado, o erro consiste em crer que o significado e a compreensão, bem como o pensamento, são processos que se produzem simultaneamente e que acompanham nossa fala, nossa audição e nossa escrita.

Logo, a diferença das sílabas faladas ou escritas consiste no fato de que estes processos lhes dá significado. Assim, alguém poderia dizer “as letras estão mortas, mas ao falarmos as palavras, este processo “a fala” traz vida aos símbolos e eles adquirem significado”. Parece-nos que o significado necessita do processo da compreensão e do pensamento, os quais lhe dariam vida. Tudo se passa como se os processos mentais, como pensar, compreender, significar, agregassem algo às letras e às palavras, as quais sem aqueles processos seriam inertes.

Por outro lado, tal ideia é a fonte de uma série de confusões em nossa compreensão da linguagem. Por exemplo, se as palavras sem o significado são inertes e se o significado é algo que nós atribuímos às palavras, então, o que é o significado? Seria um processo mental? Wittgenstein argumenta que a significação, o pensamento e a compreensão não são processos mentais e que a forma como decidimos se uma pessoa compreendeu ou não uma palavra e o que desejou significar com ela são ações diferentes e seguem critérios diferentes pelos quais descobrimos processos mentais enquanto uma pessoa fala ou escreve (**Zettel §236**).

Obra publicada e editada pelos herdeiros testamentários de Wittgenstein. O original do texto consistia em uma série de fichas (zettel em alemão), nas quais muitas anotações eram repetidas ou reescritas por Wittgenstein. Muitas destas anotações aparecerão também no manuscrito de Wittgenstein sobre a filosofia da psicologia.

Além disto, a própria noção de processo mental exige esclarecimentos. Por exemplo, quando alguém fala em processos mentais, pode ter a intenção de indicar algo como uma experiência, algo que apenas através da introspecção se pode encontrar. Por outro lado, a pessoa pode estar se referindo ao que crê ser um mecanismo interno ao sujeito que explica sua ação externa, isto é, seu comportamento inteligente. Nestes dois casos, as complicações filosóficas aumentam, pois mais estruturas são criadas para dar conta de uma imagem que produzimos do funcionamento de nossa linguagem.

Aqui, temos outra expressão muito usada por Wittgenstein, qual seja: **imagem**. Ele usa o conceito pra várias finalidades: imagem do funcionamento de nossa linguagem, imagem de processos mentais, imagem da relação interior/exterior, entre outras. Assim, uma imagem do funcionamento de nossa linguagem indica como devemos compreendê-la. A imagem da significação como um processo mental é o alvo inicial de LW nas Investigações Filosóficas, pois ele elimina a definição ostensiva como padrão de significação. Ora, se não é a relação palavra-objeto que define o significado, não será a relação palavra-significado que fornece a compreensão de nossa linguagem?

Seção 5 - Jogos de linguagem e significado

A teoria dos jogos de linguagem está estreitamente ligada à noção de significado como uso. Ainda que no TLP, Wittgenstein não fale em jogos de linguagem, ele faz uma indicação direta da relação entre significado e uso. Na proposição 3.32 do TLP, ele distingue signo de símbolo.



O **signo** é tudo que pode ser perceptível através dos sentidos no símbolo.

Dois símbolos diferentes podem um signo em comum (sons falados ou escritos). Quando isto ocorre, os signos podem significar coisas diferentes. Assim, para reconhecer o signo, temos de observar o seu uso significativo (TLP 3.327). Se um signo não tem uso, então ele carece de significado. Por outro lado, se tudo se passa como se o signo tivesse um significado, então ele tem significado (TLP 3.328).

Uma parte do uso do signo é sua sintaxe lógica. Quanto a isto, Wittgenstein afirma que “um signo não determina uma forma lógica a menos que o tomemos conjuntamente com seu emprego sintático lógico”. Mas, ainda, o emprego do signo deve envolver algo mais que a forma lógica, pois, neste caso, o uso é suficiente e necessário para o significado, enquanto que na sintaxe lógica o significado nunca pode desempenhar papel algum. Logo, deve existir alguma estrutura além da sintaxe lógica que determina o significado para o caso que estamos discutindo (TLP 3.33).

Aqui, vemos que o necessário é indicar a relação dos signos com outros signos e destes com suas propriedades sintáticas e a referência aos objetos do mundo. Mas, neste período, Wittgenstein acreditava que esta tarefa era algo que cabia ao psicólogo resolver, e não ao filósofo ou ao teórico do simbolismo. Além disto, o uso de uma proposição é sua aplicação e seu emprego como figura por causa da correlação de seus elementos com os elementos de um estado de coisas afigurado por ela. Logo, um pensamento ou uma proposição com sentido é uma oração aplicada pelo pensamento ao mundo (TLP 3.5).

Como vimos anteriormente, depois de seu retorno à filosofia, Wittgenstein percebeu que havia se equivocado ao considerar a correlação dos nomes com os objetos nomeados algo trivial: pareceu-lhe uma simplificação exagerada considerar que a conexão entre linguagem e realidade consistia apenas de dois elementos – relação de nomear e a natureza pictórica da proposição.



Foi o fato de notar que esta simplificação estava errada que o levou a formular sua concepção de significado como uso e a introduzir a ideia de jogos de linguagem (*sprachspiel*).

Além disto, muitas das afirmações do TLP podem ser desenvolvidas em outra direção, de forma que sirvam de sustentação para estas duas novas concepções. Por exemplo, no TLP, Wittgenstein cita Frege quando este afirma que apenas no contexto de uma proposição um nome pode ter referência (TLP 3.3).

Nos escritos posteriores, esta mesma passagem será explicada ao fazer analogia entre palavras e instrumentos. Assim, é apenas pelo uso que se pode dizer se uma barra de ferro é ou não sustentáculo de algo. A noção de jogo de linguagem aparece pela primeira vez quando Wittgenstein está em conversa com Moritz Schlick e alguns membros do Círculo de Viena, em 1930. Nesta conversa – sobre o formalismo nas matemáticas –, Wittgenstein afirma que o formalismo contém ao mesmo tempo verdade e falsidade. A verdade do formalismo é que toda a sintaxe pode ser considerada com um sistema de regras para um jogo. Toda sintaxe, no entanto, é arbitrária – este seria o lado falso. Ora, nesta passagem temos duas noções que serão desenvolvidas mais tarde:

- a noção de jogo e sua relação com a linguagem; e
- a ideia de que a gramática não “deve” nada à realidade, pois é independente dela.

A partir desta data, a expressão “jogo de linguagem” e a comparação entre o uso dos conceitos e os “jogos” passam a ser comuns, ainda que as comparações e diferenciações apenas venham a ser elaboradas mais tarde, em outros escritos. Assim, na obra

seguinte, Observações Filosóficas (*Bemerkungen über Philosophie*), não fala de jogos, ainda que faça comparações entre falar usar a linguagem e seguir regras. A expressão “jogo de linguagem” passa a ser mais bem analisada na Gramática Filosófica (*Philosophische Grammatik*), na qual podemos encontrar um capítulo inteiro dedicado apenas aos jogos de linguagem e no qual Wittgenstein fornece um tratamento mais sofisticado da expressão.

O que faz do conceito de **jogo de linguagem** algo interessante é que os jogos possuem uma grande diversidade, tal quais os usos da linguagem. A analogia recorrente se dá com o jogo de xadrez, pois este traz uma clara alusão ao uso das peças no tabuleiro segundo regras precisas, ainda que posteriormente Wittgenstein faça a ressalva de que as palavras não possuem regras restritas. Por exemplo, a palavra “jogo” não apresenta um conjunto de regras determinado para seu emprego. Ao mesmo tempo, existem variedades de jogos: tabuleiro, com bola, com bola e outros artefatos, e assim por diante. Não se esquecendo de que uma criança que joga uma bola contra uma parede, retoma a bola e continua fazendo o mesmo está jogando.

Mas as regras, neste caso, são simples quando comparadas ao jogo de xadrez. Ao mesmo tempo, as regras do jogo de xadrez, apesar de precisas, não incluem a maneira como cada jogador deverá vestir-se, ou a cor da roupa etc. O mesmo para o jogo de tênis, o qual possui várias regras de diferentes níveis, mas nenhuma delas prescreve a altura em que a bola deve ser lançada, nem, tampouco, a velocidade. Dadas estas semelhanças e disparidades, Wittgenstein cria o conceito de “**semelhança de família**” para designar palavras com “jogo”. Ou seja, pertencem a uma família, mas não são todas idênticas.

Os jogos de linguagem deverão então servir de instrumentos para a compreensão do uso das palavras em circunstâncias determinadas e o erro comum é usar determinadas regras ou palavras em jogos de linguagem diferentes, mas para os quais se requer uma unicidade nas regras.



Por exemplo, a palavra “observação”, quando empregada no jogo de linguagem em que a experiência possui papel fundamental, obedece a certas regras. Contudo, quando usada no jogo de linguagem que inclui a apreciação de obras de arte, as regras deverão ser diferentes.

O caso mais complicado é o da “introspecção”, pois, por definição introspectar é observar os próprios estados mentais. Mas, neste caso, a palavra observação deve ser usada de maneira diferente, pois não há um fato, evento ou experiência a ser observada. Aqui aparece uma das razões porque Wittgenstein ainda aceita o argumento do TLP segundo o qual os problemas filosóficos são problemas de linguagem. Por exemplo, o uso da palavra “evento mental”, apesar das aparências, não pode ser análogo ao uso de “eventos físicos”, pois estes podem ser observados. Logo, o uso de “evento mental” deve ser considerado como fazendo parte de um jogo de linguagem diferente do jogo de linguagem com esta palavra quando nos referimos às ocorrências físicas. Pois estas incluem observação, experiências, o uso dos sentidos e critérios de correção diferentes do jogo anterior.

Outra característica importante dos jogos é que são independentes da realidade. Isto significa que o jogo de xadrez e suas regras não dependem de critérios externos ao próprio jogo. Basta questionarmos: que característica da realidade, prova a verdade de que torre se move em linhas retas e não em linhas perpendiculares no tabuleiro? Obviamente que as regras para o movimento da torre são autônomas, independentes de critérios observacionais ou da experiência.

Isto, contudo, não pode ser confundido com dúvidas a respeito do movimento da torre numa determinada jogada, pois tal questão diz respeito à ação correta para com as regras de movimento da torre. O mesmo ocorre com nossa linguagem: os usos das palavras seguem regras, mas estas regras não são fundadas em experiências observacionais. Portanto, é importante saber quais os limites entre os jogos de linguagem, isto é, onde um jogo termina e outro começa. Mas como podemos fazer isto?

Este é um dos pontos difíceis dos escritos de Wittgenstein do segundo período, pois ele não nos fornece um método específico para distinguir jogos de linguagem e limita-se a algumas observações gerais e uma série de exemplos. Apenas nas Investigações Filosóficas e no Caderno Marrom teremos mais explicações:



São jogos de linguagem obedecer e dar ordens, descrever a aparência de objetos, fornecer medidas, construir um objeto com base em medidas determinadas, relatar um evento, especular sobre um determinado evento, elaborar hipóteses, apresentar resultados de experimentos em diagramas, contar histórias, entre outros (IF §23, §288, §654).

Poderíamos dizer que existem tantos jogos de linguagem quantas proposições existem. Tais afirmações nos levam ao fazer as seguintes considerações:

1. Esta variedade de tipos de jogos de linguagem nos remete para além da mera instrumentalidade da noção, isto é: usar os jogos de linguagem para estudo da própria linguagem. Os jogos possuem regras diferenciadas as quais são idênticas para uns e diferentes para outros, portanto **é necessário saber como se está usando o jogo de linguagem**. Este “como se está usando” é o que Wittgenstein denominará “forma de vida”, ou seja: é assim que agimos nestas circunstâncias ou é isto que dizemos quando estamos nestas situações. As formas de vida não são estruturas sociológicas ou antropológicas, mas formas de interação entre a realidade e as palavras.

Por exemplo, é por sabermos usar a expressão “meus pêsames” - para usar um exemplo drástico - que o uso desta expressão pode ser compreendido quando alguém nos diz “seu time de futebol perdeu, meus pêsames”. O característico da expressão exemplificada é a forma de vida em que usada, mas isto não implica que ela defina a palavra “pêsames” de maneira formal. Antes, a palavra existe para um determinado fim, um uso segundo regras, e por isto a entendemos. Logo, estudar os jogos de linguagem, ao fim e ao cabo, nos leva a considerar nossa forma de vida e como as expressões fazem parte dela. Ignorar este aspecto

implica tentar definir a palavra “pêsames” sem considerar seu uso, mas apenas sua definição. Obviamente que, neste caso, tentaremos descobrir algum tipo de objeto que a palavra designa ou uma descrição da referência da palavra, isto, contudo, não leva em consideração que a palavra “tem vida” no uso que dela fazemos. Este é um dos primeiros objetivos da ideia de jogo de linguagem.

2. O ponto mais interessante e que deve ser considerado na analogia entre jogos de linguagem e a própria linguagem é o de que ambos são orientados por regras. De acordo com Wittgenstein, o fato de que usamos nossas palavras segundo regras não é um fato que deve ser fundado em alguma teoria. Antes, esta é nossa forma de vida. Esta expressão significa que a linguagem é parte de nossa maneira de viver e de nos relacionarmos com o mundo, com nossos semelhantes e conosco mesmo. Assim, Wittgenstein vai além da mera questão do significado. Para ele, a linguagem faz parte do fato de sermos os seres que somos.

Isto nos faz retornar ao que estudamos antes: **usar as palavras de maneira significativa é saber usá-las segundo regras de aplicação.** Portanto, será necessário abandonar a tentativa inútil de buscar definições e passar a buscar “explicações de significado”, tal como indica Wittgenstein nas primeiras páginas do Caderno Azul. Mas uma explicação de significado nada mais é que fornecer uma explicação sobre como usamos determinada palavra. Por exemplo, no caso acima, a pessoa que oferece “pêsames” pela derrota de um time de futebol está usando a palavra num determinado contexto ou, poderíamos dizer, num determinado jogo de linguagem. A maneira que ela usa esta palavra é o significado que ela pretende dar-lhe. Assim, ela não está usando a palavra de forma inadequada, nem adequada. Pois não se trata disto e, sim, do que ela pretende ao usar aquela palavra naquele contexto. Tudo que lhe solicitarmos como explicação de significado será uma forma de aplicação da palavra, isto é: uma regra de emprego. Estas são as ligações que devemos estabelecer entre o jogo de linguagem e a linguagem ou o uso das palavras: ambos obedecem a regras de aplicação.

3. Por fim, o que motiva o uso dos jogos de linguagem é o fato de que **uma mesma palavra pode ser usada em diferentes jogos de linguagem e, com isto, possuir diferentes significados.** O que nos leva a afirmar que não é o significado que é relevante para o

uso significativo e, sim, o sentido. Daqui, parte a afirmação de Wittgenstein de que não devemos buscar o significado e, sim, o sentido da palavra. Além disto, agora pode ficar claro por qual razão Wittgenstein estabelece que a compreensão é anterior ao significado, pois se alguém compreende uma palavra, saberá qual o sentido com que ela é usada e assim chegará ao significado pretendido.

Nosso estudo até aqui sobre a filosofia de Wittgenstein e suas relações com a linguagem foi obrigatoriamente resumido. Existem outros temas ligados a esta discussão que, pela questão de espaço, não se pode tratar. Por exemplo, a questão da privacidade do significado, a questão do seguir regras, que gerou grande polêmica no mundo acadêmico que se dedica ao estudo da filosofia de Wittgenstein. Outras questões, contudo, partem dos argumentos que nós aqui estudamos, isto é, nosso estudo aqui é introdutório e intencionalmente superficial. Mas você pode encontrar o texto das Investigações Filosóficas de maneira relativamente fácil e empreender o estudo do texto todo. Se esta unidade lhe ajudar a compreender os pontos básicos, ela terá cumprido sua função neste livro didático.



Síntese

Nesta unidade, você estudou alguns dos principais pontos da Filosofia da Linguagem de Wittgenstein no período pós *Tractatus*. Estudamos, primeiramente, as razões pelas quais Wittgenstein apontou erros na concepção de linguagem do *Tractatus Logico-Philosophicus*, os quais dizem respeito especialmente à sua noção figurativa da linguagem.

Depois disto, passamos ao estudo das relações entre linguagem e uso das palavras. Isto nos levou a analisar as inter-relações entre uma concepção de funcionamento da linguagem e os problemas filosóficos. Você ficou sabendo as razões pelas quais Wittgenstein ainda mantém a ideia de que os problemas da filosofia são ocasionados por incompreensões no uso de nossos conceitos.

Por fim, estudamos a noção de jogo de linguagem e qual o papel que ela desempenha da filosofia das *Investigações Filosóficas*. Você ficou sabendo que, para Wittgenstein, falar uma linguagem é mais que dar significado às palavras, mas, sim, participar de uma forma de vida.



Atividades de autoavaliação

- 1) Com base nos estudos que você realizou sobre a chamada segunda filosofia de Wittgenstein, explique por qual razão este pensador, após seu retorno à filosofia, acredita que as teses do *Tractatus* estavam equivocadas?

- 2) Com base nas teses discutidas em suas *Investigações Filosóficas*, explique por que Wittgenstein concebe a linguagem como independente da realidade.

3) Conforme você pôde constatar, o ponto de vista comunitarista, representado por Saul Kripke, é uma interpretação de certas passagens das Investigações Filosóficas sobre o conceito de seguir regras. Contudo, esta concepção apresenta certos equívocos quanto à explicação que fornece do “critério de correção da aplicação de uma regra”. Explique este equívoco.



Saiba mais

Para que você possa aprofundar os estudos realizados nesta unidade, sugerimos as seguintes leituras complementares:

CHAUVIRÉ, Christinane. **Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1991.

GLÖCK, Hans. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

SALLES, João C. **A Gramática das Cores em Wittgenstein**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

SHIBLES, Warren. **Wittgenstein, Linguagem e Filosofia**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.

Significado e normatividade



Objetivos de aprendizagem

- Compreender os princípios básicos que motivam o normativismo.
- Diferenciar as concepções sobre a constituição do normativismo.
- Identificar os problemas básicos do normativismo.
- Estudar os argumentos filosóficos sobre o normativismo do significado.



Seções de estudo

- Seção 1** Normatividade
- Seção 2** Normativismo e normas engendradas
- Seção 3** Normatividade com base no conteúdo engendrado
- Seção 4** Normatividade com base no significado engendrado
- Seção 5** Normatividade determinada pelo significado
- Seção 6** Normativismo e naturalismo



Para início de estudo

Nesta unidade, você irá estudar os argumentos, concepções e problemas do normativismo na Filosofia da Linguagem. Primeiramente, vamos estudar os motivos que norteiam a possibilidade do normativismo. Num segundo momento, vamos estudar as distinções entre os tipos de normativismos. Você estudará, primeiramente, o normativismo que se origina no engendramento do conteúdo das expressões, isto é, o conteúdo que nós atribuímos às expressões. Num segundo momento, vamos analisar outro tipo de normativismo que é possível se concebemos o significado como engendrado pelo falante.

Após estas fases, vamos estudar o normativismo gerado por um determinismo oriundo do significado, isto é: partiremos do princípio de que uma expressão significativa ou significante gera uma quantidade de regras ou normas de aplicação futura. Encerraremos a unidade com breves comentários sobre a distinção entre normativismo e naturalismo.

Seção 1 - Normatividade

Os filósofos da linguagem esforçaram-se por compreender a significação segundo critérios da lógica da linguagem. Para tanto, consideraram determinado tipo de elaboração de proposições, qual seja: aquelas que transmitem alguma informação ou que afirmam algo da realidade que pode ser verdadeiro ou falso, com significado ou sem significado. Segundo o ponto de vista de Ludwig Wittgenstein, a capacidade de nossa linguagem em transmitir informações ou, ainda, fornecer descrições da realidade é apenas uma das várias capacidades que nossa linguagem possui.

Wittgenstein usou a expressão “jogos de linguagem” para tentar apreender todas as capacidades da linguagem. Portanto, considera outros tipos de usos como válidos para compreender nossa relação com a linguagem: ordens, contar histórias, descrever um fato, elaborar tabelas etc. Estes outros usos demonstram que a tentativa de

compreender a linguagem não pode ser confinada apenas a um tipo de uso o qual podemos chamar “constativo”, isto é, aquele tipo de afirmação que descreve algo da realidade. Por certo que este tipo de uso da linguagem tem sua utilidade ou, como podemos depreender da concepção de Wittgenstein, tal uso tem um jogo de linguagem específico e que não pode ser absolutizado para todo uso possível de nossa linguagem. Tais concepções chamaram a atenção dos filósofos da linguagem para um aspecto que Wittgenstein apenas insinua, mas que não desenvolve, qual seja: a possibilidade de que o uso significativo de nossa linguagem seja normativo.

Nas Investigações Filosóficas, quando discute o conceito de seguir regras, Wittgenstein várias vezes chama-nos a atenção para o fato de que saber usar uma palavra depende da aplicação de regras e não, por exemplo, de **definições ostensivas**. Você deve estar lembrado que nossa definição de “ostensão” foi a seguinte: uma definição é ostensiva quando ela tenta ligar uma palavra a um objeto. Bem, Wittgenstein mostrou através de seus argumentos que esta é apenas uma modalidade de definição. Mais ainda, é possível que, ao explicarmos o significado, nossa explicação seja uma regra de aplicação. Com isto, surge a discussão sobre o que é “seguir uma regra” entre as seções 185 e 242 das Investigações Filosóficas.

A partir da seção 242, Wittgenstein passa a discutir o caso das proposições que expressam, ou visam expressar, estados interiores do indivíduo. Temos nestas seções e seguintes o tema da percepção e da filosofia da psicologia. Ou seja, a discussão específica da **normatividade do significado** foi expandida para outras áreas. Contudo, é possível continuar a ideia da normatividade do significado no âmbito estrito da Filosofia da Linguagem.

Nesta unidade, vamos estudar especificamente a questão da normatividade do significado, partindo da ideia de que o significado depende de uma convenção ou regra. Esta ideia já aparece em *Da Interpretação*, de Aristóteles (2005), quando ele distingue sinais naturais de sinais linguísticos, os quais são as nossas palavras significativas usadas segundo convenções. Outro filósofo que concebia a linguagem como pura convenção foi David Lewis, famoso por sua obra *Convention* (1969). Saul Kripke (1980), por sua vez, chamou atenção para o fato de que a normatividade do significado pode ser mais ampla que se imagina, deixando em aberto

à discussão de como devemos compreender a normatividade, isto é, se devemos compreendê-la em termos de convenções ou não. Surgem várias correntes na Filosofia da Linguagem que tentam explicitar a natureza da normatividade do uso significativo.

Imagine o caso – muito comum – de pessoas que questionam os usos obrigatórios de certos conceitos. Por exemplo, “prova”. Para alguns, uma prova é algo bem diferente do que para outros. Temos, aqui, uma questão quanto ao que iremos definir como prova, pois existem pessoas que acreditam – ingenuamente ou não – que a linguagem depende de um fator idiossincrático, isto é: da ênfase ou do emprego para aquela determinada pessoa.

Nesta unidade, vamos estudar um dos polos desta alegação: **a implicação normativa do uso de um conceito ou expressão**; o outro polo seria a discussão da possibilidade de que o significado seja “privado”, isto é, consista no uso subjetivo e psicológico próprio de cada pessoa. Não estudaremos aqui este polo, pois por si só consiste em outra e mais ampla discussão.



Portanto, nosso foco de estudo consiste no desenvolvimento do seguinte problema da Filosofia da Linguagem: quando usamos uma expressão de maneira significativa (isto é, de forma que todos a compreendem), comprometemo-nos com a aplicação futura desta expressão, segundo **regras de emprego de expressões**.

Admite-se, desta forma, que existe determinada normatividade no uso de nossa linguagem. A questão consistirá em saber se esta normatividade se segue do conteúdo da expressão ou do seu significado.



Por exemplo, suponha que Paula afirme que para ela a avaliação feita na disciplina de Filosofia não serviu como base de verificação de conteúdos, pois ela não crê que tenha sido uma “prova”. Obviamente que Paula não está descontente com o uso da palavra – o que ela significa – e, sim, com o seu conteúdo. Para Paula, uma “prova” naquela situação seria outra atividade que cabe a ela definir.

Neste caso, Paula deve aceitar a normatividade da linguagem com relação ao conteúdo. Caso ela argumente que a atividade, não deveria ser chamada de “prova” e, sim, “avaliação de conteúdos”, ela está afirmando que a normatividade parte do significado da expressão, pois “prova” significa algo diferente. Vemos, aqui, duas concepções que tentam explicar a origem da normatividade de nossa linguagem.

Mas, antes de passarmos ao estudo destas concepções, vale lembrar aqui o problema central que aparecerá no decorrer da unidade, qual seja: **a origem da normatividade**. Devemos compreendê-la em termos do conteúdo da expressão usada ou em termos do significado da expressão? Ou seja: compreendemos a normatividade de uma expressão pelo seu conteúdo, a partir disto, a expressão é normatizada para usos futuros. Ou, pelo contrário, pelo significado da expressão – e não apenas seu conteúdo – que compreendemos o conteúdo e, a partir disto, normatizamos a significação da expressão para usos futuros.

Portanto, por definição, vamos assumir que o normativismo na teoria do significado é o ponto de vista de que o significado ou conteúdo intencional é essencialmente normativo. Considerando que tanto o conteúdo quanto o significado são normativos, o normativismo (daqui em diante designado por: *No*) pode ser interpretado de maneiras diferentes. Com isto, temos uma família de pontos de vista mais ou menos próximos que alegam o mesmo, a sua maneira, isto é, o significado e o conteúdo são normativos.

Bem, primeiramente, temos de compreender o seguinte: quando se afirma que o conteúdo e o significado são normativos, é necessário que se forneça alguma definição do que sejam “significado” e “conteúdo”. Consequentemente, é uma questão ou de necessidade metafísica ou uma questão de necessidade conceitual admitir que não exista significado ou conteúdo sem normas.



Mas, sendo assim, a questão passa a ser: o que veio antes?
As normas para o conteúdo e o significado?
Ou é com base em ambos que estabelecemos as normas?

Assim, de acordo com estas questões, considerando um dado conjunto de normas e a concepção de que significado e conteúdo (aos quais chamaremos, de agora em diante, *[Sig/Con]*) são normativos, podemos ter as seguintes interpretações diferentes:

- (1) uma interpretação que se afasta da necessidade metafísica;
- (2) como uma concepção que alega a prioridade do significado e do conteúdo (ou *[Sig/Con]* determinam as normas), e
- (3) como uma afirmação que alega a prioridade das normas (ou as normas determinam *[Sig/Con]*).

Assumindo que (1) é verdadeira, ficamos com as duas concepções restantes em disputa e teremos dois tipos de No: de um lado, significado e conteúdo são *engendrados* ou criados pela normatividade a qual denominaremos *[Noe]*; do outro lado, está a concepção que defende serem significado e conteúdos *determinantes* da normatividade, que denominaremos *[Nod]*. As regras do tipo *[Nod]* são tais que elas determinam ou constituem o significado e o conteúdo. Neste caso, as normas têm prioridade. Por outro lado, no caso de *[Noe]*, a normatividade é uma consequência ou é engendrada pelo conteúdo e significado da expressão e, portanto, significado e conteúdo possuem consequências normativas.

Consideremos um exemplo: a afirmação (1) “As rosas são vermelhas”, segundo os critérios de *[Noe]*, possui significado e conteúdo em virtude da maneira como nós estabelecemos as regras de uso de cada uma de suas expressões e a afirmação possui conteúdo, isto é, você sabe o que está sendo dito, pois o conteúdo da afirmação é normatizado. Como contraexemplo, considere a afirmação (2) “As rosas são pesadas” que possui uma aparência de conteúdo e de significado. Contudo, o peso das rosas não é algo a que tenhamos atribuído normas para o uso, isto é, segundo *[Noe]*, não normatizamos “peso” para as rosas. Ao mesmo tempo, o significado da afirmação não procede, pois não existem normas de pesagem, quando falamos de rosas.

Ou seja, neste caso, a afirmação (1) tem *[Sig/Con]* por causa das normas de utilização para a mesma. Já no caso (2), não temos normas de uso e, portanto, isto justifica a falta de sentido da afirmação. Note que seria uma outra espécie de justificação de falta ou não de sentido se você dissesse que (1) tem sentido, pois rosas são coloridas, mas não pesadas ou leves.

O propósito de *[Nod]* é responder a questão de fundamento, isto é: o que determina o significado e o conteúdo de uma afirmação? Esta pergunta no contexto de uma semântica fundacionalista, os aspectos relevantes não são apenas as relações matemáticas dos termos ou suas relações funcionais. Antes, as condições relevantes são aquelas segundo as quais ou através das quais uma expressão possui significado. Isto significa dizer que tais condições são constitutivas ou essenciais para que algo tenha significado. Aqui, o caso é que estamos lidando com um princípio de determinação o qual é exigido por qualquer princípio fundacionalista. Ou seja, a questão é saber “o que determina” *[Sig/Con]*”.

Estas condições metafísicas são normalmente “**supervenientes**”. Este conceito significa algo, como, por exemplo, que a doçura do açúcar é superveniente à substância que constitui o açúcar. Ou seja, você alega que o açúcar é doce, pois a doçura está no açúcar, mas de tal forma que não conseguimos encontrar a doçura através de um exame químico. Isto é o que significa dizer que a doçura “supervem” do açúcar. O mesmo caso é alegado aqui pelo No[d], isto é, as normas são supervenientes da estrutura *[Sig/Con]*. O mais complicado nesta alegação de superveniência é que você necessita considerar três estruturas para que a alegação tenha sentido: primeiramente, um conjunto de estruturas supervenientes *Es*, um conjunto de estruturas nas quais se baseia *Es*, neste caso, *Eb* (estruturas de base) e um conjunto de princípios que liga *Se* a *Sb*. Bem, não é o caso de entrarmos aqui na discussão metafísica sobre a adequação das relações de superveniência, basta que você fixe a ideia de que *[Nod]* necessita deste tipo de estrutura.

Para compreender melhor os argumentos em jogo, lembremos da discussão sobre o seguir regras de Wittgenstein: você deve estar lembrado que o comunitarismo admitia que uma regra não pode determinar o significado, considerando que seguimos regras através de interpretações suas e, portanto, você necessita

da comunidade de seguidores de regras para definir qual ação é correta para com a regra. Isto significa dizer que uma regra não determina o significado, logo, você precisa de algo que “fixe” – por assim dizer – a regra. Este seria um *[Nod]*, pois ele necessita que a normatividade seja sobreveniente das estruturas da comunidade de seguidores de regras.

Por outro lado, o argumento de Wittgenstein é que a regra “fixa” o significado, sem necessidade de uma comunidade, pois não é concebível a existência de uma regra e, ao mesmo tempo, a indeterminação da ação correta para segui-la. Vamos considerar um exemplo: é uma regra que você compre madeira – seja ela qual for – por metro. Mas o metro é uma regra determinada pela comunidade, isto é, que o padrão de medida de metro serão 100 cm. Assim, 1m significa 100 centímetros, pois para um comunitarista, a comunidade dos seguidores de regras assim estabeleceu. Wittgenstein argumenta que 1m é uma regra que fixa a maneira de usá-la e que isto depende de uma forma de vida, uma maneira de lidar com o que denominamos “medições” e estabelecer padrões de medição.

Em outras palavras, seria dizer que, para o comunitarista, você pode errar na mediação de duas formas (1) não sabe usar o metro padrão e (2) no momento de medir. Ora, se (1) é o caso significa que você não sabe o que significa “metro padrão” e que (2) é um erro no uso do metro padrão. Para Wittgenstein, só existe a possibilidade de que (2) ocorra, pois se for o caso de (1) e (2), então você não sabe o que significa medir. Pense na seguinte afirmação hipotética “sei medir, mas não sei usar o metro padrão com 100 cm” ou, então, num carpinteiro que diga “sei construir casas de madeira padronizadas, mas não sei medir”. Wittgenstein seria então um *[Noe]* e o comunitarista um *[Nod]*. Bem, dados estes esclarecimentos, vamos adiante em nosso estudo do normativismo.

Assim, dizer que *[Sig/Con]* são essencialmente normativos é dizer que existem regras ou normas que são válidas ou que existem regras que possuem força sempre que algo possui *[Sig/Con]*. A validade ou força pode ser compreendida, por sua vez, de duas formas: cognitivismo e não cognitivismo. Os cognitivistas analisam as afirmações normativas como se fossem afirmações factuais, veritativo-condicionais e que necessitam de uma realidade normativa independentemente de fatos. Os não

cognitivistas argumentam que tais afirmações são não factuais e os analisam em termos de estados psicológicos dos sujeitos que as usam. Os não cognitivistas, por padrão, admitem a existência de um realismo minimalista quanto à normatividade.

Este debate, contudo, ainda está em curso e os argumentos não são claros tanto quanto gostaríamos, portanto, podemos afirmar que os não cognitivistas admitem a normatividade de *[Sig/Con]*. O ponto mais interessante do debate sobre o No é saber com que tipo de regra e de normatividade estamos lidando. Bem, alguns tipos de normas podem não ser adequadas ao tipo de normativismo do significado, pois elas não são adequadas ao que possui significado e conteúdo. Uma distinção relevante seria entre os tipos de normas de ação e normas de ser. As normas de ser são associadas com avaliações, isto é, elas nos dizem que certos tipos de coisas devem ser obtidas, isto é, que certas coisas são boas em certas condições, por isto, este tipo de norma ou regra é avaliativa e axiológica. As normas de ação, por outro lado, dizem-nos o que fazer.

Considerando as próximas seções e o que nelas trataremos, será importante distinguirmos algumas conceituações quanto às normas de ação, pois tais distinções serão aplicadas na discussão da normatividade do significado, que é o ponto que aqui nos interessa. Assim, existe amplo consenso entre os filósofos que se ocupam da normatividade do significado que esta deve envolver normas de ação e que, mesmo assim, as normas de ser podem ser aplicadas ao significado. Pois você pode argumentar que “fazer sentido e ter conteúdo” são objetivos bons, desejáveis, melhores, isto é, são **axiologicamente** melhores do que não fazer sentido ou serem indesejáveis. Em uma palavra: significar algo como que se diz é um objetivo agradável, moralmente (num sentido amplo) meritório. Contudo, este tipo de argumentação foge ao nosso objetivo aqui.

Axiologicamente é um termo ligado à discussão da Moral. Assim, quando algo é axiologicamente meritório seria com dizer que é moralmente correto.

Passemos a analisar as normas ou regras de ação. Quanto às regras de ação temos quatro distinções relevantes a fazer: primeiramente, as regras podem ser instrumentais ou não instrumentais. Uma regra é instrumental quando ela nos diz o que devemos fazer a fim de atingir determinado objetivo. Considere o seguinte exemplo:

Se você pretende que a sala de estar fique habitável, deve torná-la aquecida.

Este caso típico de regra instrumental é caracteristicamente dependente do objetivo desejado pelo indivíduo, sua intenção e desejo de atingir determinado fim, enquanto que as normas não instrumentais não dependem dos fins e podem ser prescritivas e constitutivas. As normas ou regras prescritivas são normas que podem ser formuladas em termos do que o agente deve ou não, pode ou não fazer. Ao mesmo tempo, estas normas prescrevem, proíbem ou permitem algo. As leis do estado são um bom exemplo. Outro exemplo são as regras da etiqueta. Assim, temos prescrições condicionais (Pc) e prescrições incondicionais (Pi). Exemplos:

Pc - Num jantar formal você deve usar uma gravata.

Pi - Você deve dizer a verdade.

Para prescrições condicionais (Pc), é necessário distinguir aquelas em que o “deve” ou “terá que” é amplo (Pc.a), isto é, possui escopo maior e as que o escopo é menor, isto é, o operador “deve” ou “terá de” é restrito (Pc.r). Por exemplo:

Pc.a - Você deve fazer C, pois C implica em X.

Pc.r - Se o caso é fazer C, então, X será o resultado.

A grande diferença entre (Pc.a) e (Pc.r) é que quanto ao primeiro, existem duas formas de desfazer-se da obrigatoriedade da norma: ou por realizar X e, com isto, ultrapassar a barreira que C representa ou fazer X quando C não é cumprido. Outro princípio que necessitamos distinguir quanto à normatividade diz respeito às regras constitutivas (Rc) e regras não constitutivas (Rn-c). Regras não constitutivas são aquelas que se referem a um tipo de ação ou atividade que existe independentemente das regras. Por exemplo, as regras que prescrevem nossa ação à mesa de jantar, pois elas são regras que regulam uma prática de comer, de forma independente do próprio ato de comer. Já as regras do jogo, por outro lado, são exemplos básicos de regras constitutivas ou, podemos dizer, elas criam as próprias ações ou atividades que regulam. Por exemplo, seria impossível jogar xadrez sem as regras do jogo de xadrez, o mesmo vale para o futebol, ou para o tênis. Estas regras podem ser formalizadas da seguinte maneira:

[Rc] No caso C, fazer X conta como fazer Y.

Tais regras são importantes, pois em certos contextos – como o dos jogos, por exemplo – estas regras nos dizem que uma ação do tipo Y deve ser realizada (por exemplo, chutar um escanteio). Por fim, pode-se ainda questionar o que significa para cada um destes tipos de regras e normas a validade quando se trata de um indivíduo. A força destas regras é oriunda do indivíduo, de uma coletividade ou de algo mais? Se uma norma ou regra R possui força sobre um indivíduo S, que tipo de relação S deve ter com R? A força de R consiste no fato de que S segue R da forma como R requer? Ou S talvez aceite R, num sentido mais fraco, isto é, dependendo de seus estados intencionais quanto a R?

Como vimos, existe uma ampla classificação das regras e o estudo da normatividade depende de analisar cada caso para responder a estas questões. Ao mesmo tempo, com já se disse mais acima, estas caracterizações, apesar de complexas, serão de grande utilidade quando formos estudar o que significa dizer que *[Sig/Cont]* devem ser considerados essencialmente normativos. O resultado de nosso estudo pode ser indicado da seguinte forma: regras instrumentais não servem como normas essenciais de *[Sig/Cont]*. Ainda, ao que tudo indica, as regras que devem ser consideradas são as que podem ser derivadas de *[Sig/Cont]* em si mesmos. Por outro lado, se as regras devem ter prioridade metafísica quanto a *[Sig/Cont]*, elas devem ser explicadas da mesma forma, isto é, através de análises metafísicas.

Seção 2 - Normativismo e normas engendradas

Distinguimos acima, entre as várias teorias do *No* sobre o significado, duas formas que nos são apropriadas, quais sejam: um normativismo que crê as normas serem engendradas por quem usa as expressões, a qual iremos denominar *[Noe]* e outra que crê serem as regras ou normas determinadas, a qual chamaremos *[Nod]*. A diferença entre ambas, repetindo, é que o *[Nod]* compromete-se com a prioridade metafísica dessas normas para *[Sig/Cont]*, uma vez que admite serem as normas determinantes do significado e do conteúdo, enquanto que a

teoria *[Noe]* mantém-se neutra quanto à questão da determinação do significado. Comum a ambas as versões é a ideia de que, para que uma expressão *e* tenha significado, o seguinte axioma deve ser sempre verdadeiro:



Normativismo do significado = *e* tem o significado *M* para *S* em *t*, apenas se a norma para *e* tem força sobre *S* em *t*.

O normativismo do tipo *[Nod]* foi historicamente associado a Wittgenstein – principalmente, no seu período intermediário – e a tradição da filosofia analítica que defende as convenções linguísticas dos anos 50 e 60 do século XX. A noção mais ampla do normativismo *[Noe]* aparece na cena filosófica em tempos recentes e está associada ao nome de Saul Kripke, especialmente por sua obra *Wittgenstein on Rules and Private Language*, publicada em 1982.

Neste livro, Kripke apresenta-nos um desafio cético sobre o significado o qual questiona a própria ideia de que existam fatos em virtude dos quais nossos termos e expressões possuem significado. O resumo da argumentação de Kripke seria o seguinte: o significado é essencialmente normativo. O significado de uma expressão, argumenta o cético de Kripke, deve ser determinado por um fato do qual se siga a obrigatoriedade de aplicação da expressão. Esta exigência do cético de Kripke é o ponto de partida para a investigação de um fato que sirva à definição proposta.

Como notamos antes, também, o argumento que dá suporte à ideia de que o normativismo do significado se baseia apenas nas normas, fundamenta-se em premissas semânticas, isto é, premissas que pertencem apenas ao significado e conteúdo *[Sign/Cont]* da expressão e não são provenientes de fontes externas da linguagem. É exatamente este o ponto de vista que Kripke, ao fim e ao cabo, irá postular. Ou seja, que não existe fato de onde derivar regras. Seria como você encontrar um amigo seu que afirma que, para ele, as palavras têm um significado diferente do comum e quando você responde dizendo que isto não faz sentido, ele lhe desafia “Me mostre um fato natural de onde eu possa derivar o significado de uma palavra? Mostre-me um fato que me obrigue a usar a palavra verde tal como todos usam?” Mas vamos acompanhar o desenvolvimento de *[Noe]* a fim de verificarmos se tem consistência.

O normativismo do tipo *[Noe]* depende de definições sobre o significado. Por um lado do espectro de *[Noe]*, temos argumentos que buscam garantir que existem implicações conceituais com base no significado que permitem a construção de normas de significado, de outro lado, temos argumentos que dependem exclusivamente de uma concepção teórica do que seja o significado, para, com isto, derivar as normas de significado. Um argumento simples que o normativismo que estamos estudando fornece seria o seguinte: a normatividade do significado decorre do fato de que as expressões significativas possuem condições de correção para sua aplicação. Por exemplo, se “verde” significa “o tipo de pigmentação que possui as características, x, y e z” então, todos os objetos que caírem sob a definição serão corretamente denominados como verdes. Segue-se que se verde se aplica corretamente a objetos verdes, isto, por sua vez, garante consequências imediatamente normativas para que S aplique “verde” em casos futuros.



Assim, o fato de que a expressão significa alguma coisa implica todo um conjunto de verdades normativas sobre o comportamento de quem usa corretamente a palavra, a saber: **o uso é correto quando aplicado a certos objetos e incorreto quando aplicado a outros.**

Este argumento implica assumir que o conteúdo determina o significado, pois a palavra está correlacionada com determinado conteúdo, qual seja: objetos verdes. Logo, o argumento é um passo da admissão de normatividade do conteúdo, para implicação da normatividade do significado. Podemos colocar este argumento na seguinte formalização a partir do conteúdo:

Para qualquer falante S, em qualquer tempo t; se “verde” significa verde para S em t, então é correto para S aplicar “verde” para um objeto x se x é verde em t.

Para o significado:

Para qualquer falante S, em qualquer tempo t; se “verde” significa verde para S em t, então S deverá aplicar “verde” para um objeto x se x é verde em t.

Veja que a diferença entre as duas formalizações acima reside no fato de que a primeira parte da ideia de que o objeto x é verde e que tal atribuição é correta, e passa para a normatização do significado, tal como a expressão “deverá aplicar” na segunda formalização demonstra. Tal formulação pode ser questionada, mas a sua capacidade intuitiva serve como que uma barreira para contra-argumentos, pois expressões significativas ou significantes possuem condições de correção. Como exemplificação deste caso, basta você imaginar quaisquer casos em que a palavra verde é usada de maneira errada e verá qual a justificação para apontar o erro no uso. Ora, você dirá: o objeto não é verde e, sim, de outra cor, pois conhece a correta aplicação do conceito.



Figura 5.2 - Maçã verde: exemplo de uma correta aplicação do conceito “verde”
Fonte: Ésteres... (2011).

Bem, existem controvérsias quanto ao que vamos chamar “condições de correção”: pode ser que umas das condições sejam as condições de **assertibilidade garantida**. Isto é, condições em que é adequado usar aquela expressão (e não condições em que algum objeto garante o uso da expressão). Tais condições deveriam ser estabelecidas através de nossa relação epistêmica com os objetos. Ou seja, nossa percepção deveria mostrar que percebemos um objeto verde. As condições de assertibilidade não seriam apenas nossas percepções. Por exemplo, poderia ser o caso de que outras pessoas aceitem que é correto usar a expressão.

Pelo que até agora estudamos, a noção de correção de aplicação de expressões segundo regras é exigida pela própria noção de significado. Este é o papel das normas e, por assim dizer, o coração do argumento de que nossa linguagem é normatizada e, portanto, a noção de correção é uma noção essencialmente normativa. Por si só, isto se constitui tanto numa implicação da noção semântica de significado quanto uma necessidade. Ou seja, se você concebe que o significado é normatizado, então, está admitindo que (1) as normas guiam a ação ou aplicação e se constituem em critério destas e, (2) que temos uma noção de aplicação correta. Ainda que possamos considerar que (1) é um forte argumento para o normativismo, o ponto (2) necessita de maiores esclarecimentos. Um primeiro ponto é saber em que consiste “aplicar uma expressão”?

A noção mais clara de “aplicação” de uma expressão é quando usamos um predicado, isto é a predicação. Por exemplo, a palavra “vermelho” pode ser aplicada a vários objetos em ampla variedade de situações. Mas, os casos diminuem excepcionalmente, quando se trata de um uso referencial. Por exemplo, quando alguém pergunta a Joana a cor da cadeira, não se espera dela que responda segundo sua concepção da cor da cadeira e, sim, qual a cor efetiva desta. Este é o uso referencial o qual é determinado por um tipo de critério de correção, qual seja: verdade ou falsidade. Portanto, por este critério, a noção de aplicação é mais “estreita”, por assim dizer, que a noção de “uso”, pois o uso de uma expressão inclui o de aplicação referencial, o qual é um tipo especial de uso de uma expressão. Assim, a segunda formulação nos indica um condicional “deverá aplicar” onde esperaríamos um “terá de aplicar”.

As críticas que se fazem à segunda formulação baseiam-se no fato de que pode ser interpretada num sentido muito amplo e, com isto, deixando margem à escolha do falante quanto ao significado. Embora o enunciado diga que você “deverá” aplicar, é possível que você “não” faça isto. Esta crítica é válida ainda que se possa contra-argumentar que a obrigatoriedade completa eliminaria a possibilidade de criatividade no emprego das expressões. Basta você se lembrar de casos em que você usou determinados conceitos de forma adequada, mas em um contexto que seria de ironia, ou brincadeira com outra pessoa.

Portanto, é possível afirmar que existe falta de clareza quanto à derivação da normatividade do significado com base na normatividade do conteúdo. Seria necessário mostrar que se tem bons argumentos para manter a ideia de que o conteúdo implica alguma normatividade. Pudemos ver que, a princípio, existe base para argumentar neste sentido, pois quando você usa uma expressão é por acreditar que é adequada, que seu uso está correto e que assim a usará no futuro.

Vimos que implicar a normatividade do significado com base no conteúdo é uma estratégia arriscada por duas razões: (a) ao não pretender “engessar” o significado de uma expressão, pode-se deixar a possibilidade do uso idiossincrático e certa liberdade é necessária para a normatividade, (b) o fato de que a pessoa atribui determinado conteúdo, não implica, necessariamente, uma regra de significado futuro. Ou seja, neste segundo caso, a pessoa poderia alegar, com base em (a), que está usando o conceito “verde” para aquele objeto, mas não se compromete com uma regra, pois não poderia prever o que acontecerá no futuro com o objeto. Neste caso, teríamos uma espécie de “normatividade provisória”. Mas isto não faz muito sentido, pois as regras de aplicação devem ter validade para casos futuros.

Outra estratégia para manter a normatividade do significado, é alegar que não temos implicações normativas baseadas no conteúdo e, portanto, as “condições de correção” nos fornecem uma forma de categorizar aplicações das expressões em tipos básicos. Um exemplo deste tipo de categorização seria normatizar o uso das expressões em verdadeiro ou falso. Entretanto, isto não implica numa norma de obrigatoriedade do uso. Bem, neste sentido, a noção de correção semântica não é normativa. Ou seja,

se aplico a expressão “e” de forma correta, não estou obrigado a fazê-lo em outros casos. Ora, mas este tipo de argumento traz consigo a impossibilidade de prevenir a incorreção semântica. Ao fim e ao cabo, a ideia de categorizar expressões segundo um padrão implicará o abandono da ideia de correção. A proposta normativista é especificamente argumentar que a noção de correção semântica é intrinsecamente normativa. Ao mesmo tempo, a noção de correção é normativa. Portanto, esta estratégia abre mão de vários preceitos caros ao normativismo do significado.



O ponto principal para o normativismo é o de que os desejos e **idiosincrasias do falante não podem ter mais poder sobre o significado que a norma** ou regra de aplicação da expressão.

Este debate ainda prossegue e não é aqui o momento adequado de estudarmos todos os detalhes. O importante é que você compreenda a estratégia básica de derivar regras de uso ou normas de uso e aplicação das expressões com base no conteúdo. Passemos a outra estratégia normativa que consiste na derivação de normas ou regras de aplicação com base no significado.

Seção 4 - Normatividade com base no significado engendrado

A ideia básica é a de usar uma expressão de acordo com seu significado e, mais ainda, que tal uso possui implicações normativas. Uma primeira explicação para esta concepção seria argumentar que o significado de uma expressão é adequado ou apropriado para a expressão de uma crença, por exemplo. Por sua vez, a noção de apropriado ou adequação é derivada da noção cotidiana de correção semântica. Por exemplo, se “verde” se aplica corretamente apenas a objetos verdes e minha expressão de crença é que o objeto x é verde, então, devo dizer que o objeto é “verde” e não “vermelho”, por exemplo. Assim, temos aqui uma adequação à estratégia anterior – em que a correção decorre

do conteúdo – e a possibilidade de uso incorreto. Não há um “engessamento”, por assim dizer, da aplicação da expressão. Os usos errados ou incorretos da expressão devem ser atribuídos a enganos de linguagem (troca de palavras) e erros de significado (por exemplo, usar “arcano” para significar “antigo”).



Mas o que, nesta noção de uso semântico cotidiano, funda a noção de correção?

Ou seja, é bastante óbvio que uma expressão semanticamente correta possua condições de correção, mas não é tão óbvio que uma expressão será significativa apenas se seguir estes critérios de correção. Por exemplo, digamos que S afirme que x é verde e esteja errada. Contudo, seu erro não é o de seguir uma norma de aplicação, pois S pode ter cometido um erro de comunicação e não de semântica. Sendo assim, a noção de correção entra em colapso. Ela simplesmente não tem função. Portanto, é necessário que tenhamos uma noção de normatividade pelo significado que permita tanto a existência de um critério de correção, quanto a possibilidade de uso incorreto.

Isto é importante por dois motivos óbvios para a concepção de normatividade:

- (1) é necessário que, pelo uso significativo, obtenhamos uma regra ou norma (argumento central do normativismo),
- (2) o critério de correção só é possível se existir a possibilidade de uso incorreto, isto porque, se não for assim, as normas seriam desnecessárias (pense no caso das regras do xadrez que permitem a liberdade de movimentos por regras determinadas).

Bem, uma possibilidade de manter a implicação de normatividade pelo uso significativo da expressão, seria argumentar que a noção de correção semântica não é puramente linguística, e, sim, que ela faz parte de outra instância que é a nossa compreensão. Com isto, argumenta-se que a compreensão impõe certos critérios que podem ser extensivos ao uso normativo das expressões.

Logo, a sugestão é que a normatividade do significado flui, por assim dizer, da ideia de que, quando interpretamos outro falante, nossa interpretação deve ser baseada no fato de que o outro é um ser racional que usa as expressões com sentido e segundo normas. Neste sentido, usar uma expressão de acordo com seu significado é usar a expressão de tal forma que ela “tem sentido” e não viola as barreiras ou princípios da racionalidade. Sob tal ponto de vista, temos de aplicar o princípio de Donald Davidson (2005) denominado “**princípio de caridade**”, o qual se baseia na premissa de que as pessoas são capazes de significar algo com o que dizem, basta que exercitemos nossa compreensão.

Obviamente que você deve ter percebido que esta linha argumentativa fugiu do princípio de normatividade do significado, mesmo que não se possa dizer que exista algum erro aqui. Contudo, alguns filósofos, como Timothy Williamson, lançaram questões contra o apelo à compreensão. Não é caso de entrarmos aqui nos detalhes da argumentação de Williamson (2007), basta indicar que seu argumento principal contra a compreensão – enquanto base de critérios de uso correto e incorreto – está no fato de que o conceito de compreensão não seja claro o suficiente para derivarmos dele um critério de correção.

Ainda, é possível que, do fato de “usar uma palavra conforme seu significado”, possa ter uma consequência normativa como “devemos usar esta expressão segundo seu significado”? Tal implicação não parece ser normativa no sentido que estamos discutindo até aqui, antes, é uma exigência pragmática que visa à facilidade de comunicação. Mas seria outro tipo de argumentação tentar provar que, do fato de que alguém “deve” usar uma expressão segundo regras de compreensão, se segue a obrigatoriedade de que tais regras impliquem algo para a normatividade do significado da expressão em questão.



Consideremos o seguinte exemplo: Paula faz uma afirmação na qual usa a expressão “x é verde”; ao ser questionada sobre a adequação do significado da expressão, Paula pode responder da seguinte forma: ora, usei a expressão de forma que as pessoas me compreendessem, talvez em outra situação a expressão possa ter outro significado. Isto depende da compreensão das pessoas. Ora, Paula não estaria de todo equivocada: ela busca comunicar algo.

Contudo, de seu desejo de comunicação não se segue que a expressão “x é verde” tenha sido usada segundo regras ou normas decorrentes do significado da expressão. Este ponto deve estar claro com este exemplo. Nosso estudo tem por objeto a normatividade do uso das expressões com base no seu significado e não as pretensões comunicativas de quem usa uma expressão. Mesmo que você argumente que uma pessoa com intenções de comunicação fará o mesmo que Paula, isto não implica a normatividade do uso da expressão para outro falante.

Por fim, devemos lembrar aqui o objetivo deste estudo: primeiramente, estudamos a possibilidade de normatividade do uso com base no conteúdo de uma expressão, depois apresentamos a possibilidade de que o significado – tal como atribuído por um falante – poderia normatizar o uso da expressão. Nossa conclusão, quanto a este último ponto, é que se o significado é atribuído pelo falante, então, disso não se segue nenhuma normatividade. Será necessário apelar para outras instâncias a fim de que outras pessoas sejam reguladas no uso da mesma expressão. Logo, a proposta mais consistente com uma concepção de normatividade do significado, até agora, parece ser a que concebe o conteúdo de uma expressão como implicando o uso normativo. Assim, Paula está obrigada a usar a expressão “x é verde” para objetos verdes por causa do conteúdo da expressão – o qual é determinado de maneira epistêmica – e não pelo significado que ela atribuiu à expressão.

Seção 5 - Normatividade determinada pelo significado

Chamaremos esta proposta de explicação da normatividade por $[Ns]$ e, sempre que formos nos referir à normatividade determinada pelo significado de uma expressão, usaremos aquela fórmula: $[Ns]$. Esta proposta consiste em argumentar que o significado é determinado por normas. Num primeiro momento, parece que as normas são metafisicamente anteriores ao significado ou que existem fatos metafísicos que impõem a normatividade do significado.

Poderíamos chamar estes princípios de “princípios normativos”. Seja como for, a ideia é que o princípio normativo é composto por normas e fatos normativos. A forma mais comum desta concepção pode ser traçada nos seus inícios no texto do Wittgenstein intermediário, isto é, o Wittgenstein posterior ao *Tractatus*, mas anterior às Investigações Filosóficas, o qual concebia que o significado das expressões linguísticas é determinado por regras. A analogia mais significativa que podemos fazer – seguindo os passos de Wittgenstein – é com os diversos jogos e suas regras e as regras para a aplicação de expressões. Na Gramática Filosófica, Wittgenstein (2003, p. 133) diz:

Sem estas regras a palavra não tem ainda significado; e se mudamos as regras, ela tem agora outro significado (ou nenhum) e, neste caso, nós podemos da mesma forma mudar a palavra também.

Baseado neste exemplo do texto de Wittgenstein, o $[Ns]$ alega que seguir uma regra não é apenas essencial, mas também metafisicamente anterior ao fato de que uma expressão “e” tenha o significado M (para um falante ou grupo de falantes, S no tempo t). Podemos formular a ideia da seguinte maneira:

$[Ns]$ e significa M para S em t apenas se existe uma regra R que force o uso de e em t .

Mas, consideremos, para fins de argumentação: por que devemos pensar que o significado é essencialmente determinado por regras? Se for, como exatamente funciona esta determinação? De que tipo de regra estamos falando aqui? Qual a origem destas

regras? Vamos estudar algumas respostas para estas questões ao perguntarmos algo mais básico, qual seja: qual a motivação para *[Ns]*? Certamente que os filósofos em geral já observaram que a natureza das conexões entre as expressões linguísticas e seus significados é arbitrária e contingente. Além disto, tais ligações e conexões parecem, normalmente, ser feitas por nós.

Apesar disto, um defensor da concepção *[Ns]* poderia alegar que existem vários comportamentos humanos que devem sua existência a regras ou que são normatizados: por exemplo, o próprio caminhar segue uma regra tanto para o equilíbrio quanto para ser uma ação. Se você afirma que caminhar é apenas colocar um pé na frente do outro de forma regular, isto não constitui o caminhar. Se pensarmos mais um pouco surgem outros comportamentos – ou ações – que realizamos de maneira natural e que são regidos por regras (lavar as mãos, por exemplo, exige certa técnica a qual é uma regra para a efetividade da ação).

Nossas atividades comuns como os jogos e suas variedades, nossos passatempos, a maneira de dirigir e de ensinar a dirigir, são exemplos de atividades guiadas por regras. Estes exemplos demonstram que a concepção *[Ns]* é intuitiva e possui base determinista, por assim dizer. Para compreender o que significa o conceito de “determinação”, neste caso, basta pensar na atividade de dirigir: ela contém uma quantidade de regras básicas as quais guiam a ação do motorista. Ao mesmo tempo, dirigir exige habilidade, pois apenas seguir as regras não é suficiente. Ainda mais, todas estas atividades são levadas a cabo sem que seja preciso demonstrar qual a origem das regras, seja ela uma origem metafísica ou não. Por certo que, quando falamos de significação na linguagem, é necessário que mais esclarecimentos sejam fornecidos. Vamos a eles.

Existem, além dos apelos intuitivos para aceitarmos o *[Ns]*, determinados apelos teóricos. Por exemplo, é plausível crer que o significado seja, de alguma forma, determinado pelo uso que os falantes fazem das expressões linguísticas. Se as regras que determinam o significado, são regras que governam o uso das expressões linguísticas, então o *[Ns]* possui uma resposta para a questão “como o uso pode normatizar o significado?” Uma ideia natural aqui é a de que as regras semânticas produzem uma distinção entre correto e incorreto no que conta como uso

de uma expressão. Uma expressão governada por tal regra é uma expressão que possui, portanto, condições de correção e assim, de significado. Ainda mais, se as regras são determinantes para o significado e prescrições de uso de expressões, assim se eliminam muitos dos problemas surgido na concepção *[Ne]*. Principalmente, a questão do erro no seguir uma regra.

Além disto, o *[Ns]* oferece solução para alguns problemas clássicos quanto à determinação do significado, mais diretamente ao problema do erro. Como vimos mais acima, o problema do erro surge como intratável nas concepções naturalísticas do significado, as quais tratam o significado como independente da normatividade. Ora, podemos argumentar que é precisamente por ser o significado determinado normativamente que as concepções naturalísticas não conseguem encontrar lugar para o problema do erro. Para compreender isto, basta você pensar que uma ação determinada pela natureza, por exemplo, não deixa lugar para erro. Ou seja, não existe um relâmpago que é fruto de um erro das nuvens carregadas de partículas elétricas, da mesma forma um corpo que funciona perfeitamente não é fruto de uma regra geral.

Você pode alegar que a perfeição física seja uma regra, mas, neste caso, algo natural foi eleito como regra. Isto é, a natureza não gera regras. A grande aceitação da ciência em nosso século deve-se exatamente a esta característica da natureza. Ora, se não é questão de acerto, isto é, se o raio não é fruto de uma ação correta das nuvens, também não pode ser errado. Logo, não há normatividade na ação natural. Considerando este argumento, o *[Ns]* argumenta que as regras guiam o comportamento e o emprego das expressões, mas não excluem a possibilidade de erro, pois não é um normativismo determinista.

Uma concepção muito próxima do *[Ns]* é a exposta por Wittgenstein quando discute o conceito de seguir regras nas Investigações Filosóficas. Este ponto do argumento nós já estudamos na unidade anterior e, portanto, não devemos repetir. Contudo, é necessário esclarecer por qual razão Wittgenstein admite, em sua teoria, o lugar para o erro. O fato é que as regras não são apenas uma faceta do conceito de seguir regras, elas são necessárias, mas devem ser empregadas com o intuito de conformar uma ação a elas. Por certo que se pode argumentar que o “intuito” é um conceito psicológico e pode ser interpretado

de formas diferentes. Contudo, um dos critérios do adequar seu comportamento às regras é a justificação da ação segundo as regras adotadas.

Por exemplo, se num lance do xadrez digo seguir uma regra e você nota que meu movimento foi errado, para com aquela regra, então, não se trata de erro “de” minha intenção e, sim, erro em seguir a regra do jogo para aquela peça que joguei. Ainda, não há justificativa correta para seguir a regra e não saber qual ação cumpre com o que a regra estipula. Logo, os critérios de correção não são apenas “da” linguagem como pretende o [Ne], segundo o qual, ao estipularmos um conteúdo, disto se seguem certas normas válidas. Outra questão que se pode fazer a este tipo de normativismo é a seguinte:



Como exatamente uma regra determina o significado?

Esta questão é importante, pois até agora analisamos a concepção de que as regras são anteriores ao significado. Em primeiro lugar, é necessário ao defensor de [Ns] explicar em que consiste uma regra de definição de significado. Algumas tentativas foram feitas, por exemplo, por John Searle. Contudo, o argumento de Searle deixa algo sem explicação. Vejamos a formalização e depois passemos a explicação do problema que afeta este tipo de concepção. Segundo Searle (1991), uma regra constitutiva seria assim definida:

Em C, ao fazer X, conta como se Y é o caso.

Na formalização acima, C é o contexto de emprego e X é a ação a ser feita. Y será o resultado atingido. Contudo, você pode perceber que a expressão “conta como” deixa em aberto o que se vai interpretar como sendo correto. Muitas regras estipulam uma ação para atingir um fim, mas, por um lado, você pode atingir este fim sem seguir aquela regra. Por outro, uma regra do xadrez não exige que você aja “como se” e, sim, ordena-lhe e estipula “como você deve agir”. Por exemplo, tais e tais ações são o que chamamos “rocar” no xadrez. Há uma diferença notável entre “conta como” se fosse um roque e “constitui” o roque. Portanto, a formulação de Searle não é completa.

O caso de Searle apenas demonstra a dificuldade em formalizar o caso de *[Ns]*, pois a regra constitutiva deve ter alguma força sobre o falante. Existem algumas possibilidades de defender o argumento ainda em aberto: em primeiro lugar, é possível que a regra “motive” o uso da expressão com determinado significado, isto é, “e (em t) é motivado por R”. Assim, em cada instância de uso de “e”, o falante S segue R no sentido de tentar adequar o que ele irá fazer para que esteja de acordo com R. Em segundo lugar, S tem de aceitar R de forma que o uso de “e” seja motivado por R. Percebe-se que, em ambos os casos, há uma instância intencional de S que deve “adequar” e “motivar” sua ação. O terceiro caso seria o seguinte: pode ser o caso em que R tenha força sobre S no uso de “e” com independência dos estados intencionais de S. Vejamos um pouco mais sobre este terceiro caso.

Um exemplo seriam as leis do estado, pois elas têm força de normatizar o comportamento mesmo daqueles indivíduos que não estão de acordo com elas. O mesmo poderia ser alegado das regras do significado. Basta você lembrar-se do comunitarismo, isto é: a comunidade estabelece um padrão que é independente do próprio indivíduo e sua idiosincrasia. Isto faz com que um falante possa usar uma expressão de tal forma que ela não perca seu significado e que, ao mesmo tempo, não faça parte daquele contexto. Por exemplo, o caso da ironia ou de uma brincadeira.

Uma forma de defender o normativismo sem a necessidade de uma comunidade de estabelecadores de critérios de correção é assumir que a própria regra é o critério de correção. Esta é a estratégia de Peter Hacker e Gordon Baker (1985) em sua interpretação das passagens do seguir regras das Investigações Filosóficas. Neste caso, a regra é o parâmetro de certo e errado, e não a comunidade. O debate sobre este ponto de vista de Hacker e Baker foi acirrado e motivo de várias discussões nos departamentos de filosofia tanto na Inglaterra quando nos EUA. Entretanto, assim nos parece, a vitória permanece do lado da concepção de Hacker e Baker, pois elimina uma terceira entidade entre regra e ação correta para com ela. Isto, por sua vez, nos fornece a possibilidade de elaborar uma concepção de normatividade que não permite que surjam os problemas metafísicos de postular entidades externas à linguagem (neste ponto Hacker e Baker, seguem de perto os passos de Wittgenstein), tais como: conteúdos mentais, conteúdos de crenças, estados mentais, intenção etc.

Desta forma, a ideia de normatividade do significado é preservada e, ao mesmo tempo, são criados critérios de correção os quais fazem parte da linguagem como instrumentos desta. Estes critérios podem ser divididos em três tipos complementares:

1. **Ação conforme a regra:** sabemos quando uma pessoa está agindo de maneira regulada por causa de suas ações. O exemplo mais claro disto é o uso de expressões na linguagem. Por exemplo, Paula usa a expressão “x é verde” em determinadas ocasiões e em outras não. Podemos perceber que esta aplicação deve seguir alguma norma. Outro exemplo são as jogadas realizadas no jogo de Xadrez ou Damas: cada ação da pessoa é regulada por uma regra. Por certo que no caso dos jogos é mais fácil identificar se a pessoa segue a regra de maneira correta ou não, pois é um caso paradigmático de seguir regras. No caso de Paula e seu uso das expressões, necessitamos compreender seu comportamento como o de alguém que segue regras. É por este aspecto que necessitamos de outros critérios para a normatização do significado. Neste ponto, pode-se dizer que o comportamento da pessoa exibe uma normatividade ou não, que a maneira de empregar as expressões exibe normatividade ou não.

2. **Justificava da ação segundo uma regra:** Tomemos novamente o caso de Paula e seu uso da expressão “x é verde”. Tal como vimos em (1), Paula exibe o comportamento de quem segue uma regra para aplicar a expressão. Contudo, em busca de clareza, podemos perguntar-lhe se ela segue ou não uma regra. Suas justificativas devem estar de acordo com seu comportamento. Por outras palavras, a justificação da ação segundo uma determinada regra é um critério do seguir regras. Pode ser que perguntemos a Paula se seu comportamento é guiado por uma regra e ela responda que sim. Contudo, Paula falha ao descrever qual regra segue, então temos aqui um critério de correção. Por exemplo, não é seguir regra de maneira correta mover a torre de uma determinada forma, digamos nas diagonais do tabuleiro e justificar a ação através da regra para movimento da torre no xadrez. Neste caso, a pessoa não segue a regra de maneira correta. Sua justificativa mostra isto. Outro caso seria anunciar que vai usar a torre segundo a regra de movimento da peça e movimentá-la segundo as regras de movimento do Bispo. Na linguagem, dá-se o mesmo: a expressão “x é verde” possui uma regra de aplicação, mas a regra apenas é seguida de forma correta se a justificativa de aplicação for a regra.

3. A conformidade regra com ação: neste caso, apenas uma regra específica deve ser usada para uma determinada ação. Por exemplo, não posso justificar minha ação de aplicação de uma expressão apontando que usei várias regras para a mesma ação. Neste caso, não devemos confundir as descrições da ação com as suas justificativas. O que justifica uma ação de aplicação normatizada é uma regra, mas as descrições da ação podem ser diferentes. Um caso claro é o do lance no xadrez em que você emprega peças segundo regras e as descrições do que você fez quando “rocou” podem ser diferentes, mas a regra do roque no xadrez se mantém inalterada. Portanto, apenas sigo uma regra se esta é o guia de minha ação e, para saber se este é o caso, necessitamos que a pessoa cite, enuncie qual regra está seguindo. Este critério pode lhe parecer um tanto óbvio, mas se você considerar que nem toda ação pode estar correta para com uma determinada regra, então, é necessário que a pessoa que agiu cite a regra usada e esta, por sua vez, deve ter sido o guia de sua ação. Este terceiro critério depende dos critérios anteriores, mas é válido por causa dos problemas de justificação do uso normativo.

Seção 6 - Normativismo e naturalismo

Chegamos ao final de nosso estudo do normativismo na Filosofia da Linguagem, e algumas considerações devem ser feitas quanto ao tema de nosso estudo: em primeiro lugar, vimos que o normativismo ainda é um tema que necessita desenvolvimentos mais acurados, pois a dificuldade está em estabelecer normas que guiem a ação, mas que, ao mesmo tempo, permitam certa liberdade de emprego das expressões. Imagine o caso da poesia, no qual os conceitos, ante os seus significados, adquirem ou sentido ou significado diferente.



A ideia do normativismo não é “engessar” a linguagem e o uso desta.

Vale lembrar aqui que Wittgenstein, ao apelar para a aplicação de conceitos segundo regras, não admite que as regras da linguagem sejam determinadas tais como as do xadrez. A analogia linguagem-xadrez é uma forma de compreender a normatividade de nossa linguagem, mas não uma explicação desta, isto é: as regras do xadrez não são idênticas às regras da linguagem.

Em segundo lugar, no debate entre normativistas que acreditam serem as regras uma implicação do conteúdo, percebemos que a determinação do conteúdo não é normativa e, sim, de outra espécie. Isto significa que o conteúdo de “x é verde”, depois de estabelecido (por exemplo: todo objeto que possui tal e tal constituição e tal e tal coloração) não consegue lidar com o caso de aplicação errada de uma expressão, pois se assim fosse, a pessoa não saberia o que determina o conteúdo da expressão.

Em terceiro lugar, a concepção segundo a qual o significado determina as regras, isto é, que o significado da expressão “x é verde” possui implicações normativas, necessita estabelecer critérios que denominamos “internos” à normatividade. Ao afirmar que aqueles três critérios citados acima são internos à normatividade, significa dizer que eles não são entidades metafísicas e que, portanto, este parece ser o melhor caminho para explorar a normatividade. Isto porque várias entidades exteriores ao normativismo são postas de lado: intenções, estados internos, estados mentais, introspecção etc.

Por fim, a ideia de normatividade remonta à distinção kantiana na Crítica da Razão Pura, segundo a qual as regras da razão são regras lógicas reguladoras de nosso entendimento, enquanto que as regras da natureza são fixas e imutáveis (KANT, 1983). David Hume, em suas Investigações sobre o Entendimento Humano, já havia alertado para o fato de que porque algo “é” de certa forma na natureza, não podemos derivar uma regra disto. Pois a natureza é estudada através da experiência e esta, por sua vez, não obedece a uma lógica tal qual a matemática obedece (HUME, 1980). Por outras palavras, Hume adverte que o objeto que “é” de determinada maneira pode ser de outra, conforme nossas experiências e, sendo assim, a normatividade é possível apenas na matemática.

O debate sobre o normativismo foi reaberto por Kripke com um desafio cético ao estabelecimento do significado por regras: segundo os argumentos de Kripke não podemos reduzir fatos semânticos a fatos naturais determinados. Portanto, Kripke chama atenção para a impossibilidade de um naturalismo reducionista. Seja como for, o debate ainda está em aberto e promete ser um dos campos frutíferos na Filosofia da Linguagem.

Este debate demonstra como uma simples intuição que usamos em nosso dia a dia pode gerar uma quantidade enorme de concepções sobre a linguagem. Assim, aquela pessoa que afirma ser ela autora do significado de uma palavra, para a qual todos sabem ser outro o significado, está partilhando de uma outra concepção normativista. Se lhe solicitarmos justificativas de seu uso da expressão, ela terá de fornecer as regras pelas quais estabeleceu o significado de sua expressão. Neste caso, ou suas regras podem ser seguidas por todos, ou ela simplesmente está agindo de maneira idiossincrática. Se colocarmos de lado esta possibilidade, então, as regras que tal pessoa usa devem ser claras para todas as outras que a escutam e, portanto, devem ser significativas. Por outro lado, esta pessoa não pode alegar que sua regra é natural para a expressão e este é o primeiro ponto que terá de defender, a saber: por qual razão o significado não é natural “da” expressão que ela usa?



Síntese

Nesta unidade, você estudou várias concepções de normativismo do significado. Iniciamos nosso estudo estabelecendo algumas distinções necessárias quanto ao que denominamos normativismo. Logo após, passamos a distinguir dois tipos de normativismo: um que acredita que as normas são implicações do estabelecimento do conteúdo de uma expressão e outro que defende serem as regras implicações do estabelecimento do significado. Estes dois tipos foram classificados como normativismos que engendram as regras. Logo após este estudo, passamos para o normativismo que concebe as regras como determinadas pelo significado. Ou seja, dado que uma expressão tem significado, isto implica que algumas regras de aplicação se seguem disto. Por fim, comentamos, brevemente, a distinção entre normativismo e Naturalismo.



Atividades de autoavaliação

- 1) Com base nos estudos que você realizou sobre significado e normatividade na Filosofia da Linguagem contemporânea, explique por qual razão a discussão de Wittgenstein nas Investigações Filosóficas proporcionou base para a investigação da normatividade em nossa linguagem.

- 2) Conforme você estudou, existem duas concepções paralelas de que o significado é algo “engendrado”. Uma defende a ideia de que o conteúdo engendra regras e normas e a outra concebe que o significado engendra regras e normas de aplicação. Explique cada uma destas concepções, indicando quais são as implicações de cada uma delas para a compreensão da linguagem.

- 3) Relembre os estudos que você fez sobre as noções de regras e ações em Filosofia da Linguagem e explique como a normatividade de nossa linguagem pode ser derivada da determinação do significado das expressões.

- 4) Considere o seguinte exemplo: Paula usa a expressão *abcde* de uma determinada forma. Ao perguntarmos se ela seguiu uma regra para o uso que fez, ela responde que sim. Tendo por base os estudos que você fez sobre normatividade pelo significado engendrado, explique como podemos saber se Paula realmente seguiu a regra que alega?



Saiba mais

Para que você possa aprofundar os estudos realizados nesta unidade, sugerimos as seguintes leituras complementares:

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Micas, 1990.

ALSTON, W. P. **Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STEGMÜLLER, Wolfgang. **A Filosofia Contemporânea**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1978. v. 2.



Para concluir o estudo

Nesta disciplina, nós estudamos as diferentes formas que a Filosofia da Linguagem possui para analisar a questão da significação em nossa linguagem e as relações entre linguagem e realidade. Você pode notar que partimos de um ponto de vista mais logicista e descritivo e chegamos a uma concepção menos logicista, ainda que analítica. A história da Filosofia da Linguagem é composta por estas diferentes tendências, as quais, por sua vez, refletem nossa tendência humana de compreender a linguagem.

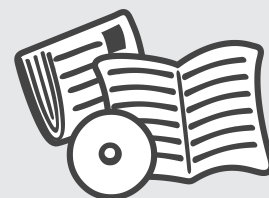
Por vezes, desejamos que a linguagem funcione tal como uma máquina, segundo a qual as peças, uma vez determinadas, devem gerar um resultado esperado. Outras vezes, para que possamos compreender os significados poéticos, necessitamos compreender nossa linguagem como apenas um simbolismo com sentido. A história da filosofia também reflete esta tendência humana. Isto pode ser avaliado quando estudamos os pontos de vista descritivistas da linguagem, os quais implicam na crença de que nossas afirmações possuem uma estrutura fixa – por assim dizer – a qual está presente em todas as afirmações que fazemos quando nos referimos aos objetos da realidade. Esta ideia, oriunda dos trabalhos de Frege e Russell, chegou até ao *Tractatus* de Ludwig Wittgenstein, o qual percebeu que nossa linguagem é muito mais que um instrumento de comunicação de conhecimento ou de descrição do mundo.

Podemos dizer que, após o *Tractatus*, Wittgenstein promoveu uma concepção de “liberalização” na sua concepção de linguagem. Esta liberalização foi frutífera, pois muitos filósofos perceberam que a linguagem é mais que uma estrutura fixa ou regras fixas. Com isto, encontramos uma tentativa de encontrar uma normatividade no uso da linguagem.

Estas tentativas de compreensão da linguagem fazem parte de nossa perplexidade filosófica com o instrumento que comunicação que temos e, ao mesmo tempo, com nossa forma de nos relacionarmos com o mundo. Espero que depois deste estudo, você perceba como a afirmação de Wittgenstein de que muitos problemas filosóficos são oriundos de nossa incompreensão da linguagem não é uma tese logicista. Antes, acostumamo-nos a usar a linguagem de uma forma natural e quando vamos tratar de problemas filosóficos, estas formas naturais são abandonadas. Contudo, elas ainda exercem influência sobre nosso entendimento e esta influência, quando não notada nos conduz a tratar os problemas filosóficos como se fossem ou problemas epistemológicos ou problemas de ontologia. Contudo, basta retornar ao “solo duro do uso ordinário” da linguagem e as expressões adquirem significado novamente.

Nosso estudo foi propositadamente voltado para os principais modelos – por assim dizer – de tratar nossa compreensão da linguagem. Com base nestes modelos estudados, você adquire conhecimentos suficientes para avaliar outros pontos de vista segundo seus princípios básicos. A filosofia da linguagem ainda apresenta vários problemas de investigação tanto no que diz respeito à teoria, propriamente dita, quanto à investigação dos fenômenos próprios da linguagem, como a vaguidade, a autorreferência e as proposições de primeira pessoa. Certamente que, quanto mais estudamos a linguagem, mais compreendemos como significamos o mundo em nosso redor. Isto não significa que conhecemos mais o mundo, mas, certamente, significa que podemos perceber quando o problema diz respeito à forma de falar de uma dada realidade e quando o problema diz respeito à própria realidade de que desejamos falar. Por exemplo, a linguagem da fé, das emoções e da racionalidade de nossas ações.

Prof. Dr. Arturo Fatturi



Referências

A GUERRA no Afeganistão: ecos do Vietnã - Noam Chomsky - La Jornada. Provos.Brasil. 16 ago. 2010. Disponível em: <<http://provosbrasil.blogspot.com/2010/08/guerra-no-afeganistao-ecos-do-vietna.html>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

ARISTÓTELES. Da interpretação. In: **Órganon**. Tradução do grego, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005. pp. 81-110.

BAKER, Gordon P.; HACKER, Peter. **An Analytical Commentary on the "Philosophical Investigations"**. Wittgenstein, Rules, Grammar and Necessity. Oxford: Blackwell, 1985. v. 2.

CHESS Street. The Passed Pawn. 2011. Disponível em: <<http://ppawn.blogspot.com/>>. 9 fev. 2011. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Trad. Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: UNESP, 2005.

DAVIDSON, Donald. **Truth**. Language and History. Oxford: Clarendon Press, 2005.

DEVITT, Michael. **Realism and truth**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

DONNELLAN, Keith. Reference and Definite Descriptions. In: DAVIES, Steven (Ed.). **Pragmatics**. A reader. Oxford: Oxford University Press, 1991.

ÉSTERES: aroma e sabor artificial em alimentos. Mundo Educação. 2011. Disponível em: <<http://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/esteres-aroma-sabor-artificial-alimentos.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

EVANS, Gareth. **The varieties of reference**. Ed. de John McDowell. Oxford e New York: Clarendon Press e Oxford University Press, 2002.

FODOR, Jerry A. **The Language of Thought**. Oxford, MA: Harvard University Press, 1975.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/ Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Campinas: UNICAMP, v. IV, p. 81-103, 1982.

GUEDES, Leonardo. O Místico nas Bases da Ciência. *Astronomia.blog.br*. 17 mar. 2011. Disponível em: <<http://astronomia.blog.br/?p=1912>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2003.

_____. **Ser e tempo**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HORWICH, Paul. **Truth**. Oxford, MA: Basil Blackwell, 1990.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano**. Trad. De Leonel Vallandro. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

IMAGENS mostram maquete de prédio dos Nardoni que será usada em júri. *G1*. 19 mar. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1537089-15528,00-IMAGENS+MOSTRAM+MAQUETE+DE+PREDIO+DOS+NARDONI+QUE+SERA+USADA+EM+JURI.html>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KENNY, Anthony. **El legado de Wittgenstein**. Madrid: Siglo Veinteuno, 1990.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity**. Oxford, MA: Harvard University Press, 1980.

_____. **Wittgenstein on Rules and Private Language**. 2. ed. Oxford, MA: Harvard University Press, 1984.

KRIPKE. The Philosophers' Guild at GSU. 1 ago. 2010. Disponível em: <http://philosophiguild.blogspot.com/2010_08_01_archive.html>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

LACERDA, Antônio. Introdução à Caligrafia. *Caligrafias*. 1 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.caligrafias.org/2010/03/teste.html>>. Acesso em: 8 ago. 2011. il.

LEWIS, David. **Convention: a philosophical study**. Oxford, MA: Harvard University Press, 1969.

LUDWIG Wittgenstein: Tractatus and Teaching. The Cambridge Wittgenstein Archive. [20--?] Disponível em: <<http://www.wittgen-cam.ac.uk/biogra6.html>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

MARCUS, Ruth B. **Modalities**. Philosophical essays. New York: Oxford University Press, 1995.

MARUTH, Torsvan. Wittgenstein at War (2). *El Bucle*. 2009. Disponível em: <<http://elbucle.wordpress.com/tag/enigma-wittgenstein/>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.

MONK, Ray. **Wittgenstein: o dever do gênio**. Trad. C. A. Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- OLIVEIRA, Glória Maria de. A África sendo conhecida pelas crianças. Portal do Professor. 23 nov. 2010. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21262>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.
- PERSONAGENS. Discovery Kids Brasil. [200-?]. Disponível em: <<http://www.discoverykidsbrasil.com/personagens/princesinha/personagens/fido/>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.
- PUTNAM, Hilary. Mind, Language and Reality. **Philosophical Papers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. v. 2.
- QUINE, W. V. O. **The philosophy of logic**. Massachusetts: Harvard University Press, 1970.
- ROMANOVITH, J. R. A thousand empty vases. Whispers from de Din. 28 nov. 2009. Disponível em: <<http://icarushasfallen.wordpress.com/2009/11/>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.
- RUSSELL, Bertrand. **Ensaios escolhidos**. A Filosofia do Atomismo Lógico. Da Denotação. Da Natureza da Familiaridade. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. **Introdução à filosofia matemática**. Trad. Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- SEARLE, John. What is a Speech Act? In: DAVIES, Steven (Ed.). **Pragmatics**. New York: Oxford University Press, 1991.
- STENIUS, E. **Wittgenstein's Tractatus: A Critical Exposition of its Main Lines of Thought**. Westport: Greenwood Press, 1981.
- STRAWSON, Peter F. Sobre referir. In: RYLE; STRAWSON; AUSTIN; QUINE. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- SZABÓ, Zoltán Gendler. Descriptions and Uniqueness. In: **Philosophical Studies**, n. 101. Amsterdam: Kluwer Academic Publishers, 2000. pp. 29-57.
- TONY Stark, Iron Man. Businessweek. [200-?]. Disponível em: <http://images.businessweek.com/ss/06/05/smart_heroes/source/4.htm>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.
- UMA POESIA, um conto, uma história. Polivo Cidade. 6 dez. 2009. Disponível em: <<http://polivocidade.blog.br/tag/robinson-crusoe/>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.
- UNIVERSITY OF ST ANDREWS. Anscombe Publishing Project. 2008. Disponível em: <<http://www.st-andrews.ac.uk/ceppa/projects/anscombeproject.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.
- VELOSO, Bryan. Symbolic Head. Machinatorium. 12 jun. 2009. Disponível em: <<http://machinatorium.wordpress.com/2009/06/12/121-md3-msn1-research-symbolic-head/>>. Acesso em: 9 ago. 2011. il.
- WILLIAMSON, Timothy. **The Philosophy of Philosophy**. Oxford: Blackwell, 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Gramática Filosófica**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural: 1999.

_____. **Notebooks**. 2. ed. Chicago: University Of Chicago Press, 1984.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Zettel**. Lisboa: Edições 70, 1986.

Sobre o professor conteudista



Arturo Fatturi possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1992) e Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos em 2010. Investiga principalmente os seguintes temas: A Filosofia de Ludwig Wittgenstein, Filosofia Analítica, Filosofia da Mente, especificamente a relação “corpo/mente” segundo a contribuição da Filosofia da Psicologia de Ludwig Wittgenstein, Filosofia da Linguagem, Filosofia da Linguagem em Ludwig Wittgenstein em específico, Epistemologia, Filosofia da Psicologia, Filosofia da Psicologia de Wittgenstein em específico. É professor de Filosofia da Ciência, Fundamentos Filosóficos e de Ética e Educação para os diversos cursos da Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul. Anteriormente, foi professor de Filosofia no Centro Universitário de Brusque, Unifebe e professor substituto no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Respostas e comentários das atividades de autoavaliação



Unidade 1

- 1) Esta teoria parte do princípio de que as expressões da linguagem possuem determinados valores, mas não atribui estes valores ao significado das expressões e, sim, à contribuição que tais expressões dão ao valor de verdade da proposição em que ocorrem. O importante, sob tal ponto de vista, é compreender qual a referência das expressões e como estas referências contribuem para o valor de verdade da proposição.
- 2) Pois tais proposições fazem uma ligação entre as crenças de uma pessoa e a verdade do relato de uma atitude ante uma crença. Este tipo de sentença se tornou importante na Filosofia da Linguagem contemporânea, exatamente por exigir uma nova análise do mecanismo de valor de verdade.
- 3) A teoria apresentada por Davidson tem a vantagem de associar a cada expressão uma definição de verdade, sem entrar no mérito do conteúdo ou do significado. Saberíamos que cada expressão está associada à outra expressão monádica.

Unidade 2

- 1) Pois o projeto naturalizante visa a construir uma explicação com base em aspectos biológicos e cognitivos do ser humano. Com isto, sua explicação fundamenta-se em aspectos do ser humano que poderiam ser diferentes e que, plausivelmente, podem mudar com o tempo e com a modificação do ser humano e seus aspectos biológicos e cognitivos.

- 2) Os nomes próprios são entidades referenciais paradigmáticas. Se devemos conceder que existam palavras cujo principal papel é a referência, não podemos deixar de admitir que os nomes próprios são os principais, pois tais palavras parecem ligar-se aos objetos da realidade.
- 3) Uma teoria millianista da referência afirma de maneira simples que o nome é um portador de um indivíduo ou objeto definido, isto é, o nome possui um portador. Esta teoria se vê em grandes dificuldades quando tem de lidar com casos como os de descrições de nomes vazios (a montanha de ouro, por exemplo).

Unidade 3

- 1) Esta concepção de LW dá sentido a nossa capacidade de compreender uma proposição, mesmo sem que se saiba ao que ela se refere, como no exemplo acima sobre o nome Napoleão. Ao fim e ao cabo, uma proposição tem sentido, ainda que não seja verdadeira. No **TLP**, está ideia aparece de outra forma: os nomes são como que pontos e as proposições são flechas, isto é, elas possuem direção. A importância desta concepção atinge a noção de verdadeiro e falso, pois uma proposição é verdadeira ou falsa sem que isto esteja ligado ao seu sentido. Se uma proposição tem sentido, nem por isto é verdadeira. Uma proposição que tem significado tem de ser verdadeira ou falsa (a bipolaridade aqui se aplica). A verdade ou falsidade da proposição constitui a relação da proposição com a realidade e isto se mostra no fato de que ela tem significado.
- 2) Podemos compreender o problema que LW evitou discutir sob este aspecto de sua teoria se pensarmos no seguinte: considere que A é uma figura de B. Portanto, A é um tipo de construção e B pertence a outro tipo. Contudo, A figura B. Isto implica dizer que A não é B, isto é, se o fosse, não seria A e não seria uma figura de B e, sim, o próprio B. Mas este não é o caso: se A figura B, então, A não é B, mas mantém alguma relação com B. Esta relação é a forma pictórica que ambos partilham. Ainda, o que faz com que A figure B e o converta em uma figura de B e não em um duplo de B pode ser denominado "forma representacional". Por exemplo, quando vemos uma pintura de uma determinada paisagem, sabemos o que estamos vendo, pois reconhecemos que é uma paisagem.

- 3) No **TLP** 2.1 – 2.225, LW faz considerações sobre o que considerava a natureza das figuras em geral. Os exemplos que utiliza em algumas outras partes do **TLP** deixam claro que considerava como figuras não apenas retratos, desenhos, fotografias e outras representações óbvias. Para ele também eram figuras os mapas, esculturas, modelos e gravações em discos musicais. Não é por nada que ele várias vezes nos fala de uma teoria da figuração em geral. Bem, considerando as figuras, podemos afirmar que elas podem ser fiéis ou infíeis para com o que figuram ou representam. Isto fez com que LW tentasse clarificar a natureza da proposição por meio de uma teoria geral da representação. Assim, em qualquer representação, temos de considerar dois aspectos básicos: (a) o de que é uma representação, (b) se o que é representado é representado de maneira fiel. A distinção entre estes dois aspetos básicos de uma representação corresponde à distinção entre o que a proposição significa e se o que ela significa é verdadeiro ou falso – entre sentido e valor de verdade.

Unidade 4

- 1) A principal razão do equívoco do TLP é a forma de compreender o funcionamento de nossa linguagem. Segundo o TLP, a linguagem é descritiva e, partir disto, toda a concepção de problemas filosóficos e suas possíveis respostas está comprometida. Outro motivo de insatisfação de Wittgenstein é a crença, por ele afirmada no TLP, de que nossa linguagem possui uma sintaxe lógica analisável de forma definitiva. Nas IF, ele irá mostrar que a linguagem possui uma lógica ligada às regras de aplicação e não apenas a uma sintaxe lógica.
- 2) Segundo Wittgenstein, aplicamos palavras segundo regras e estas regras pertencem à lógica da gramática da linguagem e não à realidade. Assim, a forma como usamos nossa linguagem independe do estado da realidade.
- 3) O Comunitarismo usa a comunidade de seguidores de regras com critério de correção. Ou seja, conforme a comunidade aceita determinada ação para com a regra, teremos um padrão de correção aceito. Ações que não seguirem este padrão serão consideradas erradas. Entretanto, isto se choca com a ideia de Wittgenstein de que a linguagem é independente da realidade. Se o Comunitarismo estiver certo na sua explicação, então Wittgenstein estaria errado ao afirmar que a linguagem é independente da realidade, pois seguir uma regra de maneira correta seria o mesmo que fazer o que a comunidade exige e não o que a regra nos pede que façamos. O erro básico do Comunitarismo é crer que seguimos regras com base em suas interpretações da mesma.

Unidade 5

- 1) Nas Investigações Filosóficas, quando discute o conceito de seguir regras, Wittgenstein várias vezes chama-nos a atenção para o fato de que saber como se usa uma palavra depende da aplicação de regras e não, por exemplo, de definições ostensivas. Você deve estar lembrado que nossa definição de “ostensão” foi a seguinte: uma definição é ostensiva quando ela tenta ligar uma palavra a um objeto. Bem, Wittgenstein mostrou através de seus argumentos que esta é apenas uma modalidade de definição. Mais, ainda, é possível que, ao explicarmos o significado, nossa explicação seja uma regra de aplicação. A partir disto, surge a discussão sobre o que é seguir uma regra nas seções 185 até 242 do texto das Investigações Filosóficas. A partir da seção 242, Wittgenstein passa a discutir o caso das proposições que expressam, ou visam a expressar, estados interiores do indivíduo. Temos, nestas seções e seguintes, o tema da percepção e da filosofia da psicologia. Ou seja, a discussão específica da normatividade do significado foi expandida para outras áreas.
- 2) Segundo o primeiro ponto de vista, o conteúdo de uma expressão é engendrado por nós através de estipulações de conteúdo. Por exemplo, estipulamos que “abcd” será uma expressão usada para significar certo objeto da realidade. A partir disto, seguem-se regras de aplicação da expressão para casos futuros. Outro tipo de normatividade é a que concebe o significado de “abcd” como uma estipulação elaborada pelos usuários da língua. Assim, não importa o objeto que “abcd” designa e, sim, o significado da expressão, neste caso, não é necessário estipular o conteúdo de “abcd” e, sim, o que a expressão vai significar. Disto decorrem regras de aplicação da expressão.
- 3) Segundo esta concepção, o uso significativo se dá segundo critérios de aplicação os quais, por sua vez, estão ligados ao significado da expressão. Portanto, do fato de que a expressão “abcde”, por exemplo, possui significado implica que ela deve ser empregada segundo regras ou normas de uso. Neste caso, as regras de uso são o significado das expressões. A expressão “abcde”, por exemplo, para ser usada de maneira significativa, exige que certas regras sejam seguidas. Se não seguimos as regras de maneira adequada, a expressão não possui significado ou possui outro significado.
- 4) Possuímos três critérios de correção do seguir regras. Um destes critérios exige que a Paula justifique sua ação através de uma regra. No caso, ela alega que seguiu uma regra e, portanto, deve justificar suas ações – no caso, o emprego da expressão – segundo uma regra. Outro critério seria pedir que Paula provasse que sua ação está de acordo com a regra que alega. Ela terá de explicar como regra e ação se identificam.

Biblioteca Virtual



Veja a seguir os serviços oferecidos pela Biblioteca Virtual aos alunos a distância:

- Pesquisa a publicações online
<www.unisul.br/textocompleto>
- Acesso a bases de dados assinadas
<www.unisul.br/bdassinadas>
- Acesso a bases de dados gratuitas selecionadas
<www.unisul.br/bdgratuitas>
- Acesso a jornais e revistas on-line
<www.unisul.br/periodicos>
- Empréstimo de livros
<www.unisul.br/emprestimos>
- Escaneamento de parte de obra*

Acesse a página da Biblioteca Virtual da Unisul, disponível no EVA e explore seus recursos digitais.

Qualquer dúvida escreva para bv@unisul.br

* Se você optar por escaneamento de parte do livro, ser-lhe-á enviado o sumário da obra para que você possa escolher de quais capítulos deseja solicitar a reprodução. Lembrando que, para não ferir a Lei dos Direitos Autorais (Lei 9610/98), podem-se reproduzir até 10% do total de páginas do livro.

